

INFORMATIVO CONJUNTURAL

Maceió, ano 8, nº 22 - Julho 2008

Cenário analisado
Janeiro/Dezembro 2006



Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento
Superintendência de Produção e Gestão da Informação
Diretoria de Estudos e Pesquisas
Gerência de Pesquisas

INFORMATIVO CONJUNTURAL

Maceió, Ano 8, Nº 22 – Julho/2008

2008

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - Teotônio Brandão Vilela Filho

Vice - Governador - José Wanderley Neto

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO - SEPLAN

Secretário - Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira

Secretário Adjunto – Antonio Carlos Sampaio Quintiliano

Chefe de Gabinete - Elizabeth Cardoso de Lima

Diretor de Administração e Finanças - José Carlos Medeiros Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Superintendente - José Cândido do Nascimento

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor – Gustavo Costa Acioli

GERÊNCIA DE PESQUISAS

Gerente – Vera Helena Wanderley Cavalcante

EQUIPE TÉCNICA

Cícera Dinalva Matos Dantas

Eli Nicácio de Lima

Marcia Núbia Barbosa Lopes

Rosângela Maria de Melo My

Silvéte de Albuquerque Nogueira

Vera Helena Wanderley Cavalcante

ESTAGIÁRIOS

Isabela Neves da Silva

Mário César de Albuquerque Pessoa

Danyelle Silva Costa

Márcio de Carvalho Santos

INFORMATIVO CONJUNTURAL é uma publicação anual da SEPLAN/AL. Disponível para consultas e download no site [http:// www.seplan.al.gov.br](http://www.seplan.al.gov.br) . É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

Bibliotecária Responsável: Elisabete Maria M. de Souza – CRB-4/546

Informativo Conjuntural – ano 8, nº 22 (2008)- - Maceió:
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2008

V.: il Color.; 21cm

Anual

Os dados são do cenário analisado janeiro/dezembro de 2006

1. Economia – Alagoas. 2. Estatística – Alagoas

CDU 33(813.5)

31(813.5)

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 – Centro – Maceió-Alagoas

CEP.: 57020-050 – fone: (82)3315-1533 – fax.: (82)3315-1524

<http://www.seplan.al.gov.br>

biblioteca@seplan.al.gov.br

Secretaria
de Estado do Planejamento e do Orçamento



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
ARTIGOS.....	7
- Surge uma Nova Cultura Exportadora.....	7
- Brasil – Quem mais gerou saldos comerciais.....	13
- Alagoas – Resultado do Tesouro Estadual 2006.....	17
ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS – 2006.....	33
ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	36
ATIVIDADE INDUSTRIAL.....	47
- Segmento Sucroalcooleiro.....	47
- Salgema.....	51
- Cimento.....	53
SERVIÇOS.....	56
- Turismo.....	56
- Transporte.....	60
Aeroportuário.....	60
Portuário.....	64
COMÉRCIO.....	67
- Vendas – Inadimplência – Cheques.....	67
BALANÇA COMERCIAL.....	72
ENERGIA ELÉTRICA.....	79
ÁGUA.....	85
PETRÓLEO E GÁS NATURAL.....	89
FINANÇAS PÚBLICAS.....	94
MERCADO DE TRABALHO.....	100

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento (SEPLAN), por meio da Superintendência de Gestão e Produção da Informação, apresenta a 22ª edição do Informativo Conjuntural, que mostra a *performance* da economia alagoana em 2006. O estudo inclui pesquisas, análises setoriais, índices econômicos, infográficos, notas técnicas e artigos elaborados por especialistas.

Esta publicação traz informações de curto prazo sobre os segmentos primário, secundário e terciário da economia local. São dados relativos à atividade agrícola, com foco nas lavouras temporárias e permanentes, indústria - pontuando os setores sucroalcooleiro, químico e a produção de cimento -, além de informações relativas ao turismo e transportes, balança comercial e finanças públicas.

O estudo aborda ainda o comportamento da produção, o consumo, as oscilações registradas no mercado de trabalho formal alagoano em 2006 e a distribuição de energia. Sobre esse último tema, a publicação inclui dados de produção, do consumo de energia alternativa e do volume de biomassa gerado pelo bagaço da cana-de-açúcar.

Agradecemos as instituições e as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja no fornecimento de dados estatísticos ou na produção de textos que integram o informativo.

Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira
Secretário de Estado do Planejamento e do Orçamento

SURGE UMA NOVA CULTURA EXPORTADORA

* Maria Helena Tachinardi

O Brasil não é um tigre, como alguns países asiáticos que na década de 1990 se destacaram por altas taxas de crescimento e um modelo econômico voltado para exportação. Mas tem uma indiscutível força nas vendas externas, que crescem acima da média mundial, apesar de um cenário de valorização cambial, e um apetite felino expresso por um conjunto de empresas que buscam o caminho da internacionalização. O fenômeno desses últimos anos é que a economia brasileira vem ampliando sua integração com o resto do mundo pela força do comércio e dos Investimentos Diretos Externos (IDE), que já somam cerca de US\$ 100 bilhões. Os dois caminham de mãos dadas.

A boa notícia é que estaria emergindo uma nova cultura exportadora, ou seja, para a uma parcela significativa das empresas, a atividade de exportação passou a ser perene, e o mercado internacional já faz parte de sua estratégia competitiva. Essa é avaliação do ministro do desenvolvimento, Indústria e comércio exterior, Miguel Jorge. Além das exportações se tornarem menos vulneráveis ao câmbio, o Brasil também resiste melhor a mudanças conjunturais em alguns mercados porque reduziu a dependência de alguns deles ao diversificar os destinos de seus embarques.

A diversificação de destinos acentuou a importância dos países em desenvolvimento na evolução favorável do comércio exterior brasileiro. “O fenômeno não é único do Brasil: o comércio Sul-Sul já representa 46% do Comércio Internacional global dos países Sul”, nota o ministro Roberto Azevedo, subsecretário geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty.

O contraste com o crescimento das exportações para os destinos tradicionais é significativo. De 2002 a 2006, as exportações

brasileiras para os países da Associação Latino Americana de Integração (Aladi) passaram de 16,35% para 22,83%. As vendas para o Mercosul, de 5,48% para 10,15%. Os embarques para a Ásia, de 14,56% para 15,13% no período, e as vendas para a China subiram de 4,18% para 6,11%. “Em 2002, os países desenvolvidos (Canadá, EUA, União Européia (UE), demais países da Europa Ocidental, Japão, Austrália e Nova Zelândia) compraram 58,23% de nossas exportações. Em 2006, a participação deles nas vendas do Brasil caiu para 46,53%. Houve um decréscimo de 11,4% da importância somada dos mercados dos EUA, da UE e do Japão”, afirma Azevedo.

Acordos comerciais

A abertura de mercados que as empresas brasileiras estão conseguindo, entretanto, não tem relação com as negociações de acordos comerciais. A internacionalização está fazendo mais pelo aumento das exportações do país do que as negociações propriamente ditas, uma vez que os investimentos diretos no exterior crescem na proporção inversa aos dados comerciais. À exceção do Mercosul, que representou uma alavanca importante para as exportações e para a entrada de empresas brasileiras nos mercados vizinhos, os poucos acordos negociados desde o início da década têm sido muito tímidos, na avaliação do setor privado. Eles são pouco lembrados quando se mencionam os fatores bem-sucedidos na trajetória das empresas brasileiras, ao contrário do que acontece com o movimento de internacionalização das mesmas.

“As negociações não contribuíram em nada para o desempenho das exportações brasileiras. O crescimento recente das nossas

vendas externas é explicado por outros fatores que não a política comercial”, diz a economista Sandra Rios, Sócia do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (cindes) e consultora da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo ela, desde 1996-1997, o Brasil “não tem acordo novo relevante”. Em 2003-2004, foram firmados acordos com o México e com a Comunidade Andina (CAN). O acordo com os mexicanos “é pouco ambicioso em termos de produtos incorporados. O desempenho destes é pior do que o das exportações de itens não incluídos”. No acordo com os andinos, Sandra diz que são longos os cronogramas para uma redução efetiva das tarifas, e as preferências tarifárias ainda são baixas.

Em sua opinião, uma eventual desaceleração da economia mundial “pode fazer a diferença sobre a agenda comercial brasileira”. Como o bom desempenho do comércio exterior brasileiro é fruto do crescimento do comércio internacional, num contexto de retração da economia mundial um desempenho menor das exportações brasileiras pode favorecer os acordos comerciais, analisa. Aí será importante olharmos para os mercados relevantes em termos de tamanho e dinamismo. “Além dos EUA e da União Européia, os três emergentes mais importantes são a Índia, a África do sul e o México”, diz Sandra.

O economista Renato Baumann, diretor do escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em Brasília, vê duas dificuldades nas negociações de acordos bilaterais de livre-comércio: 1) boa parte deles são “OMC plus”, ou seja, incluem disciplinas que vão além do que foi acordado na Organização Mundial de Comércio; 2) o fato de o Brasil ter de negociar em bloco com seus parceiros do Mercosul complica. Nos acordos, lembra Bauman, há um conjunto de disciplinas, como em serviços e compras governamentais, sobre as quais não há consenso por parte dos sócios.

A negociação comercial prioritária para o governo é a da OMC. Os acordos bilaterais, critica Roberto Azevedo, não tratam de questões de fundo, como subsídios

agrícolas à exportação e domésticos, regras de *anti-dumping* e de direitos compensatórios. “São acordos que distorcem o comércio. Neles, as regras de defesa comercial são aplicadas onde somos competitivos”. Mesmo com essas deficiências e as dificuldades de uma negociação em bloco, o governo vai explorar os acordos bilaterais. Os mais próximos de serem fechados são com Israel e os Países do Golfo. O tratado Mercosul-Índia já está a sua primeira parte em tramitação no Congresso. O acordo Mercosul-União Européia “pode caminhar. A bola está no campo deles”, informa. Mas os europeus não querem fazer concessões duas vezes, e por isso pretendem esperar pelo fim da Rodada Doha para continuar a negociação regional com o Mercosul.

A pedra no sapato dos negociadores é a agricultura. “A maior parte dos países vê o Brasil como a China da agricultura. Quando se fala de liberalização do comércio agrícola com o Brasil todos têm medo. O Brasil é o bicho-papão do mercado agrícola internacional”, comenta Azevedo, e isso complica muito qualquer negociação bilateral.

“A vantagem de um acordo depende mais do que é possível negociar em agricultura”, destaca Sandra Rios. Nesse sentido, uma negociação com a Coreia do Sul, por exemplo, não seria muito interessante, pois os coreanos são protecionistas na questão agrícola e dificilmente fariam ofertas relevantes. Além disso, possuem tarifas de importação de produtos industriais muito baixas. Já com a Índia, a África do sul e o México há mais possibilidade de se chegar a entendimentos na negociação, segundo Sandra, pois eles aplicam tarifas elevadas para bens industriais.

“Há sinais de que o governo quer negociar acordos bilaterais com a Índia e o México, mas a metodologia que vem sendo usada dificilmente levará a acordos substantivos”. A metodologia da Aladi implica uma negociação produto a produto. “Isso abre espaço para os interesses defensivos atacarem e para que sejam colocados na lista de ofertas produtos que não têm tarifas elevadas. Para gerar comércio é preciso uma

metodologia mais ambiciosa de negociação”, defende.

Comércio e Internacionalização

Um dos benefícios potenciais derivados da ampliação dos investimentos brasileiros no exterior é a expansão das exportações por causa do acesso facilitado a outros mercados. Alguns desses mercados, onde as empresas brasileiras passam a produzir, pertencem a blocos comerciais com programas de redução de tarifas de importação e de redução de barreiras não-tarifárias. É o caso do Chile, que mantém uma rede de acordos com os EUA, a União Européia, o Japão e outros países da Ásia. É também o caso do Nafta, bloco que reúne Estados Unidos, Canadá e México. As multinacionais brasileiras exportam insumos e produtos complementares para as suas filiais na América Latina. Elas também estão ampliando a produtividade, em virtude dos ganhos de escala e de escopo, e a capacitação tecnológica, que é facilitada pelo acesso a novas tecnologias desenvolvidas nos países que abrigam seus investimentos.

Cerca de 1.637 companhias nacionais declaram ter investimentos no exterior até 2005. O estoque de IDE naquele ano, era de aproximadamente US\$ 80 bilhões, o que representou um crescimento de 45% em relação a 2003. Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), de 2005, indica que as multinacionais brasileiras são maiores, mais eficientes e exportam, em média, mais do que as empresas sem investimentos no exterior e até mesmo do que as multinacionais estrangeiras no Brasil. Segundo o Ipea, essas companhias também remuneram melhor seus funcionários e contratam pessoal mais qualificado. Outra conclusão da pesquisa é que as empresas internacionalizadas são mais avançadas do ponto de vista tecnológico e mais propensas a desenvolver inovações de produtos e processos.

De acordo com o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, isso mostra

que “a necessidade de o Brasil aumentar sua participação no mercado mundial está associada tanto com a ampliação dos nossos fluxos de comércio quanto com a internacionalização de nossas empresas”. Esses dois movimentos se alimentam mutuamente: as empresas exportadoras são mais propensas a realizar investimentos no exterior, bem como as multinacionais brasileiras tendem a exportar mais do que as demais empresas. Elas exportam produtos com mais valor agregado e maior conteúdo tecnológico do que a média da indústria brasileira.

As análises coincidem: o Brasil vive um bom momento da sua economia e está mais preparado para enfrentar os solavancos das crises financeiras do que na década de 1990. “O Brasil está em outro patamar. Estamos diversificados em mercados e produtos. Hoje há uma outra dinâmica exportadora. Mesmo com a apreciação do câmbio as empresas continuam a exportar”, comenta o economista Roberto Iglesias, do Cindes. Segundo ele, não se observa um fenômeno de concentração de pauta. Não tem havido mudança estrutural nos produtos exportados com o câmbio valorizado.

Câmbio e desaceleração das exportações

Entretanto, um agravamento da crise financeira mundial, iniciada com o problema dos créditos “*subprime*” no setor imobiliário norte-americano, poderá afetar as exportações brasileiras, mas esse impacto deverá ser menor do que em outros momentos. Para o ex-ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, “não dava para o Brasil sustentar um crescimento das exportações de 30%”, como em 2004. Em 2006, a ampliação dos embarques foi de 15%. Se cair para 10%, ainda assim, segundo Furlan, estará acima da média mundial.

A tendência, nota Iglesias, é a desaceleração do crescimento das exportações de produtos industriais mais sensíveis à taxa de câmbio, como os de baixa tecnologia (calçados, móveis e têxteis) e média baixa (ferro e aço). “Quem exporta produtos de

baixa intensidade tecnológica são as pequenas empresas, para as quais o negócio exportador se torna menos rentável”.

Os produtos industriais intensivos em mão-de-obra, classificados como de baixa tecnologia, enfrentam principalmente a concorrência chinesa no mercado interno e externo. Mas a China, alardeada como uma das principais fontes de problemas para nossas exportações, está sendo vista também como uma oportunidade, sobretudo para os exportadores de *commodities*, que se beneficiaram da alta dos preços internacionais graças ao poder de compra do dragão asiático.

A ascensão chinesa gerou uma onda de alta dos preços das *commodities* que deverá durar mais alguns anos. Não só a China, mas todo o continente asiático deverá se tornar grande consumidor de *commodities* agrícolas. A explicação para isso se prende a dois fatores: o processo de urbanização pelo qual passa a maior parte dos países da Ásia e o aumento da renda da população, diz André Nassar, diretor geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone). Em função do aumento da demanda asiática, a expectativa do mercado é que os preços das *commodities* no mercado internacional mantenham a trajetória ascendente dos últimos meses. Mas a manutenção da tendência de alta deverá ocorrer apenas para as *commodities* em que existe a concorrência entre alimento e energia. “De forma geral, a tendência de preços altos deve se manter para milho e soja”, acrescenta Nassar.

As excelentes oportunidades de exportar *commodities* para a Ásia e a elevação dos preços desses produtos vêm gerando uma discussão sobre o papel da América Latina de fornecedora de matéria-prima. Há um temor, em alguns círculos de interesse industriais, de que a nova ordem mundial signifique um novo conjunto de plutocratas asiáticos, importadores de matérias-primas e exportadoras de bens industriais. Na esteira desse pensamento, nasce outra visão, mais sofisticada, de que economias com abundância de matérias-primas, como a brasileira, irão sofrer da “doença holandesa”, em que o superávit

comercial proveniente das *commodities* valoriza a moeda nacional de forma a comprometer a competitividade dos preços de manufaturas domésticas no mercado internacional.

Um estudo do Ícone revela que no Brasil não existe a doença holandesa. O trabalho conclui que na cesta de *commodities* brasileiras não houve um crescimento elevado nos preços dos produtos agrícolas, tanto quanto no petróleo e nos minerais, no período de 2002-2006. No Chile, por exemplo, a diversificação na cesta de *commodities* é menor do que a existente no caso brasileiro. O que se observa, explica Roberto Iglesias, co-autor do estudo, é que houve um crescimento maior nos preços dos produtos diferenciados ou industriais do que nos das *commodities*. Com relação aos volumes exportados, de 2002 a 2006, ambos cresceram as *commodities* e os produtos industriais.

A participação das *commodities* na pauta brasileira de exportação, em 2003, era de 54,6%, e em 2006, de 56,8%. O peso dos produtos industriais era 45,4% em 2003, e de 43,2% em 2006. “Não houve uma grande mudança na composição da cesta”, diz Iglesias. E no período, os preços dos combustíveis cresceram mais que os *commodities* agrícolas. A participação do agronegócio na cesta era de 34% em 2003 e passou para 30,6% em 2006. O peso dos combustíveis, que era de 5,3% em 2003, pulou para 7,9% em 2006. No caso dos minérios, a participação também cresceu, de 15,3% para 18,3%. “A participação do agronegócio caiu e a dos combustíveis e minerais subiu porque, nesse caso, os preços aumentaram”, observa Iglesias.

Na categoria dos diferenciados ou industriais, não houve grandes mudanças. Os produtos de baixa tecnologia diminuíram sua participação de 10% para 7,2%. Nesse segmento (têxteis, calçados, móveis) operam empresas de médio e pequeno porte incapazes de promoverem mudanças produtivas para compensar a queda de exportações derivada da apreciação do câmbio, comenta o economista do Cindes. No segmento de alta tecnologia, a Embraer, por exemplo, não deixa de exportar

aviões em decorrência de problemas cambiais, porque fez altos investimentos destinados a colocar seus produtos no mercado externo.

“O que diferencia a atual inserção brasileira no mercado internacional é que há muitas empresas brasileiras que fazem da exportação uma atividade importante. Elas traçam uma estratégia de diversificação de mercados e de risco. Não se trata mais de uma inserção oportunista no mercado internacional”, analisa Iglesias. Isso tudo tem relação com as reformas econômicas da década de 1990, principalmente a liberalização comercial, que forçou as empresas a buscar mercados no exterior.

O estudo do Ícone mostra que, até aqui, mesmo com a apreciação cambial, não houve grandes alterações na composição da pauta brasileira de exportações. Mas, em 2007, diz Iglesias, é provável que se observem outros fenômenos. Mês a mês, nota-se uma desaceleração da taxa de crescimento das exportações, e uma das explicações para isso é a taxa de câmbio. “Há também o fenômeno do crescimento da demanda doméstica e, por outro lado, uma maior participação da capacidade instalada da indústria.” O Brasil só poderá expandir suas exportações de bens, de forma sustentada, na faixa de 10% a 15% ao ano, se fizer investimentos em sua capacidade produtiva, diz. Outros dois desafios são a necessidade de melhorar a infra-estrutura e a produtividade.

O Fator China

A perda de participação das vendas brasileiras nos EUA tem sido explicada pelo avanço da China naquele mercado. De fato, o Brasil, que sempre teve nas Américas, principalmente nos países latino-americanos, a sua maior vantagem comparativa nos manufaturados de média tecnologia, vem perdendo terreno para a China na região. Atualmente, os chineses já exportam mais para a América Latina do que o Brasil. Entre 2000 e 2004, a participação chinesa no total importado pela América Latina passou de 0,7% para 7,8%, enquanto a importação de produtos brasileiros por aqueles países subiu de 5,3% para 6,5%, de acordo com dados do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As exportações brasileiras para a Argentina cresceram 82% entre 1990 e 2004, ao passo que as vendas chinesas expandiram-se mais de 300%. Em 2007, a China deverá ultrapassar a Argentina e tornar-se o segundo maior parceiro comercial brasileiro, atrás apenas dos Estados Unidos. Neste ano, o Brasil deve acumular o primeiro déficit comercial anual com os chineses. De outubro de 2006 a março de 2007, a balança comercial brasileira registrou déficit com a China de US\$ 916,32 milhões, segundo o Conselho Empresarial Brasil-China.

Pesquisa do BID mostra que em 2006, os países latino-americanos registraram perda de 4% em terceiros mercados em função do “efeito China”. Os segmentos industriais mais suscetíveis são aqueles intensivos em mão-de-obra (como têxteis e calçados) e intensivos em capital (produtos de mais alta tecnologia). “A pauta de exportação chinesa tem de tudo, não só bens intensivos em mão-de-obra”, afirma Maurício Moreira Mesquita, economista sênior do Departamento de Integração e Programas Regionais do BID.

“O impacto mais fundamental da competitividade chinesa está na perda de terceiros mercados. Mas se não trabalharmos para criar um ambiente favorável à competitividade nacional e ao crescimento das nossas exportações, começaremos a ter problemas fora e dentro do país”, afirma Rodrigo Tavares Maciel, secretário executivo do Conselho Empresarial Brasil-China. Segundo ele, o tempo médio de transporte das exportações chinesas para os Estados Unidos é de 24 dias, enquanto os produtos brasileiros levam, em média, sete dias. Apesar da proximidade, a diferença dos custos de frete é pouco significativa. A maior parte das exportações chinesas chega ao mercado norte-americano por via marítima e, em razão do grande número de empresas de navegação operando na China, a competição é alta, reduzindo os custos.

Maciel lembra outro fator importante: a intervenção do Estado na economia por meio de crédito quase ilimitado, subsídios e poder

de aplicação seletiva do direito de propriedade intelectual. Porém, é a baixa produtividade brasileira o alvo das maiores críticas. “No Brasil temos um cenário trágico. Desde 2003, a produtividade cresce lentamente, enquanto o câmbio aprecia. Nos últimos anos, o crescimento anual médio da produtividade chinesa foi de 7%”.

A pesquisa do BID também mostra que o México é aquele que mais perde terceiros mercados para produtos chineses no continente, especialmente em segmentos de eletroeletrônicos e autopeças no mercado norte-americano. O setor têxtil e de vestuário também sofreu perda de mercado significativa, 40% nos últimos cinco anos. Esses dados constam do Relatório sobre a 2ª Conferência Internacional Desafios Emergentes (China e Índia), promovido pelo Conselho Empresarial Brasil-China, em abril deste ano, em São Paulo.

O México possui pauta exportadora para a China diferenciada dos demais países latino-americanos, com a participação significativa de produtos de maior valor agregado-eletrônicos e autopeças correspondem a 45% das vendas. Entretanto, a venda de *commodities*, sobretudo minerais, tem registrado crescimento expressivo, o que caracteriza processo de “latino-americanização” da pauta exportadora do México para a China, segundo Enrique Dussel Peters, coordenador de política econômica da Universidade Nacional Autônoma de México (UNAM).

Com o poder de fogo de seus excedentes comerciais – de US\$ 178 bilhões, em 2006, resultado de US\$ 970 bilhões de exportações e US\$ 792 bilhões de importações

– e o apetite voraz por *commodities*, a China avança também sobre o continente africano, onde tem investido na exploração de petróleo e gás. Angola já é o principal fornecedor de petróleo para a China, à frente da Arábia Saudita, lembra Jacques Marcovitch, professor da FEA-USP. Os chineses fazem contratos de fornecimento de petróleo de longo prazo com os africanos e, em troca, investem na infraestrutura desses países. Esse deve ser um elemento de preocupação para as empreiteiras brasileiras, que há décadas realizam obras de construção e engenharia naqueles países, diz Marcovitch. Os fundos de investimentos criados pelos chineses com excedentes comerciais estão garantindo a construção de casas populares, e isso “inibe a competitividade de empresas brasileiras em Angola”, afirma, na medida em que a China fornece financiamento barato e mão-de-obra própria, enviada para a África.

Os africanos agora estão diante de novos desafios: como lidar com mão-de-obra chinesa migrante, infraestrutura seletiva, *dumping* de produtos e incentivos financeiros a países com histórico de desrespeito aos direitos humanos. “Não há dúvidas de que a África é importante para a China e que os investimentos chineses são relevantes. Mas a China tem potencial para desestabilizar as economias africanas na medida em que seus objetivos são claros. Cabe aos países africanos não ceder incondicionalmente” afirma Neuma Grobelaar, diretora de pesquisa do South African Institute of International Affairs (SAIIA), que participou da conferência do Conselho Empresarial Brasil-China.

Fonte: Conjuntura Econômica FGV - Setembro de 2007. Vol. 61 nº09, Pag. 18-24.

* Jornalista, Coordenadora de Comunicação do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) e especialista em assuntos relacionados ao comércio externo e às relações internacionais.

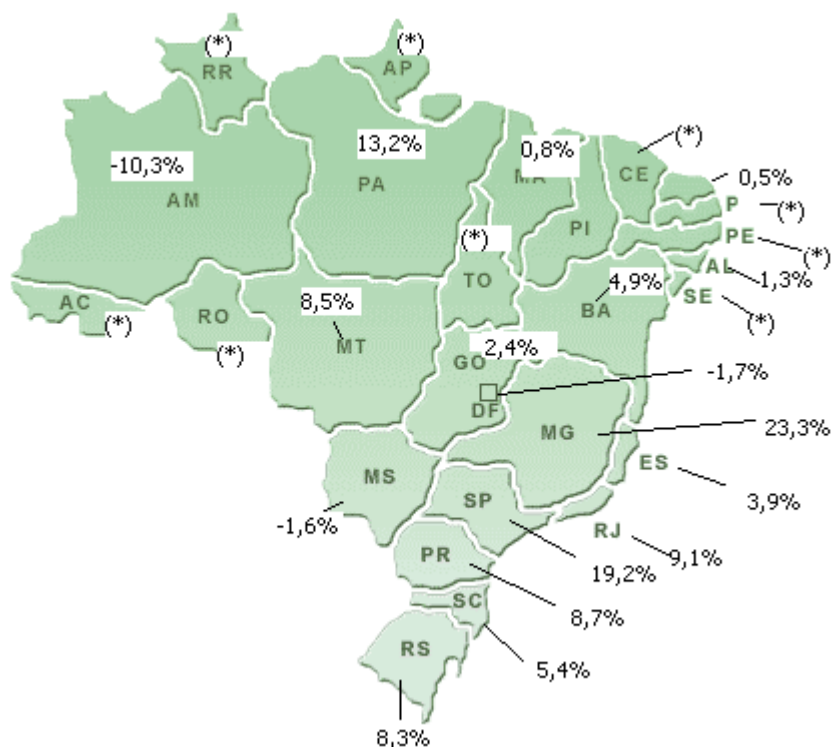
BRASIL - QUEM MAIS GEROU SALDOS COMERCIAIS

* Lia Valls Pereira

O Estado de São Paulo ampliou a sua participação como gerador de saldos comerciais para o país no ano passado: dos 16,8% de 2005, as empresas localizadas no estado mais rico da União, passaram a contribuir com 19,2% do total do saldo comercial brasileiro em 2006 que alcançou a casa dos US\$ 46.074 milhões. Isso aumentou a

participação do comércio exterior do estado na formação do Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado, as exportações representaram 16,8% do PIB, colocando São Paulo em oitavo lugar na relação dos Estados em que o comércio exterior mais pesa no PIB. Em 2005, estava no 12º posto.

Participação dos estados em 2006



(*) Estados com participação mínima no saldo comercial do país. Deve-se considerar ainda 4,1% de participação no saldo de municípios não declarados.

Fonte: Conjuntura Econômica FGV, vol. 61 nº 09, Setembro 2007.

Como vem ocorrendo historicamente, a região Sudeste foi a que maior contribuição deu para o saldo recorde da balança comercial no passado. Juntos, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Espírito Santo ficaram com 55,7% do saldo comercial brasileiro, bem acima dos 46,4% contabilizados no ano anterior. Houve um

crescimento de 27,9% de um ano para outro. O grande destaque foi o estado do Rio de Janeiro que exportou US\$ 4.197 milhões, com um crescimento de 181,5% em relação a 2005. Com isso, a participação das exportações na formação do PIB pulou para 10,3%, ante os 6,7% de 2005.

A segunda região maior gerador de saldos comerciais para o país foi a Sul, embora tenha ocorrido uma queda de 18,3% no valor do saldo alcançado em 2005 em relação a 2006, em função da retração gerada nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Mesmo assim, a região exportou US\$ 10.343 milhões, contribuindo com 22,4% para o saldo comercial brasileiro. Em 2005 essa participação havia sido de 28,3%.

No ano passado, a região Centro-Oeste foi a terceira geradora de saldos comerciais, superando a região Nordeste que apresentou uma redução de 35,9% em seu saldo comercial acumulado, caindo de US\$ 4.246 milhões para US\$ 2.722 milhões em 2006. Com isso, a participação despencou: de 9,4% em 2005 para 5,9% no ano passado. Já os Estados do Centro-Oeste, com uma queda de 16,9% no saldo comercial, passaram a ter uma fatia de 7,6% no saldo comercial brasileiro, inferior aos 9,5% de 2006.

Esse quadro mostra que a região Sudeste ampliou largamente a sua participação

como geradora de saldo comercial para o país, em detrimento das demais regiões do país.

A tabela que traz os maiores saldos comerciais por municípios trouxe somente uma alteração nas três primeiras colocações. Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, aumentou seu saldo comercial em 59,2%, mantendo-se como o município que mais gera saldos ao país (12,2% do total, ante os 7,9% de 2005). São Bernardo do Campo, em São Paulo, forte centro produtor de veículos, passou para a segunda posição, desbancando São José dos Campos, com uma participação de 5,8% ante os 4,3% de 2005. E Santos, com uma participação de 5,5% no saldo comercial total do país, ficou na terceira posição, a mesma ocupada em 2005 quando havia gerado um saldo comercial de 4,7%.

Os dez municípios que mais geraram saldos comerciais ao país contribuíram o ano passado com nada menos do que 49,8% do total, ante os 39,9% de 2005.

Saldos comerciais por Regiões (em US\$ milhões)

	2006	2005
Região Sudeste	25.664	20.070
São Paulo	8.864	7.511
Minas Gerais	10.780	9.565
Rio de Janeiro	4.197	1.491
Espírito santo	1.824	1.503
Região Sul	10.343	12.653
Rio Grande do Sul	3.826	3.761
Paraná	4.024	5.495
Santa Catarina	2.493	3.396
Região Nordeste	2.722	4.246
Bahia	2.251	2.637
Maranhão	-13	344
Ceará	-140	342
Pernambuco	-244	-21
Alagoas	582	491
Rio Grande do Norte	241	303
Paraíba	39	134
Sergipe	-15	-27
Piauí	20	44
Região Norte	1.907	1.732
Pará	6.063	4.403
Amazonas	-4.735	-3.075
Rondônia	253	181
Tocantins	179	144
Amapá	117	60
Acre	16	11
Roraima	14	8
Região Centro-Oeste	3.512	4.226
Mato Grosso	3.927	3.741
Goiás	1.099	1.092
Mato Grosso do Sul	-722	69
Distrito Federal	-793	-677
Municípios Não-Declarados	1.926	1.777
Total Geral	46.074	44.703

Maiores saldos comerciais por municípios (em US\$ milhões)

Class.2006.	Class.2005		UF	2006	2005	Var%
Região Nordeste						
1	1	São Francisco do Conde	BA	1.062	1.012	5
2	17	Eunápolis	BA	348	82	322,1
3	3	Aiçalândia	MA	329	329	0,1
4	2	Camaçari	BA	305	510	-40,3
5	4	Maceió	AL	298	273	9,1
6	5	Mucuri	BA	288	240	19,8
7	9	União dos Palmares	AL	186	144	28,9
8	6	Luís Eduardo Magalhães	BA	182	229	-20,5
9	8	Simões Filho	BA	145	149	-2,8
10	10	Cascavel	CE	100	112	-10,5

Fonte: Dados Extraídos Conjuntura Econômica vol 61 n° 09/Setembro 2007/FGV

*Especialista em Análise Econômica do Instituto Brasileiro de Economia da FGV/RJ. Professora Adjunta de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Coordenadora de projetos do IBRE/FGV

ALAGOAS - RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL 2006

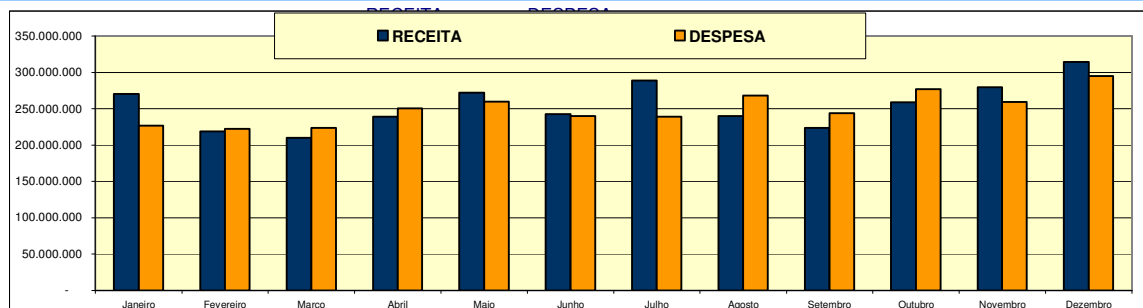
*Bartolomeu Bueno de Oliveira

**Dorildo Lima Calheiros

No exercício financeiro de 2006, o Tesouro Estadual registrou um superávit orçamentário de 1,86%. As receitas realizadas totalizaram R\$ 3.061,9 bilhões e as despesas orçamentárias, devidamente registradas (SIAFEM), alcançaram R\$ 3.005,9 bilhões. Este desempenho positivo deve ser creditado a excelente performance das receitas, principalmente as tributárias, que cresceram em números reais 12,93%, induzidas pelo excelente desempenho do ICMS, que montou R\$1.281,2 bilhões, ritmo este bem mais acelerado que o das transferências federais (6,59%). No entanto, estas últimas continuam respondendo pela parcela maior dos ingressos

líquidos nas contas do Tesouro Estadual (R\$ 1.595,1 bilhões); por sua vez as receitas tributárias arrecadadas diretamente através da conta única estadual, que são destinadas a cobrir os gastos públicos estadual, totalizaram R\$ 1.045,4 bilhões; a conta receita também foi beneficiada com o ingresso de recursos eventuais (vendas de ativos em poder do Tesouro Estadual - FCVS e CVS), que renderam R\$ 55,6 milhões, e o crescimento mais reduzido nos gastos públicos, inerentes à execução orçamentária de 2006 (3,82% real), também contribuiu para este desempenho positivo.

GRÁFICO I - COMPARATIVO: RECEITA X DESPESA EXEC.ORÇAMENTÁRIA - Janeiro-Dezembro/2006



EVOLUÇÃO MENSAL DA RECEITA E DESPESA - Janeiro - Dezembro/2006

PERÍODO	RECEITA		DESPESA		(RECEITA / DESPESA)
	VALOR	VARIÇÃO (%)	VALOR	VARIÇÃO (%)	(%)
Janeiro	270.523.781,00	0,00	226.828.062,74	-	19,26
Fevereiro	218.988.536,20	-19,05	222.192.325,98	-2,04	-1,44
Março	212.034.866,97	-3,18	223.388.130,31	0,54	-5,08
Abril	239.270.471,76	12,84	250.577.965,70	12,17	-4,51
Mai	272.265.607,51	13,79	259.879.220,53	3,71	4,77
Junho	242.934.634,66	-10,77	239.912.209,23	-7,68	1,26
Julho	288.837.527,11	18,90	239.367.557,43	-0,23	20,67
Agosto	240.209.546,76	-16,84	268.386.323,45	12,12	-10,50
Setembro	223.826.756,71	-6,82	244.250.509,56	-8,99	-8,36
Outubro	258.744.319,35	15,60	277.047.889,45	13,43	-6,61
Novembro	279.712.060,86	8,10	259.106.332,63	-6,48	7,95
Dezembro	314.593.449,46	12,47	294.992.456,55	13,85	6,64
T O T A L	3.061.941.558,35	-	3.005.928.983,56	-	1,86

Fonte: SEFAZ

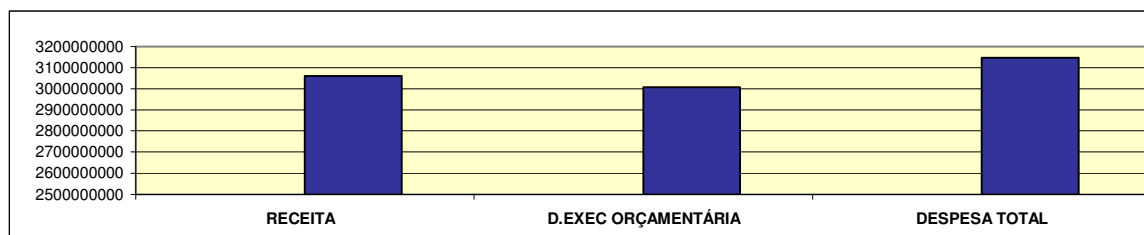
Nota: No total da despesa não estão incluídos os gastos com restos a pagar e precatórios

No entanto, quando a análise das contas públicas estaduais do exercício financeiro de 2006 passa a ser feita observando o efetivo ingresso de receitas e os dispêndios efetivados ao longo do período em análise, constata-se um desequilíbrio financeiro de R\$ 84,5 milhões nas contas do Tesouro Estadual, uma vez que as receitas não se alteram (R\$ 3.061,9 bilhões) e as despesas de 2006 (R\$ 3.005,9 bilhões) passam a somar R\$3.146,4 bilhões com o incremento nas despesas advindas de restos a pagar do exercício de financeiro de 2005, que alcançou R\$ 192,2 milhões e foi resgatado em parte no período em análise (R\$140,5 milhões), permanecendo um saldo de R\$ 51,7 milhões. Evidencie-se que este é o maior saldo de restos a pagar registrado nos últimos 03 anos e corresponde a um crescimento nominal de 280% e 238%, quando o comparativo se deu com os exercícios financeiros de 2003 e 2004.

Este desequilíbrio passa a ser bem mais forte quando se incorpora a este déficit financeiro outras pendências que estão sendo levantadas pela Secretaria da Fazenda e que devem ser administradas pelo Tesouro Estadual, tais como: R\$ 75,6 milhões de restos a pagar/2006; um saldo de R\$ 41,6 milhões de consignações descontadas de servidores e não repassadas aos credores e um débito de R\$ 21,0 milhões, referente a repasses constitucionais principalmente de ICMS e

IPVA; acrescentando-se R\$ 9,8 milhões, fruto de parcela de 13º salário /2006, pago em 2007, juntamente com R\$ 21,6 milhões de dívida vencida, mais R\$ 24,6 milhões de débitos em atraso com INSS, PASEP e FGTS, em dezembro, no valor de R\$ 21,6 milhões e retenções do FUNDEF e não repassadas aquele fundo que chegam a R\$ 34,8 milhões. Somando-se estas pendências com os R\$ 84,5 milhões acima referido, o Tesouro Estadual terá que administrar um déficit estrutural em suas contas de R\$ 313,5 milhões ao longo dos exercícios financeiros futuros. Acrescente-se que neste quadro de desequilíbrio não estão incluídos, caso tenham ocorridos, compromissos assumidos por dirigentes dos diversos órgãos da administração direta e indireta, sem o devido registro legal no SIAFEM, através do efetivo empenho dos mesmos e a folha de pessoal do Poder Executivo, referente ao mês de dezembro de 2006, uma vez que está incluída no demonstrativo geral de despesa apresentado dentro do Boletim Econômico e seu pagamento vem sendo realizado ao longo dos últimos exercícios no mês subsequente a efetivação da mesma; alguns destes valores poderão sofrer algumas correções quando da consolidação das contas públicas para elaboração do balanço geral do Estado de Alagoas.

GRÁFICO II- COMPARATIVO: RECEITA X DESPESA EXEC. ORÇAMENTÁRIA X DESPESA TOTAL - 2006



No acumulado de janeiro a dezembro de 2006, as receitas do Tesouro Estadual cresceram nominalmente 14,32%, quando comparadas com o mesmo período de 2005. Como já evidenciado em análises anteriores, este resultado é bastante inferior ao alcançado naquele exercício, que foi de 23,11%. O

destaque maior coube ao grupo das receitas tributárias (18,13%) impulsionado principalmente pelo excelente desempenho da receita de ICMS, que cresceu 16,68%, e, no último trimestre de 2006, apresentou uma elevação bastante expressiva (31,54%), comparado ao mesmo período de 2005, o que

valeu uma arrecadação de R\$ 1.281,2 bilhões no exercício em análise; já o IPVA alcançou a soma de R\$ 67,1 milhões e apresentou o maior incremento, em torno de 24,00% no citado grupo de receita, no comparativo com o exercício passado. No grupo das transferências federais, o destaque maior coube ao FPE; quando a análise se dar por conta do volume de recursos financeiros (R\$1,379 bilhões) com um crescimento de 10,67 %, o que equivaleu a um aporte financeiro adicional de R\$ 133,0 milhões no período de janeiro/dezembro de 2006. Acrescente-se que este crescimento é bem mais reduzido que o observado em igual período de 2005, que foi de 25,13%; destaques

também para o desempenho das receitas com os títulos IPI - exportação com crescimento de 54,78 %; a CIDE que cresceu 28,72% alcançando um volume de recursos financeiros da ordem de R\$ 25,5 milhões. As retrações que vinham sendo constatadas ao longo dos trimestres anteriores no grupo das transferências federais, no item fomento a exportações, conhecida como Lei Kandir, foram devidamente corrigidas no ultimo trimestre de 2006, com a edição de uma Medida Provisória por parte do Governo Federal, trazendo como consequência um ingresso adicional desta receita no Tesouro Estadual de R\$ 47,3 milhões entre os meses de novembro e dezembro do corrente exercício.

COMPARATIVO: RECEITA TOTAL - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro-Dezenbro / 2005-2006						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2006 (1)		
	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.184.509.756,18	1.399.254.236,99	18,13	1.249.633.895,52	1.411.218.726,63	12,93
ICMS	1.098.100.492,36	1.281.244.101,99	16,68	1.158.612.682,53	1.294.846.661,89	11,76
IPVA	54.137.792,30	67.131.705,14	24,00	57.103.073,46	64.959.203,16	13,76
ITCD	1.511.197,60	1.608.238,28	6,42	1.604.678,97	1.651.027,16	2,89
TAXAS	1.754.458,36	1.766.906,29	0,71	1.852.988,90	1.786.391,92	-3,59
Fundo Combate Pobreza (2)	...	30.795.749,04	-	...	31.124.535,34	-
Outras Rec.Tributárias	29.005.815,56	16.707.536,25	-63,92	30.460.471,67	16.850.907,15	-44,68
Outras Receitas (3)	46.305.837,59	55.697.411,81	20,28	47.703.623,80	56.293.198,58	18,01
TRANSF. FEDERAIS	1.447.474.344,39	1.606.989.909,55	11,02	1.526.625.217,01	1.627.182.936,64	6,59
FPE	1.246.234.697,61	1.379.240.067,49	10,67	1.314.507.838,08	1.394.249.461,95	6,07
IPI (Exportação)	6.056.257,66	9.373.806,10	54,78	6.386.362,40	9.471.908,46	48,31
XISTO/GÁS (Royalties)	42.184.779,50	47.287.912,77	12,10	44.391.926,20	47.840.061,20	7,77
REC. HÍDRICOS	8.444.037,30	10.164.797,68	20,38	8.889.075,84	10.273.528,98	15,57
FEP	4.166.372,95	4.926.588,32	18,25	4.399.435,74	4.978.737,23	13,17
TRANSF. I. RENDA	60.043.968,05	69.336.585,48	15,48	63.251.989,29	70.048.723,68	10,75
DNPM	46.275,42	56.482,72	22,06	48.879,56	57.043,54	16,70
L. Kandir(Q parte Estado)	21.425.789,88	12.288.217,54	-42,65	22.728.237,47	12.382.374,51	-45,52
CIDE	19.811.603,52	22.404.295,19	13,09	21.037.236,42	25.774.605,60	22,52
MP 193 CEX(Q parte.Est)	39.060.562,50	51.911.156,26	32,90	40.984.236,01	52.106.491,50	27,14
TOTAL	2.678.289.938,16	3.061.941.558,35	14,32	2.823.962.736,33	3.094.694.861,85	9,59

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

(2) - No exercício de 2005 os valores do Fundo de Combate a Pobreza estão incluídos em Outras Receitas.

(3) 2006 - Recursos provenientes ds vendas do FCVS e Títulos CVS.

2005 - CEF - Conta salário.

ARRECAÇÃO DO ICMS - ESTADOS DO NORDESTE - Valores em R\$ Mil - 2003 - 2005					
ESTADOS	I C M S			Crescimento Nominal	
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Maranhão	979.434	1.191.859	1.463.924	20,82	23,71
Piauí	612.352	761.714	902.277	24,39	18,45
Ceará	2.633.552	2.994.081	3.144.615	13,71	5,01
Rio G. do Norte	1.186.707	1.394.630	1.616.429	17,53	15,90
Paraíba	1.040.954	1.144.547	1.336.561	9,94	16,79
Pernambuco	3.177.688	3.667.071	4.313.199	15,39	17,63
Alagoas	799.525	973.291	1.098.100	20,20	14,27
Sergipe	764.509	873.013	1.010.710	14,19	15,77
Bahia	5.871.355	7.132.795	7.820.304	21,44	9,68

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

COMPARATIVO DO ICMS ARRECADADO - ALAGOAS - NORDESTE - BRASIL - 2005 - Valores em R\$ Milhão						
Especificação	Alagoas	Nordeste	Brasil	Participação Percentual		
				AL / NE	AL / BR	NE / BR
Janeiro	97	1.979	13.080	4,90	0,74	15,13
Fevereiro	82	1.722	11.681	4,76	0,70	14,74
Março	87	1.628	11.832	5,34	0,74	13,76
Abril	96	1.800	12.638	5,33	0,76	14,24
Mai	85	1.862	12.623	4,56	0,67	14,75
Junho	99	1.855	12.735	5,34	0,78	14,57
Julho	83	1.793	12.589	4,63	0,66	14,24
Agosto	84	1.798	12.781	4,67	0,66	14,07
Setembro	97	2.131	13.568	4,55	0,71	15,71
Outubro	86	1.986	13.504	4,33	0,64	14,71
Novembro	84	2.002	13.461	4,20	0,62	14,87
Dezembro	118	2.147	14.317	5,50	0,82	15,00
TOTAL	1.098	22.703	154.810	4,84	0,71	14,67

Fonte: COTEPE, SEFAZ/AL

No item outras receitas tributárias, o montante de recursos financeiros arrecadados pelo fundo de combate a pobreza – FECOEP alcançou a soma de R\$ 30,7 milhões, enquanto a receita honorários advocatícios da Procuradoria Geral de Estado de Alagoas somou R\$ 857,0 mil; já a receita com a cobrança da dívida ativa somou a irrisória quantia de R\$ 26,0 mil no período em análise.

No exercício financeiro de 2006, mais precisamente no 3º trimestre, o Tesouro Estadual contabilizou também um volume considerável de recursos financeiros dentro do

item denominado de outras receitas e/ou receitas eventuais (R\$ 55,6 milhões), recursos estes provenientes das vendas de títulos representativos da dívida pública federal: sendo R\$ 33,5 milhões relativos ao fundo de compensação de variações salariais – FCVS negociados junto a CETIP e R\$ 22,1 milhões de títulos CVS, negociados com o BNDES. Por sua vez, as transferências voluntárias efetivadas pelo Governo Federal, através de convênios aplicados nas diversas áreas de atuação do Poder Público Estadual, somaram R\$ 173,5 milhões em 2006 (fonte - SIAFEM).

ARRECAÇÃO DO ICMS X PRODUTO INTERNO BRUTO - Valores em R\$ Milhão - 2002 - 2003						
ESTADOS	PIB		I C M S		(ICMS/PIB)%	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Maranhão	13.984	16.547	979	1.192	7,00	7,20
Piauí	7.325	8.611	612	762	8,36	8,85
Ceará	28.425	33.261	2.634	2.995	9,26	9,00
Rio G. do Norte	13.696	15.906	1.187	1.395	8,66	8,77
Paraíba	13.711	14.863	1.041	1.145	7,59	7,70
Pernambuco	42.261	47.697	3.178	3.667	7,52	7,69
Alagoas	10.326	11.556	800	973	7,74	8,32
Sergipe	11.704	13.121	765	873	6,53	6,65
Bahia	73.166	86.882	5.871	7.133	8,02	8,21
NORDESTE	214.598	248.445	17.066	20.133	7,95	8,10
BRASIL	1.556.154	1.766.621	119.299	137.938	7,67	7,81

Fonte: IBGE - COTEPE

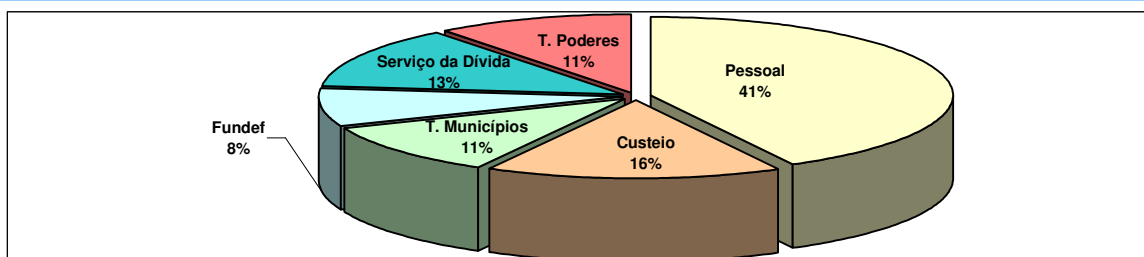
As despesas orçamentárias do Tesouro Estadual, no período de janeiro/dezembro de 2006, totalizaram R\$3.005,9 bilhões com um incremento de 8,86% em relação ao mesmo período de 2005, resultando em um aumento nos gastos públicos estaduais de R\$239,5 milhões. Este desempenho é bem mais modesto que o verificado em igual período no exercício passado (25,75%). Como já constatado nas análises dos três primeiros trimestres de 2006, as transferências a outros Poderes, incluindo-se o Ministério Público,

responderam pelo maior incremento nos gastos com a manutenção da máquina administrativa estadual (R\$358,6 milhões) e uma elevação de 16,69 %, o que resultou em um gasto adicional de mais R\$51,3 milhões, quando o comparativo é feito com igual período do ano anterior; Já os gastos sob responsabilidade do Poder Executivo alcançaram R\$ 2.647,3 bilhões com um incremento de 7,88 %, comparando-se ao exercício de 2005.

Como já constatado no grupo das receitas, houve também uma desaceleração no nível dos gastos públicos estaduais, salientando-se que esta retração foi bem mais acentuada que a ocorrida no desempenho das receitas. Mesmo com a retração nas despesas globais do Estado, o item despesa com pessoal do Poder Executivo consumiu R\$ 1.252,1 bilhões representando 41% da composição geral da despesa o que acarretou um incremento de R\$ 101,7 milhões, neste item de despesa em 2006, seguido pelo item custeio/investimento com 16 % deste total.

Saliente-se que esta despesa tem crescido aceleradamente nos últimos três anos, saindo de 14% em 2004 para 21% em 2005, retornando a 16% neste exercício de 2006, quando o recomendável para que se mantenham as contas públicas dentro de um equilíbrio é uma participação média de 10% no total dos gastos. Pode-se responsabilizar, principalmente a este elevado dispêndio, as dificuldades atuais das contas do Tesouro Estadual, ficando em terceiro lugar os gastos com o serviço da dívida pública estadual (13%), consumindo R\$381,0 milhões do mesmo Tesouro .

GRÁFICO III- COMPOSIÇÃO GERAL DA DESPESA



Já os gastos com transferências a outros Poderes e transferências a Municípios se igualaram em 11% e o item designado de fundef/liquido (estes recursos são transferidos

aos municípios) consumiu 8% do total geral dos gastos do Tesouro Estadual no exercício de 2006.

TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - PERÍODO: 2005-2006

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2006 (1)		
	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%
Transf. a Poderes	307.334.757,16	358.627.485,56	16,69	324.378.347,78	362.547.142,98	11,77
Tribunal de Justiça	122.808.687,98	141.050.238,30	14,85	129.640.750,78	142.626.958,79	10,02
Tribunal de Contas	37.558.190,25	43.052.163,96	14,63	39.639.144,98	43.517.898,59	9,79
Assembléia Legislativa	94.308.303,25	113.987.000,00	20,87	99.515.500,23	115.198.217,96	15,76
Ministério Público	52.659.575,68	60.538.083,30	14,96	55.582.951,79	61.204.067,64	10,11
Poder Executivo	2.454.037.797,10	2.647.301.498,00	7,88	2.585.571.392,49	2.658.705.550,15	2,83
Pessoal (Desp.Bruta)	1.150.417.190,77	1.252.172.418,29	8,85	1.211.874.368,35	1.265.265.923,60	4,41
Custeio / Investimento (2)	460.259.621,03	454.695.191,70	-1,21	483.504.673,07	456.927.582,47	-5,50
Transf. a Municípios	283.064.939,89	336.815.578,70	18,99	298.691.494,70	340.492.285,25	13,99
Fundef / Líquido	180.147.122,75	222.583.368,80	23,56	190.182.700,25	212.404.193,00	11,68
Serviço da Dívida	380.148.922,66	381.034.940,50	0,23	401.318.156,12	383.615.565,82	-4,41
TOTAL	2.761.372.554,26	3.005.928.983,56	8,86	2.909.949.740,26	3.021.252.693,12	3,82

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

(2) - Valores atualizados pelo SIAFEM

O volume de recursos financeiros que ingressou no Tesouro Estadual no 4º trimestre/2006 foi da ordem de R\$ 853,0 milhões, com um crescimento nominal de

13,31%, quando comparado ao 3º trimestre, equivalendo a um aporte financeiro que superou a R\$ 100,0 milhões; a receita com o ICMS foi a maior responsável por este

grande incremento somando R\$ 377,2 milhões com um aumento de 31,54% no período, com uma recuperação considerável uma vez que seu desempenho no trimestre passado foi bastante sofrível (-10,45%). Esta performance pode ser creditada principalmente a arrecadação deste tributo no mês de outubro (R\$133,4 milhões) com um crescimento de 55,03%, quando se compara ao mesmo período de 2005. Credite-se este incremento aos recolhimentos bastante elevados, sem justificativa dos setores de comunicação e energia elétrica, que arrecadaram R\$ 57,8 milhões juntos nos meses de outubro e novembro, seguida pela receita da Lei Kandir/Medida Provisória que foi da ordem de R\$ 47,3 milhões contra uma receita inexistente neste item no trimestre anterior. Já o FPE cresceu apenas 7,63% e somou R\$ 352,9 milhões; a transferência do imposto de renda que é representada basicamente

pelos descontos nos salários dos servidores públicos estaduais foi de R\$ 20,1 milhões, com um crescimento de 9,73%; alguns itens das transferências federais que não representam volumes financeiros consideráveis apresentaram reduções em seus valores neste 4º trimestre e parte desta redução se justifica pelo incremento acentuado acontecido no 3º trimestre. Ainda no grupo das receitas tributárias, destaque para a queda na arrecadação do Imposto sobre propriedade de veículos automotores – IPVA (-56,04%), justificado principalmente pela sazonalidade em seu fluxo arrecadatório, uma vez que no 3º trimestre esta receita cresceu 69,24%. Já o fundo de combate à pobreza – FECOEP experimentou um incremento de 30,77% , fruto sem dúvida alguma advindo da excepcional performance da receita do ICMS neste 4º trimestre .

R E C E I T A - (Receita Tributária, Transf. Federais e Outras Receitas)						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
Receitas Tributárias	144.932.710,25	126.844.888,07	135.198.540,58	406.976.138,90	324.477.812,12	25,42
ICMS	133.497.316,93	118.020.560,77	125.746.295,36	377.264.173,06	286.814.892,90	31,54
Outras Rec Tributárias	11.435.393,32	8.824.327,30	9.452.245,22	29.711.965,84	37.662.919,22	-21,11
Transf. Federais	113.811.609,10	152.867.172,79	179.394.908,88	446.073.690,77	372.698.606,65	19,69
FPE	94.075.155,32	115.865.873,31	140.902.714,80	350.843.743,43	325.981.253,89	7,63
Outras Transf. Federais	19.736.453,78	37.001.299,48	38.492.194,08	95.229.947,34	46.717.352,76	103,84
Outras Receitas (1)	-	-	-	-	55.697.411,81	-100,00
TOTAL	258.744.319,35	279.712.060,86	314.593.449,46	853.049.829,67	752.873.830,58	13,31

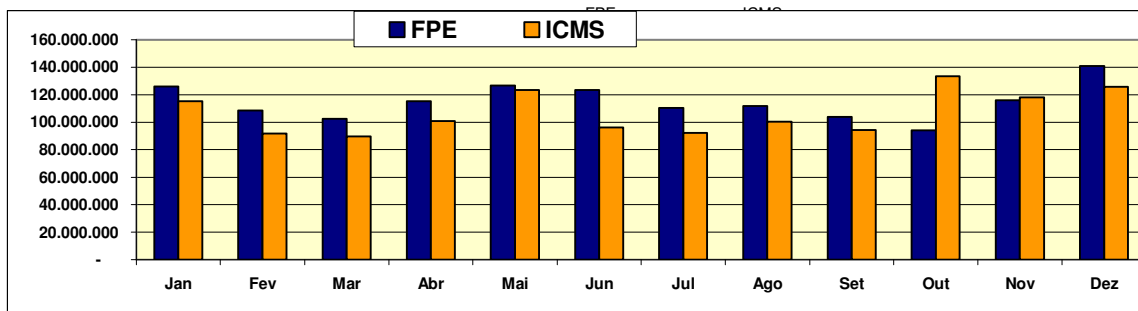
Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Recursos provenientes ds vendas do FCVS e Títulos CVS.

T R A N S F E R Ê N C I A S F E D E R A I S						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
FPE	94.075.155,32	115.865.873,31	140.902.714,80	350.843.743,43	325.981.253,89	7,63
IPI - exportação	803.092,69	808.041,33	1.091.441,43	2.702.575,45	2.402.706,34	12,48
XISTO/GÁS (Royalties)	3.785.546,69	3.856.202,08	3.610.041,72	11.251.790,49	11.671.194,96	-3,59
REC. HÍDRICOS	957.196,75	984.002,60	1.019.568,32	2.960.767,67	3.277.247,62	-9,66
FEP	465.091,52	419.674,60	397.141,81	1.281.907,93	1.358.815,42	-5,66
TRANSF. I. RENDA	6.172.496,88	6.252.794,29	7.692.381,71	20.117.672,88	18.334.144,27	9,73
DNPM	3.113,03	3.919,57	4.954,08	11.986,68	15.356,71	-21,94
L. Kandir(Q.Parte/Est)	1.024.018,13	1.024.018,13	1.024.018,13	3.072.054,39	3.072.054,39	0,00
CIDE	6.525.898,09	-	-	6.525.898,09	6.585.833,05	-0,91
MP 193 CEX(Q.Parte.Est)	-	23.652.646,88	23.652.646,88	47.305.293,76	-	-
TOTAL	113.811.609,10	152.867.172,79	179.394.908,88	446.073.690,77	372.698.606,65	19,69

Fonte: SEFAZ

GRÁFICO IV - COMPARATIVO DAS RECEITAS DE ICMS E FPE - Janeiro - Dezembro/2006



R E C E I T A T R I B U T Á R I A E O U T R A S R E C E I T A S

Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
ICMS	133.497.316,93	118.020.560,77	125.746.295,36	377.264.173,06	286.814.892,90	31,54
IPVA	6.344.483,85	3.502.143,95	1.933.707,29	11.780.335,09	26.800.344,22	-56,04
ITCD	141.212,92	168.754,93	257.931,99	567.899,84	330.734,99	71,71
TAXAS	149.695,76	153.967,67	132.780,64	436.444,07	477.542,68	-8,61
Fundo Combate Pobreza	3.336.947,62	3.370.378,88	2.497.852,86	9.205.179,36	7.038.946,57	30,77
OUTRAS REC. TRIBUTÁRIAS	1.463.053,17	1.629.081,87	4.629.972,44	7.722.107,48	3.015.350,76	156,09
Outras Receitas (1)	-	-	-	-	55.697.411,81	-100,00
TOTAL	144.932.710,25	126.844.888,07	135.198.540,58	406.976.138,90	380.175.223,93	7,05

Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Recursos provenientes ds vendas do FCVS e Títulos CVS.

Ao final do exercício financeiro de 2006, a arrecadação do ICMS, por natureza de recolhimento, praticamente manteve a mesma configuração das análises elaboradas nos 1º, 2º e 3º trimestres deste ano de 2006, com algumas variações que, no entanto, altera pouco o desempenho apresentado no mesmo período do exercício de 2005. Mais uma vez as performances que continuam a merecer destaque, principalmente pelo peso individual de cada um destes itens, no volume de receita arrecadada, são: O desempenho do item denominado de comunicação que despencou de uma participação de 12,29 % em 2004 para 10,80% em 2005 e alcança 9,10% no exercício em análise e se não bastasse a redução percentual em 2006. Houve uma queda injustificável também no montante da receita arrecadada (R\$116,6 milhões) contra R\$ 118,0 milhões em 2004; já o item denominado energia elétrica, ao contrário do primeiro, experimentou um crescimento de 65,45%, quando a comparação é feita com igual período de 2005, atingindo uma arrecadação de R\$149,3 milhões. A melhor resposta para o crescimento da receita advinda do setor de

energia elétrica continua sendo o recolhimento de ICMS atrasado devido pela Companhia Energética do Estado de Alagoas – CEAL, no valor de R\$ 39,4 milhões efetivado no mês de maio do corrente exercício, bem como a regularização dos recolhimentos nos meses subsequentes. Um outro item que merece ser citado, pelo bom desempenho que vem experimentando, é o titulado como parcelamento do setor sucroalcooleiro, que alcançou um crescimento de 73,19%, neste período, com uma arrecadação de R\$ 38,2 milhões, destacando-se também pelo crescimento expressivo de 136,27%, quando comparado ao exercício de 2005; a receita com o título remissão (REFAZ Lei estadual nº 6567/2006), neste exercício resultou em uma arrecadação de R\$19,5 milhões no período análise.

Voltamos a reiterar a necessidade de uma análise mais acurada no baixo volume de receita que tem ingressado nos cofres públicos estaduais advindo da Lei 6410/2003 – ICMS - telecomunicação e importação, operações estas que os seus demandadores podem se beneficiar com a compra dos chamados precatórios junto a

servidores públicos estaduais, que, no período de janeiro/dezembro de 2006; foram registrados nos mapas de arrecadações mensais – MANs de 2006 o montante de R\$ 657,0 mil, muito embora a Procuradoria Geral do Estado de Alagoas tenha expedido termos de certificações de liquidez de créditos que beneficiam, junto ao Tesouro Estadual, servidores e outros credores no total R\$ 220,9 milhões no período de janeiro/outubro de 2006.

Ainda, quando a análise se der pela ótica da participação no montante da receita arrecadada, o quadro também permanece quase inalterado e o item denominado de

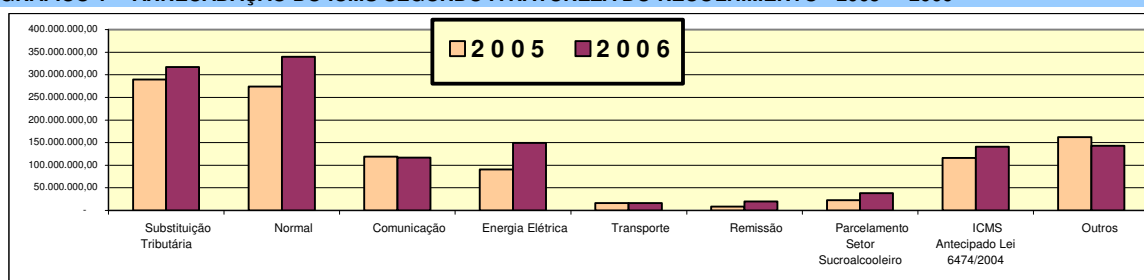
substituição tributária, que já respondeu por mais de 41,6% deste volume de arrecadação, chegou a janeiro/dezembro de 2006, com uma participação de apenas 24,75%; o item denominado de normal manteve-se em 1º lugar e deteve 26,51% do total arrecadado; na terceira posição continua o item energia elétrica com 11,66%, espaço este antes ocupado pelo item de receita comunicação, que foi também ultrapassada pelo item ICMS antecipado Lei 6474/2004, que assumiu a participação de 11,14% no total da arrecadação do ICMS com o título natureza de recolhimento.

ARRECAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2005 e 2006

Especificação	2 0 0 5		2 0 0 6		Variação Nominal (2006/2005)%
	Valor	Participação %	Valor	Participação %	
Substituição Tributária	289.541.905,62	26,37	317.154.565,26	24,75	9,54
Normal	274.032.273,31	24,96	339.693.065,36	26,51	23,96
Comunicação	118.708.574,30	10,81	116.655.047,91	9,10	-1,73
Energia Elétrica	90.292.397,10	8,22	149.390.535,84	11,66	65,45
Transporte	16.579.848,40	1,51	16.428.333,66	1,28	-0,91
Remissão	8.293.283,19	0,76	19.594.494,32	1,53	136,27
Parcelamento Setor Sucroalcooleiro	22.087.108,86	2,01	38.253.449,88	2,99	73,19
ICMS Antecipado Lei 6474/2004	116.157.830,34	10,58	141.321.199,90	11,03	21,66
Outros	162.407.271,24	14,79	142.753.409,86	11,14	-12,10
TOTAL	1.098.100.492,36	100,00	1.281.244.101,99	100,00	16,68

Subst. Tributária: ICMS retido na fonte. (combustíveis, automóveis, bebidas, cigarros, produtos farmacêuticos, cimento e outros)
 Normal: Comércio Atacadista, Varejista, Indústrias.
 Outros: Demais itens não mencionados.

GRAFICO V - ARRECAÇÃO DO ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2005 - 2006



O desempenho do grupo de ICMS, denominado como diversas atividades econômicas, que tem a sua trajetória calcada na conformação do grupo titulado como arrecadação de ICMS, segundo a natureza do recolhimento, também sofreu pequenas mudanças em sua estrutura no decorrer do exercício financeiro de 2006. Quando se analisa o tamanho da participação individualizada por arrecadação nas diversas atividades, a categoria denominada de prestação de serviços continua assumindo a

primeira posição nesta distribuição, alcançando 25,8% do total arrecadado, embora continue perdendo esta hegemonia quando se compara com o mesmo período do ano de 2005, onde detinha 26,7% desta distribuição de receita. Esta retração sem dúvida alguma continua associada à redução não justificada na arrecadação do ICMS do item comunicação, que retraiu-se nominalmente no período em análise (-1,73%); esta queda não foi mais acentuada por conta da excelente trajetória do setor de energia elétrica; O item

extração mineral refino e engarrafamento com participação de 19,4%, seguido pelo comércio varejista (18,5%), vêm, nos últimos três anos, disputando a segunda posição nesta participação e têm apresentado crescimentos bastantes elevados neste período, acusando uma participação de 9,7% e 14,5% em 2004, respectivamente, o que equivaleu a R\$ 472,9 milhões de arrecadação de ICMS no exercício financeiro de 2006. A categoria com a denominação indústria continua a sofrer redução na sua participação neste período contribuindo com 15,7 % do total arrecadado

contra os 17,4 % logrado em igual período do ano de 2005. Saliente-se que sua participação já foi de 21,5% no ano de 2004; neste exercício em análise sua contribuição no volume de arrecadação(R\$ 196,1 milhões) também mais reduzida que em 2004 (R\$ 201,9 milhões). A receita advinda da atividade comércio atacadista, que vinha com uma trajetória de queda acentuada nos últimos três anos, manteve o comportamento das análises anteriores estancando parte desta trajetória descendente participando com 17,9% do total do ICMS deste grupo de receitas.

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - ANO: 2006 - Valores em R\$ Milhão

DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	18,4	16,4	16,8	19,9	18,0	17,7	16,3	16,3	17,8	19,6	22,3	23,3
COMÉRCIO VAREJISTA	24,0	15,7	15,4	21,2	17,8	19,2	18,3	18,1	19,3	17,8	19,4	24,2
INDÚSTRIA	18,7	13,5	15,2	16,5	14,3	15,4	15,4	16,6	15,2	17,7	18,8	18,8
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27,2	16,8	23,6	18,5	47,2	18,6	21,9	27,5	23,8	41,5	28,7	26,8
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	18,9	24,0	11,5	20,6	18,4	21,9	16,9	18,2	14,8	32,3	26,6	18,3
OUTRAS (1)	6,5	4,5	5,4	1,9	2,2	1,9	1,6	1,9	1,7	2,4	2,2	2,6
TOTAL (Valor Principal)	113,6	90,8	87,9	96,9	117,9	94,7	90,4	98,6	92,8	131,4	118,0	114,0

Fonte :SEFAZ / TI

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS POR DIVERSAS ATIVIDADES - PERÍODO: 2005 e 2006 - Valores em R\$ Milhão

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006		Variação Nominal 2006/2005
	Valor	Part(%)	Valor	Part(%)	
COMÉRCIO ATACADISTA	173,1	16,3	222,7	17,9	28,7
COMÉRCIO VAREJISTA	176,6	16,6	230,5	18,5	30,5
INDÚSTRIA	198,6	18,7	196,1	15,7	-1,3
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	284,3	26,7	322,1	25,8	13,3
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	192,8	18,1	242,4	19,4	25,7
OUTRAS (1)	38,8	3,6	34,9	2,8	-10,0
TOTAL	1.064,2	100,0	1.247,1	100,0	17,2

Fonte :SEFAZ / TI

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

Na composição da receita do ICMS, com o título de principais segmentos econômicos dentro da atividade comércio atacadista, foi arrecadado R\$ 222,7 milhões; o sub-segmento comércio de álcool carburante, gasolina e demais derivados continua contribuindo com o maior percentual desta receita, mantendo uma média acima de 40% do volume deste ingresso. Na atividade comércio varejista, o quadro continua com a mesma estrutura apresentada nas últimas análises das receitas que compõem o Tesouro Estadual prevalecendo à distribuição quase uniforme entre os itens mercadorias em geral, artigos de vestuários e complementos, lojas de departamentos e magazines que juntos somam em média mais de 30% do total da receita desta atividade. Na composição da atividade

industrial três itens respondem por mais de 50 % do total arrecadado, o que equivaleu uma receita de R\$ 196,1 milhões no período de janeiro/dezembro de 2006, são eles: usinas de açúcar, automóveis, caminhonetes e utilitários e cerveja, chopes. Os sub-segmentos de telecomunicações e transmissão e distribuição de energia elétrica arrecadaram, de janeiro/dezembro de 2006, R\$ 290,0 milhões, o que correspondeu a 90% da receita de ICMS, advindo do item prestação de serviços. A extração de petróleo e gás natural, isoladamente, continua mantendo sua hegemonia dentro da atividade extração mineral, refino e engarrafamento respondendo por mais de 80% da receita total arrecadada no período em análise, que foi de R\$ 242,4 milhões.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - ANO: 2006

D I S C R I M I N A Ç Ã O	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Álcool carburante, gasolina e demais derivados	50,2	49,5	43,8	40,2	37,5	34,7	36,5	35,6	35,1	33,4	36,2	33,7
Combustíveis de origem mineral em bruto	0,5	0,4	1,3	2,2	2,2	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,9	1,2
Cigarros, cigarrilhas e charutos	0,0	0,0	0,0	5,8	5,7	6,2	6,6	5,9	6,4	6,7	5,6	5,2
Mercadorias em geral	5,0	5,0	4,0	4,1	4,5	5,1	6,4	3,0	2,6	7,8	9,9	11,2
Peças e acessórios novos para veículos	0,6	0,6	0,5	0,7	0,5	0,5	0,4	0,7	0,8	0,7	0,5	0,5
Cosméticos e produtos de perfumaria	3,3	2,8	5,0	4,8	6,2	5,9	4,8	4,9	5,8	5,3	4,1	5,7
Produtos farmacêuticos de uso humano	2,5	5,9	2,4	5,3	5,4	6,9	5,7	5,4	5,1	5,6	4,4	4,6
Outros	37,9	35,9	43,1	36,8	38,0	40,0	39,3	44,5	44,0	40,3	38,4	37,9
COMÉRCIO VAREJISTA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Máquinas e aparelhos e equipamentos elétricos	3,0	2,9	2,4	2,7	2,1	3,6	2,6	2,3	2,4	2,6	2,1	2,5
Mercadorias em geral com pred. Produtos Alimentícios	17,7	14,5	14,1	13,9	14,0	12,2	11,7	13,7	14,6	12,8	13,5	11,7
Artigos do vestuário e complementos	16,1	6,3	10,2	9,9	11,1	12,2	12,8	11,1	10,5	12,4	12,6	16,5
Lojas de departamento e magazines	10,3	10,0	5,9	10,2	6,8	10,1	9,4	8,6	7,4	8,2	7,9	6,8
Materiais de construção em geral	3,6	5,3	5,2	5,0	5,1	5,0	4,5	5,2	4,9	5,5	4,9	5,3
Artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene	3,8	3,4	1,9	1,6	1,9	2,3	1,9	2,2	2,0	2,0	2,2	1,9
Moveis	3,3	4,0	4,6	4,5	4,7	5,0	5,1	5,9	5,4	6,1	6,3	5,6
Automóveis, camionetas e utilitários	3,6	4,6	3,7	3,7	3,4	3,5	3,8	4,0	3,7	3,8	3,5	5,3
Tecidos	4,1	1,5	2,0	1,5	1,5	1,9	2,3	1,6	2,0	1,9	1,9	2,9
Calçados	2,8	1,8	1,3	1,5	1,7	1,8	1,6	1,7	1,9	1,6	2,1	2,6
Artigos de armarinho	3,0	3,1	4,1	3,4	2,5	3,2	3,1	3,5	3,5	3,2	3,7	2,9
Mercearias e armazens varejistas	1,3	1,9	2,1	1,8	1,8	1,7	1,8	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7
Outros	27,4	40,9	42,5	40,4	43,3	37,5	39,2	38,2	40,0	38,2	37,7	34,3
INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cervejas e chopes	32,0	16,3	18,3	11,2	8,7	8,3	9,1	14,7	11,1	13,7	17,3	16,7
Cimento	5,8	6,6	5,9	8,1	4,5	5,9	2,5	4,1	5,7	4,6	5,8	5,8
Automóveis, camionetes e utilitários	16,2	20,2	18,1	20,3	19,0	18,9	18,9	14,6	18,2	15,8	16,6	16,1
Cloro e Alcalis	3,5	2,2	3,3	2,5	7,9	2,2	3,0	10,4	2,7	9,0	7,5	0,2
Moagem de trigo e fabricação de derivados	2,0	3,7	12,1	5,2	4,9	4,2	11,0	3,6	4,6	8,7	8,6	7,3
Usinas de açúcar	13,3	19,6	12,9	16,3	18,3	24,4	22,5	23,8	21,5	14,1	12,5	11,9
Resinas termoplásticas	0,8	1,5	1,5	5,1	7,2	5,3	6,8	5,0	6,4	4,7	4,4	4,9
Tintas, vernizes, esmalte e laca	2,7	2,7	2,4	2,3	2,1	1,9	2,1	2,0	3,0	3,3	3,0	3,6
Gases industriais	1,9	2,0	1,7	2,0	2,5	1,9	2,6	2,4	2,4	1,9	1,5	1,9
Cigarros cigarrilhas e charutos	0,8	1,2	1,2	0,1	1,1	3,5	0,1	0,1	1,1	0,2	1,1	0,3
Produtos petroquímicos básicos	2,0	2,9	1,7	2,2	1,0	0,7	0,1	0,1	0,1	1,5	1,2	0,0
Álcool	1,3	0,7	0,6	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,9	1,1	0,3	0,6
Outros	17,8	20,4	20,2	24,4	22,4	22,6	21,0	19,1	22,2	21,4	20,1	30,8
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Transmissão e distribuição de energia elétrica	43,6	28,5	54,2	30,5	74,2	37,6	47,7	32,4	35,9	34,0	36,9	43,6
Telecomunicações por fio	23,0	21,9	17,3	28,5	8,6	22,3	18,0	40,6	26,5	41,0	22,4	16,9
Telecomunicações por satélite	3,2	5,4	3,5	4,5	1,6	3,7	3,3	2,5	8,1	4,0	3,8	13,5
Telecomunicações sem fio - Telefonia movel celular	15,1	14,6	11,9	15,2	6,6	18,0	14,9	11,4	12,8	7,8	18,3	15,5
Telecomunicações sem fio	9,4	18,4	5,8	12,9	5,1	9,4	9,7	7,5	10,5	9,1	11,0	1,5
Outros	5,7	11,2	7,2	8,4	3,9	9,0	6,4	5,7	6,2	3,9	7,7	9,1
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Extração de petróleo e gás natural	89,3	92,6	89,7	90,4	87,8	55,1	89,0	88,6	84,3	92,7	89,9	75,8
Refino de petróleo	7,7	7,0	8,8	8,6	11,0	43,8	9,7	10,1	13,2	6,3	9,3	22,5
Engarrafamento e gaseificação de água mineral	0,5	0,3	0,9	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,4	0,5
Extração de sal-gema	2,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4	0,5	0,5	0,7	0,2	0,0	0,7
Outros	0,4	0,1	0,6	0,5	0,8	0,5	0,5	0,5	1,5	0,5	0,4	0,6

Fonte :SEFAZ / TI

No 4º trimestre/2006, as despesas do Tesouro Estadual somaram R\$ 831,1 milhões com um crescimento nominal de 10,52 %, em comparação ao 3º trimestre de 2006. No grupo de gastos sob responsabilidade do Poder Executivo, os maiores incrementos aconteceram nos itens: serviço da dívida pública, que cresceu 17,73%, comparado ao 3º trimestre, seguido pelo gasto com pessoal (10,34%), representando um dispêndio total de R\$

351,6 milhões no período; depois vem o custeio/ investimento (7,35%) equivalendo a um desembolso financeiro de R\$130,2 milhões. Já as transferências ao fundef/liquido e aos municípios foram incrementadas em 32,96% e 12,34%, respectivamente, e que somaram juntos a quantia de R\$155,2 milhões neste 4º trimestre. As transferências a outros Poderes incluindo-se, o Ministério Público, sofreram um decréscimo de (-4,99%) neste

período, comparadas ao 3º trimestre, alcançando o montante de R\$ 87,9 milhões. A exceção neste quadro de retração coube aos repasses feitos para o Tribunal de Contas, que cresceram 4,68%; No item de despesa serviço da dívida, o crescimento nominal foi de 17,73% neste 4º trimestre. Este incremento é justificado pelo valor de R\$51,2 milhões desembolsado com esta despesa no mês de outubro onde se inclui débitos do mês de setembro. Como já alertado anteriormente, os pagamentos de parcelamentos dos órgãos da administração indireta junto ao FGTS e INSS assumidos pelo Tesouro Estadual tem comprometido parcela considerável de suas receitas, alcançando (R\$ 7,9 milhões) no período em análise. No item de gasto despesa com Pessoal do Poder Executivo, o crescimento de 10,34% acarretou um incremento financeiro de R\$ 36,0 milhões; a despesa com o pessoal dos órgãos da Administração

direta somou R\$ 202,9 milhões, valor equivalente a 58% do total de gasto com pessoal daquele Poder, seguido pelo desembolso com inativos e pensionista que somou R\$ 95,7 milhões (27%), despesa esta que tem crescido bastante e deve ser assumida pelo fundo de pensão já criado, o AL – previdência, o que não vem acontecendo pois este fundo foi criado no ano de 2002 e até a presente data não está consolidado. Acrescente-se, ainda, o incremento sofrido neste item de gasto ao longo de 2006, onde a despesa do mês de dezembro alcançou R\$ 122,0 milhões contra R\$ 88,0 milhões em dezembro do exercício financeiro de 2005, representando um crescimento de 27,8%. Esta evolução decorreu de novas contratações de servidores públicos, reajustes concedidos a várias categorias de servidores e isonomia funcional entre servidores de nível superior.

DESPESA - (Poder Executivo e Transferências a Poderes)

Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
Transf. a Poderes	26.262.680,33	30.345.704,16	31.387.988,66	87.996.373,15	92.621.037,47	-4,99
Tribunal de Justiça	11.000.000,00	12.005.023,83	10.000.000,00	33.005.023,83	36.015.071,49	-8,36
Tribunal de Contas	3.562.680,33	3.562.680,33	4.062.680,33	11.188.040,99	10.688.040,99	4,68
Assembléia Legislativa	7.000.000,00	10.393.000,00	11.640.000,00	29.033.000,00	30.662.000,00	-5,31
Ministério Público	4.700.000,00	4.385.000,00	5.685.308,33	14.770.308,33	15.255.924,99	-3,18
Poder Executivo	250.785.209,12	228.760.628,47	263.604.467,89	743.150.305,48	659.383.352,97	12,70
Pessoal (Desp.Bruta)	110.028.778,98	119.541.502,61	122.033.088,48	351.603.370,07	318.652.237,29	10,34
Custeio / Investimento	42.468.335,53	32.114.367,84	55.684.711,12	130.267.414,49	121.343.083,19	7,35
Transf. a Municípios	28.811.292,89	34.555.021,03	27.653.410,07	91.019.723,99	81.023.624,72	12,34
Fundef / Líquido	18.189.136,47	23.861.364,55	22.215.415,64	64.265.916,66	48.334.793,90	32,96
Serviço da Dívida	51.287.665,25	18.688.372,44	36.017.842,58	105.993.880,27	90.029.613,87	17,73
TOTAL	277.047.889,45	259.106.332,63	294.992.456,55	831.146.678,63	752.004.390,44	10,52

Fonte: SEFAZ

OUTRAS DESPESAS

Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
Restos a Pagar	1.320.559,14	2.930.524,54	99.243,65	4.350.327,33	20.233.689,11	-78,50
Precatórios/A Trabalhistas	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ

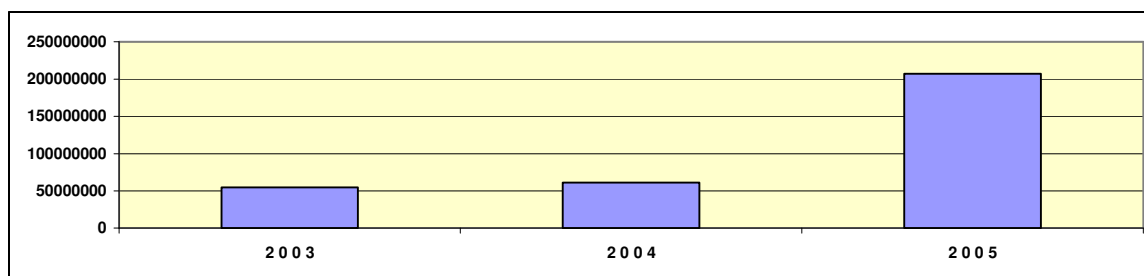
DESPESA REALIZADA COM PESSOAL - Poder Executivo (Adm. Direta e Indireta)

Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
Adm. Direta	65.586.580,27	65.154.051,82	72.170.581,07	202.911.213,16	190.086.339,59	6,75
Adm. Indireta	13.254.383,58	25.678.355,11	13.929.723,78	52.862.462,47	39.326.572,03	34,42
Pensões	12.234.779,68	9.917.555,73	12.730.001,52	34.882.336,93	35.656.668,10	-2,17
Inativos	18.953.035,45	18.791.539,95	23.202.782,11	60.947.357,51	53.582.657,57	13,74
TOTAL	110.028.778,98	119.541.502,61	122.033.088,48	351.603.370,07	318.652.237,29	10,34

Fonte: SEFAZ

As despesas com restos a pagar do exercício financeiro de 2005, neste 4º trimestre, alcançaram R\$ 4,3 milhões, e o volume acumulado, no período de janeiro/dezembro de 2006 somou R\$ 140,5 milhões resultando em um crescimento de 92,2%, quando compara-se com o mesmo período de 2005, (R\$ 73,1 milhões). Como o total de restos a pagar do exercício de 2005 somou R\$ 192,2 milhões, o Tesouro Estadual deixou de honrar R\$ 51,7 milhões, dívida esta que deverá comprometer parte das receitas e orçamento do exercício

financeiro de 2007, uma vez que esta despesa passa a ser classificada com o título de despesas de exercícios anteriores. Mais uma vez voltamos a reiterar que a aceleração e o descontrole nos gastos públicos estaduais no exercício financeiro de 2005 e com a manutenção destes níveis elevados em 2006, principalmente nos itens de despesas custeio da máquina e investimentos e pessoal do Poder Executivo, são responsáveis diretos pela consumação do atual desequilíbrio nas contas públicas estaduais.

GRÁFICO VI - RESTOS A PAGAR - PERÍODO: 2003-2005.**SERVIÇO DA DÍVIDA**

Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
COHAB	533.063,54	547.128,12	533.512,54	1.613.704,20	1.577.060,71	2,32
IPASEAL	1.524.804,88	1.526.474,85	1.526.627,12	4.577.906,85	4.505.199,19	1,61
DMLP	2.104.314,13	-	-	2.104.314,13	-	-
VOTO 340/B.BRASIL	88.151,44	91.238,75	1.698.373,20	1.877.763,39	269.438,97	596,92
AV 030/B. BRASIL	147.450,36	139.588,70	4.006.438,70	4.293.477,76	433.712,71	889,94
ROLAGEM/C. UNIÃO	39.458.497,28	13.754.195,47	25.132.593,72	78.345.286,47	72.913.724,52	7,45
PNAFE/CEF/SEFAZ	-	-	-	-	1.733.223,21	-100,00
DER/BIRD	2.420.248,44	-	-	2.420.248,44	-	-
CASAL/DMLP	2.067.326,32	-	-	2.067.326,32	-	-
CASAL/AV. 030	22.268,84	10.857,28	311.623,19	344.749,31	23.051,86	1.395,54
PRODETUR - I	116.702,90	118.614,86	117.087,80	352.405,56	361.857,31	-2,61
PARC. INSS	1.586.526,63	1.474.059,30	1.335.793,73	4.396.379,66	5.116.336,78	-14,07
PARC. FGTS	1.218.310,49	1.026.215,11	1.355.792,58	3.600.318,18	3.096.008,61	16,29
TOTAL	51.287.665,25	18.688.372,44	36.017.842,58	105.993.880,27	90.029.613,87	17,73

Fonte: SEFAZ

No período de janeiro/dezembro de 2006, o comprometimento da receita corrente líquida com a despesa de pessoal no Estado de Alagoas alcançou a média de 59,81%, cabendo ao Poder Executivo 46,50 % deste total e a

despesa com os repasses aos demais Poderes incluindo-se o Ministério Público consumiram crescimento neste nível de comprometimento, chegando a ultrapassar a (60%) da RCL entre os meses de agosto a

novembro, percentual este definido como limite máximo permitido pela Lei de responsabilidade fiscal – LRF a ser

despendido com esta despesa, no âmbito dos Estados.

TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - PERÍODO: 2005-2006						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2006 (1)		
	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%
Transf. a Poderes	307.334.757,16	358.627.485,56	16,69	324.378.347,78	362.547.142,98	11,77
Tribunal de Justiça	122.808.687,98	141.050.238,30	14,85	129.640.750,78	142.626.958,79	10,02
Tribunal de Contas	37.558.190,25	43.052.163,96	14,63	39.639.144,98	43.517.898,59	9,79
Assembléia Legislativa	94.308.303,25	113.987.000,00	20,87	99.515.500,23	115.198.217,96	15,76
Ministério Público	52.659.575,68	60.538.083,30	14,96	55.582.951,79	61.204.067,64	10,11
Poder Executivo	2.454.037.797,10	2.647.301.498,00	7,88	2.585.571.392,49	2.658.705.550,15	2,83
Pessoal (Desp.Bruta)	1.150.417.190,77	1.252.172.418,29	8,85	1.211.874.368,35	1.265.265.923,60	4,41
Custeio / Investimento (2)	460.259.621,03	454.695.191,70	-1,21	483.504.673,07	456.927.582,47	-5,50
Transf. a Municípios	283.064.939,89	336.815.578,70	18,99	298.691.494,70	340.492.285,25	13,99
Fundef / Líquido	180.147.122,75	222.583.368,80	23,56	190.182.700,25	212.404.193,00	11,68
Serviço da Dívida	380.148.922,66	381.034.940,50	0,23	401.318.156,12	383.615.565,82	-4,41
TOTAL	2.761.372.554,26	3.005.928.983,56	8,86	2.909.949.740,26	3.021.252.693,12	3,82

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

(2) - Valores atualizados pelo SIAFEM

COMPARATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X PESSOAL DO P. EXECUTIVO E DE OUTROS PODERES - Jan-Dez/2006						
PERÍODO	RECEITA C. LÍQUIDA (a)	PESSOAL DO PODER EXECUTIVO		OUTROS PODERES		Participação (%) Executivo+Poderes
		VALOR (b)	Participação(b/a)%	VALOR (c)	Participação(c/a)%	
Janeiro	236.144.650,06	94.071.279,09	39,84	29.738.012,49	12,59	52,43
Fevereiro	197.366.468,79	92.324.064,81	46,78	29.051.012,49	14,72	61,50
Março	185.865.784,04	95.376.482,82	51,31	29.665.012,49	15,96	67,28
Abril	213.841.869,19	97.660.662,74	45,67	30.004.012,49	14,03	59,70
Mai	240.649.563,69	100.914.169,86	41,93	29.549.012,49	12,28	54,21
Junho	217.377.332,34	101.570.151,60	46,73	30.003.012,49	13,80	60,53
Julho	264.523.035,47	105.223.473,28	39,78	29.779.012,49	11,26	51,04
Agosto	209.970.968,48	108.288.227,70	51,57	31.333.012,49	14,92	66,50
Setembro	195.015.463,82	105.140.536,31	53,27	31.509.012,49	16,16	69,43
Outubro	219.960.686,31	110.028.778,98	50,02	26.262.680,33	11,94	61,96
Novembro	237.961.794,40	119.541.502,61	50,24	30.345.704,16	12,75	62,99
Dezembro	274.425.384,90	122.033.088,48	44,47	31.387.988,66	11,44	55,91
T O T A L	2.693.103.001,49	1.252.172.418,28	46,50	358.627.485,56	13,32	59,81

Fonte: SEFAZ

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO - ESTADOS DO NORDESTE - 2005 - Valor R\$ Mil				
ESTADOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DESPESA COM PESSOAL (DLP)	(DLP/RCL)%	
Maranhão	3.700.427	1.492.088	40,32	
Piauí	2.357.829	1.102.965	46,78	
Ceará	5.304.380	2.259.155	42,59	
Rio Grande do Norte	3.144.162	1.534.639	48,81	
Paraíba	2.912.034	1.288.762	44,26	
Pernambuco	6.281.379	2.730.216	43,47	
Alagoas	2.442.959	1.069.231	43,77	
Sergipe	2.536.658	947.107	37,34	
Bahia	10.329.111	4.160.927	40,28	

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

No exercício financeiro de 2006, os gastos com o custeio e investimento na estrutura da administração pública estadual somaram R\$ 454,6 milhões, com uma pequena retração (-1,21%), quando comparado ao mesmo período de 2005, no entanto, quando o comparativo é com o exercício financeiro de 2004, este crescimento chega a 82,0%. Os gastos com serviços de terceiros, pessoa

jurídica, com um dispêndio de R\$ 194,6 milhões (42,8%) continua ocupando o primeiro lugar, seguido pelo item material de consumo (16,4%) que alcançou R\$ 74,6 milhões. Já os gastos com investimentos somaram R\$ 66,4 milhões e, por sua vez, as despesas com serviços de terceiros, pessoa física, chegaram a R\$ 50,1 milhões.

SERVIÇO DA DÍVIDA - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - PERÍODO: 2005-2006

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2006 (1)		
	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%
COHAB	5.395.248,93	6.327.383,90	17,28	5.687.678,57	6.396.524,24	12,46
IPASEAL	11.078.447,87	16.557.253,83	49,45	11.675.624,74	16.723.184,02	43,23
DMLP	5.487.361,81	4.582.665,71	-16,49	5.791.207,40	4.625.775,09	-20,12
VOTO 340/B. BRASIL	4.383.887,83	6.056.402,36	38,15	4.668.624,96	6.128.539,67	31,27
AV 030/B. BRASIL	10.657.018,93	13.756.515,35	29,08	11.376.618,96	13.921.995,43	22,37
ROLAGEM/C. UNIÃO	305.476.235,95	288.746.772,46	-5,48	322.341.841,23	291.913.804,83	-9,44
PNAFE/CEF/SEFAZ	3.735.019,30	3.471.473,45	-7,06	3.966.427,71	3.514.585,57	-11,39
DER/BIRD	5.743.476,68	4.846.653,08	-15,61	6.064.081,38	4.891.166,82	-19,34
CASAL/DMLP	5.351.891,34	4.494.645,43	-16,02	5.626.840,65	4.536.907,59	-19,37
CASAL/AV. 030	797.037,12	1.070.107,49	34,26	851.442,62	1.082.951,10	27,19
PRODETUR	1.539.409,24	1.437.845,87	-6,60	1.628.308,19	1.453.761,90	-10,72
PARC. INSS	14.050.057,79	19.676.551,45	40,05	14.811.423,08	19.902.406,00	34,37
PARC. FGTS	6.453.829,87	10.010.670,12	55,11	6.828.036,65	10.105.422,78	48,00
TOTAL	380.148.922,66	381.034.940,50	0,23	401.318.156,12	385.197.025,01	-4,02

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

O desembolso efetivo com o serviço da dívida, no período de janeiro/dezembro de 2006, somou R\$ 381,0 milhões confirmando a tendência de retração apresentada nos últimos Boletins de Receita e Despesa com uma redução real de -4,41%, quando o comparativo é feito com igual período do exercício financeiro passado; esta performance é fruto da redução acentuada que vem sofrendo o principal índice de correção (IGP-DI), que atualiza quase a totalidades dos contratos de dívida pública estadual renegociados junto ao Governo federal, bem como a decisão judicial temporária que tem beneficiado o Tesouro Estadual, quanto ao limite de comprometimento de 15% da receita líquida real – RLR - com o pagamento do citado encargo financeiro. Em função deste panorama favorável, o comprometimento da RLR, no período em análise, ficou em 16,08%, contra 18,97% do mesmo período do exercício de 2005.

Acrescente-se que alguns contratos de dívida pública estadual não se enquadram dentro do limite de (15%RLR), razão por que o comprometimento com este encargo ultrapassou o limite referido anteriormente. Dentre estas estão os contratos de refinanciamento de débitos junto ao FGTS e INSS, que consomem anualmente juntos, em média, R\$ 30,0 milhões e apresentam um

considerável saldo devedor de R\$ 325,9 milhões e, face a esta constatação, seria prudente ao Tesouro Estadual rever estes contratos junto a seus credores uma vez que esta negociação foi conduzida por uma empresa privada, sem a devida participação e acompanhamento por parte de técnicos do governo estadual, envolvidos com a área da dívida pública, nesta negociação inclui-se as compensações de contribuições previdenciárias que vem acontecendo entre o INSS e o fundo de pensão estadual – AL previdência; também merecem atenção especial a dívida contraída pelo governo de Alagoas junto ao Estado do Paraná e o saldo remanescente da dívida mobiliária estadual (letras do governo de Alagoas) em poder de diversos credores.

Mesmo com esta conjuntura favorável e o considerável pagamento efetivado pelo Tesouro Estadual, com esta despesa, o estoque da dívida pública estadual tem crescido acentuadamente a cada exercício, chegando a R\$ 6.075,6 bilhões, posição esta em dezembro de 2006, o que equivale a uma incorporação de mais R\$ 400,0 milhões ao saldo devedor apesar de um desembolso de R\$ 381,0 milhões com o pagamento destes encargos em 2006, equivalendo a 7,0% de incremento neste estoque em comparação com a posição do mesmo período do ano de 2005.

COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL MENSAL X SERVIÇO DA DÍVIDA - Janeiro-Dezembro/2006

PERÍODO	RECEITA L. REAL	SERVIÇO DA DÍVIDA	PARTICIPAÇÃO (%)
Janeiro	193.603.228,67	39.452.553,52	20,38
Fevereiro	171.789.679,28	22.882.867,76	13,32
Março	167.659.511,25	24.176.585,81	14,42
Abril	185.409.648,47	36.132.418,99	19,49
Maio	207.844.422,87	29.588.196,85	14,24
Junho	190.245.488,69	32.778.823,43	17,23
Julho	238.956.327,36	31.181.683,30	13,05
Agosto	183.122.868,00	25.616.886,16	13,99
Setembro	174.581.673,83	33.231.044,41	19,03
Outubro	191.763.356,82	51.287.665,25	26,75
Novembro	204.649.139,32	18.688.372,44	9,13
Dezembro	260.705.969,56	36.017.842,58	13,82
T O T A L	2.370.331.314,12	381.034.940,50	16,08

Fonte: SEFAZ

DÍVIDA CONTRATUAL DO ESTADO DE ALAGOAS (SALDO DEVEDOR) - POSIÇÃO EM: 2006

Especificação	ADM.DIRETA ESTADO	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			TOTAL
		CASAL	COHAB	IPASEAL	
DÍVIDA INTERNA	5.549.756.069,99	29.456.482,08	129.903.351,06	279.458.745,08	5.988.574.648,21
BANCO DO BRASIL S/A	5.001.763.917,76	29.465.482,08	3.036.939,29	9.857.835,84	5.044.124.174,97
GOV.EST.LEI 8277/93 - ROLAGEM	381.711.974,17	-	-	9.857.835,84	391.569.810,01
GOV.EST.LEI 9496/97 - DIV.MOB.	1.245.194.219,89	-	-	-	1.245.194.219,89
GOV.EST.LEI 9496/67 - LIQ.BEA	1.002.224.018,90	-	-	-	1.002.224.018,90
GOV.EST.LEI 9496/67 - ROLAGEM	2.312.014.182,99	-	-	-	2.312.014.182,99
GOV.EST.LEI 7976/89 - VOTO 340	9.493.383,56	-	-	-	9.493.383,56
GOV.EST.LEI 7976/89 - AVISO 30	22.945.081,76	1.784.680,94	-	-	24.729.762,70
DMLP	28.176.056,49	27.680.801,14	-	-	55.856.857,63
BANCO DO NORDESTE	9.259.856,56	-	-	-	9.259.856,56
PRODETUR - I	9.259.856,56	-	-	-	9.259.856,56
BNDES	61.000.000,00	-	-	-	61.000.000,00
PRIVATIZAÇÃO/CEAL	61.000.000,00	-	-	-	61.000.000,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	22.917.248,28	-	126.866.411,77	269.600.909,24	419.384.569,29
PNAFE/CEF/SEFAZ	22.917.248,28	-	-	-	22.917.248,28
OUTROS	454.815.047,39	-	-	-	454.815.047,39
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	128.857.351,15	-	-	-	128.857.351,15
FGTS	66.341.311,97	-	-	-	66.341.311,97
INSS	259.616.384,27	-	-	-	259.616.384,27
DÍVIDA EXTERNA	6.589.120,39	-	-	-	6.589.120,39
BIRD/DER	6.589.120,39	-	-	-	6.589.120,39
DÍVIDA MOBILIÁRIA	80.428.388,15	-	-	-	80.428.388,15
T O T A L	5.630.184.458,14	29.465.482,08	129.903.351,06	279.458.745,08	6.075.601.156,77

Fonte: SEFAZ

No comparativo de comprometimento da receita corrente líquida com o montante da dívida consolidada, o estado de Alagoas, entre os estados nordestinos, continua detendo ainda o maior percentual de comprometimento.

Muito embora esta relação venha reduzindo-se de forma acentuada nos últimos exercícios, chegando a uma relação de 2,24% entre DCL/RCL em 12/2005, segundo constata-se em relatório da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - PERÍODO: 2000-2005

ESTADOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Maranhão	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,18
Piauí	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09
Ceara	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73
Rio Grande do Norte	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32
Paraíba	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89
Pernambuco	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83
Alagoas	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,24
Sergipe	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45
Bahia	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

* Especialista em Finanças Públicas, Pós graduado em Desenvolvimento Regional Universidade Federal do Ceará

** Pós graduado em Planejamento Governamental. Sudene/IPEA

Home page: www.sefaz.al.gov.br

Fone: 082 33158287

ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS

A economia alagoana, em 2006, de forma geral registrou desempenho positivo.

O setor agrícola, na maioria das atividades desenvolvidas apresentou crescimento. Em relação às lavouras temporárias, o fumo, o feijão e o milho registraram aumento na produção devido ao volume e distribuição de chuvas propícias para cada cultura.

Na safra 2005/2006, ocorreu uma diminuição no volume de produção de cana motivada pela estiagem prolongada verificada no Estado em 2005, porém, compensada pela alta produtividade industrial do setor sucroalcooleiro.

Apesar das perdas com a escassez de chuvas, a inserção de tecnologia garantiu uma produtividade média do setor, equivalente a 65.023 mil toneladas de cana por cada hectare plantado. O desenvolvimento de variedades próprias por meio de pesquisa aumentou significativamente a produtividade, o teor de sacarose da planta, a longevidade do canavial, e a possibilidade de exploração de terras de baixa fertilidade. Embora o Estado não tenha mais espaço para expansão dos canaviais, os produtores locais investem cada vez mais na qualidade do produto, o que vem sendo decisivo para que Alagoas mantenha espaço e destaque no *ranking* regional, destacando-se como o maior produtor de cana do Nordeste.

Com redução da área colhida e problemas climáticos, em 2006 a produção de algodão diminuiu em relação a 2005. Para o arroz, a dificuldade em comercializar o produto aliada a diminuição no uso de tecnologias foram os fatores que contribuíram para a redução na produtividade. No que se refere a mandioca, a reativação da Fecularia do Agreste poderá significar estímulo para os produtores da região, revertendo à condição de déficit no segmento.

No que se refere às lavouras permanentes, a banana apresentou aumento de produção em 2006 em relação a 2005. No entanto, a falta de incentivo para o setor e má

distribuição de chuvas, contribuíram para o desempenho negativo na produção de laranja. Quanto à cultura do coco, a disseminação de pragas e a falta de incentivo para a atividade, contribuíram para enfraquecer o setor da coqueicultura na safra 2006.

Em se tratando da piscicultura, a atividade poderá significar importante fator de desenvolvimento no baixo São Francisco. A instalação de duas unidades de beneficiamento de pescado (UBP) nas cidades de Penedo e Pão de Açúcar poderá preencher uma importante lacuna na cadeia produtiva do segmento em Alagoas.

A diversificação da pecuária alagoana demonstra maturidade em relação ao tratamento dispensado aos rebanhos, sendo considerado um dos setores mais importantes da economia do Estado.

O desempenho do setor secundário foi relevante para economia de Alagoas em 2006.

Segundo o economista Cícero Péricles¹, a agroindústria canavieira alagoana é competitiva. No contexto regional, detém o maior conjunto produtivo de açúcar e álcool do Nordeste, e tem um grande rendimento industrial e uma produtividade agrícola notável. Foram feitas todas as incorporações tecnológicas e gerenciais necessárias para ser tão competitivo como os segmentos do Sudeste e Centro-Oeste. Em 2006 detém a maior área irrigada (proporcional) de todo o país e o mais atualizado plantel de variedades de cana-de-açúcar. Ademais, a frota brasileira de automóveis está caminhando para ser, cada vez mais, bicomustível. Com isso, o álcool virou uma mercadoria internacional de alto valor, tanto que compete com o açúcar e, na maior parte das vezes, sai ganhando em relação às vendas externas. "Alagoas tem várias vantagens competitivas: vinte destilarias que produzem 700 milhões de litros de álcool

¹ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Economia e Sociologia Agrária pela Universidade de Córdoba, Espanha.

e uma capacidade industrial instalada de um bilhão de litros, um porto moderno que fica próximo as unidades produtivas e uma rede viária que atende perfeitamente as demandas setoriais. Nestas condições, sua produção é muito competitiva².

Em Alagoas, tanto a produção como o consumo de cimento registraram alta, em 2006, tendo como incentivo acompanhar a tendência de crescimento do setor de construção civil e imobiliário, suprindo a demanda interna, além de produzir para venda no mercado externo.

O setor de serviços também destaca-se como importante alavanca no desempenho da economia de Alagoas em 2006.

Ação no sentido de desenvolver a atividade turística em Alagoas, tem no Plano Estadual do Turismo incentivo a interiorização da atividade³, podendo significar alavanca para crescimento do setor nas mais diversas segmentações.

O setor de transportes constitui um dos fatores que evidencia o dinamismo das atividades econômicas. O Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares registrou em 2006 aumento na movimentação de passageiros em relação a 2005.

Um dos termômetros da economia de Alagoas, o Porto de Maceió, registrou em 2006 movimentação de 3,6 milhões de toneladas, sendo maior volume de cargas relativas ao setor sucroalcooleiro do Estado. Outro segmento que apresentou desempenho positivo no setor de transporte portuário, foi o do cimento, com aumento do volume exportado para países africanos.

Em relação à produção de petróleo, a Petrobrás informou que em 2006 atingiu recorde em Alagoas.

O mercado de gás natural no Estado continua em expansão, retratada em dados fornecidos pela gerência comercial da Algás, tendo por base o crescimento do número de clientes que consomem o energético, nos setores residencial, veicular e industrial⁴.

Mesmo com a desvalorização do dólar que, em tese, tira a competitividade das exportações, em 2006 o saldo da balança comercial apresentou superávit em relação ao ano anterior.

Sem contrariar as expectativas, o bom desempenho da comercialização para o mercado externo, foi impulsionado pelos negócios do setor sucroalcooleiro. O segmento concentrou a maior parte das receitas das exportações alagoanas comercializando açúcar, álcool e melão. Os produtos químicos apresentaram boa representatividade, além da participação do cimento, tendo como principal destino o continente africano, sendo Cabo Verde, Congo e Nigéria, os principais compradores⁵.

O Programa Primeira Exportação abre mercado para pequenos negócios e algumas empresas alagoanas já integram esse Programa, comercializando mel⁶, flores tropicais, artesanato, farinha de mandioca, móveis, biscoitos, inhame e confecções.⁷ São produtos alternativos à pauta tradicional de exportações, contudo, não conseguem ainda ter um impacto nas receitas gerais das exportações do Estado.

Alagoas seguiu a boa tendência do comércio em âmbito nacional. No Estado, o volume de vendas registrou em 2006 a maior média de crescimento da região Nordeste. O consumo dos segmentos C, D e E marcaram positivamente o ano. Assim, as vendas no varejo tiveram taxas positivas de crescimento durante os doze meses de 2006.⁸

A produção de energia no Estado de Alagoas em 2006 contabilizou o total de 3.481.615 (MWh), fornecidos pela CEAL –

² Cícero Péricles - economista

³ Tribuna, 2 set 2006. Caderno de economia, p.17

⁴ Gazeta de Alagoas, 7 jan 2007.

⁵ Tribuna, 8 dez 2006. Caderno de negócios, p.15.

⁶ Como produtos inovadores, o mercado disponibiliza o Hidromel, um vinho especialmente produzido pela Apícola Fernão Velho para ser utilizado em pratos finos da gastronomia classe A, que a exemplo do apreciado Vinagre de Mel, são produtos comercializados em Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Paraná. Para 2007, estaremos com os produtos sendo exportados para os mercados americano e alemão, informa o empresário Mário Calheiros, da Apícola Fernão Velho.

⁷ O Jornal, 23 jul 2006. Caderno de economia, p.19

⁸ Cícero Péricles de Carvalho.

Companhia Energética de Alagoas, e distribuídos diretamente pela CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Adiciona-se, ainda, a esse total a energia da biomassa produzida no Estado pelo segmento sucroalcooleiro.

Em relação ao mercado de trabalho, os resultados registrados ao longo de 2006 foram

melhores do que os observados no ano anterior. A oscilação reflete no ciclo de emprego e desemprego recorrente no mercado de trabalho formal alagoano, que varia em função da safra e entressafra de cana-de-açúcar e da alta e baixa temporada turística, que ocorrem na mesma fase do ano.

ATIVIDADE AGRÍCOLA

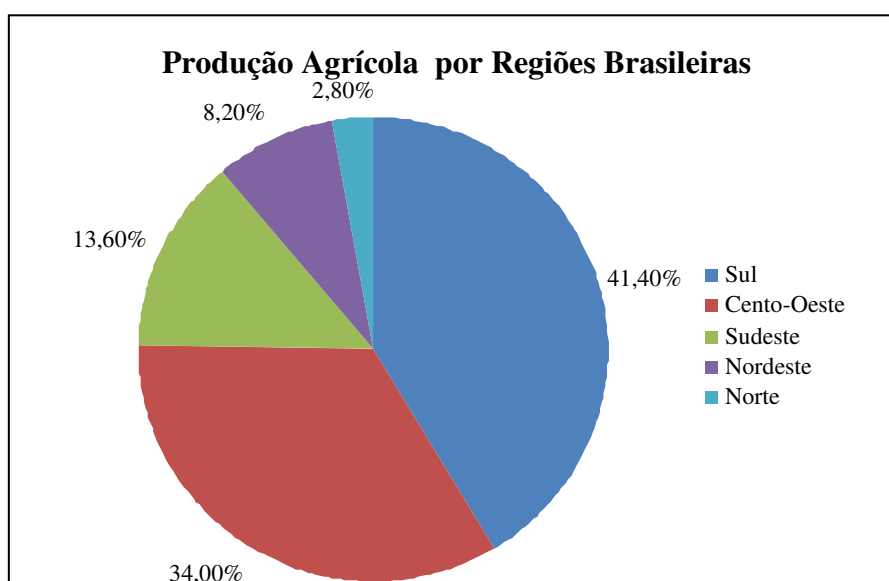
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em todo o Brasil, a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas, em 2006, totalizou uma produção de 116,6 milhões de toneladas, comparado com 112,6 milhões colhidas em 2005, o que representou um ganho de 4 milhões de toneladas entre uma safra e outra⁹. A área colhida alcançou, em 2006, o patamar de 45,5 milhões de hectares, enquanto em 2005 foram colhidos 47,6 milhões, ou seja, um decréscimo de 4,4%. Mesmo com redução da área plantada, verificou-se aumento da produção que pode ser explicado pelo volume e melhor distribuição de chuvas.

Em 2006, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, tanto em números absolutos como em proporção, ficou assim distribuída pelas grandes regiões do país: Sul, 48,2 milhões de toneladas (41,4%); Centro-Oeste, 39,7 milhões de toneladas (34,0%); Sudeste, 15,8 milhões de toneladas (13,6%); Nordeste, 9,6 milhões de toneladas (8,2%) e Norte, 3,3 milhões de toneladas (2,8%).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA POR REGIÕES BRASILEIRAS ALAGOAS 2006

Região	Produção (milhões de toneladas)	Participação(%)
Sul	48,2	41,40
Centro-Oeste	39,7	34,00
Sudeste	15,8	13,60
Nordeste	9,6	8,20
Norte	3,3	2,80

Fonte: IBGE



Fonte: Levantamentos Sistemático da Produção Agrícola - IBGE

⁹ Tribuna, 14 jan 2007. Caderno de Economia, p.18.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) estima crescimento da safra nacional de grãos¹⁰ para o ciclo 2006/2007. A revisão de aumento se deve à recuperação da produtividade, beneficiada pelo clima favorável na fase inicial do plantio, principalmente na região Centro-Sul. As culturas com maior destaque são a soja e o milho. A primeira deve alcançar 54,9 milhões de toneladas, 2,7% a mais que a safra anterior, que foi de 53,4 milhões de toneladas. O resultado poderá ser o maior da história.

Já a produção do milho (1ª e 2ª safras), estima-se em 44,7 milhões de toneladas. O algodão (caroço) deve chegar a 2,1 milhões de toneladas, superior em 25,5%.

Para safra 2006/2007, à área total de plantio está calculada em 45,4 milhões de hectares, 4% menor que a safra 2005/2006, fechada em 47,6 milhões/hectares.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA

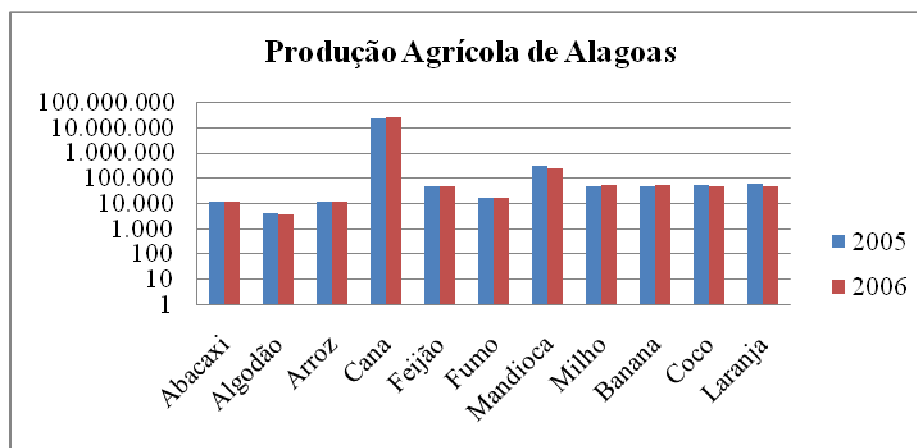
ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)		
	SAFRA 2005	SAFRA 2006	VARIAÇÃO (%)
LAVOURAS TEMPORÁRIAS			
ABACAXI (2)	12.320	11.503	-6,63
ALGODÃO HERBÁCEO	4.095	3.597	-12,16
ARROZ	12.008	11.420	-4,90
CANA DE AÇÚCAR	23.393.155	24.720.000	5,67
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	45.120	48.500	7,49
FUMO (em folha)	17.000	17.411	2,42
MANDIOCA	304.500	244.699	-19,64
MILHO (em grão) (1ª safra)	46.200	52.800	14,29
LAVOURAS PERMANENTES			
BANANA (3)	48.799	53.445	9,52
COCO-DA-BAÍÁ (2)	54.000	48.951	-9,35
LARANJA (2)	57.154	48.359	-15,39

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - IBGE.

- (1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
- (2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutas por hectare
- (3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare



¹⁰ Gazeta Rural, 19 jan 2007. Caderno rural, p.A11

Mesmo com o incentivo do Governo do Estado, com a distribuição de 715 toneladas de sementes para os agricultores familiares e garantia de participação dos pequenos agricultores rurais no desenvolvimento de políticas públicas, a safra de grãos 2005/2006, em Alagoas, foi prejudicada não só pela estiagem verificada no período, como pela má distribuição das chuvas. No sentido de incentivar o setor agrícola, o Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário já solicitou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a prorrogação do prazo de prestação de contas do crédito fundiário.

Com relação às lavouras temporárias, foram registrados incrementos na produção da cana-de-açúcar, feijão, fumo e milho.

No que se refere ao fumo, campanhas antitabagistas, gastos com insumos e a falta de regulamentação do comércio com garantias de valor mínimo têm contribuído para que ocorra uma substituição do fumo plantado no agreste alagoano para outras culturas.

Mesmo diante das possibilidades de diversificação agrícola, como o cultivo de hortaliças, de mandioca e a fruticultura, que abastecem 90% do mercado na capital alagoana, a cultura fumageira continua sendo a mais representativa na agricultura do agreste, apontando, em 2006, um aumento na produção de 2,4%, em relação a 2005.

A safra de feijão, em 2006, registrou em Alagoas aumento na produção de 7,5%. Foram produzidas 48,5 mil toneladas, 2,7 mil a mais que em 2005.

Em 2006, foram produzidas 52,8 mil toneladas de milho em Alagoas, com crescimento de 14,3%, em relação a 2005. Tanto para feijão como para o milho o aumento da produção justifica-se a uma melhor distribuição de chuvas.

Após redução verificada na safra 2004/2005, a safra 2005/2006 de cana-de-açúcar apresentou resultado positivo da ordem de 5,7%, tendo como consequência vários fatores: como o aumento da área plantada e colhida. A recuperação deve-se também à boa distribuição de chuvas no primeiro semestre do ano, que, em algumas ocasiões, foi acima

da média, além de investimentos na área de irrigação.

Nos últimos dois anos, a Região Nordeste foi fortemente afetada por uma seca, que reduziu as expectativas de expansão da área plantada com cana-de-açúcar, razão pela qual a região não tem conseguido elevar sua produção no mesmo ritmo registrado no Centro-Sul. De acordo com o Presidente do Sindaçúcar/AL, há três fatores para isso: topografia, qualidade do solo e condições climáticas. Segundo o Presidente, nos últimos 20 anos a produção nordestina se manteve estável, um pouco acima de 50 milhões de toneladas de cana, enquanto o Centro-Sul está passando por uma verdadeira explosão de produção.

No contexto regional, a colheita da cana-de-açúcar registrada na safra 2005/2006 na Região Nordeste foi de 49,6 milhões de toneladas, segundo o Presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Álcool de Pernambuco (Sindaçúcar/PE.). Estima-se, ainda, que a safra 2006/2007 da cana-de-açúcar¹¹ deverá ser até 5% maior, com uma produção estimada em 52 milhões de toneladas, dependendo das condições climáticas.

A colheita da cana-de-açúcar, em Alagoas, para o período 2006/2007, poderá superar em 10% a safra de 2005/2006. A estimativa do Sindaçúcar/AL é de colher 25,5 milhões de toneladas de cana, um aumento de 3 milhões em relação a safra passada.

Destacou ainda, que houve expansão da área irrigada, em torno de 25%, significando dizer que mais de 100 mil hectares passaram a receber água como complemento aos índices pluviométricos. Contribuirá para o resultado estimado, a área irrigada em Alagoas, correspondendo aproximadamente 300 mil hectares. Outro fator decisivo foi a utilização de variedades mais resistentes à seca. Segundo o Sindaçúcar/AL, muitas usinas alagoanas estão investindo na plantação da variedade RB

¹¹ O Jornal, 3 jul 2006. Caderno de economia

92759, desenvolvida em laboratórios locais¹², mantidos pelas indústrias em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal)¹³. No Centro de Ciências Agrárias funciona o Programa de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PMGCA), desenvolvido na Serra do Ouro, em Murici, mantido pela Ridesa.

O Estado não dispõe de área para expansão dos canaviais. No sentido de neutralizar a carência de área para plantio, os produtores locais investem cada vez mais na qualidade do produto, o que vem sendo decisivo para que Alagoas mantenha espaço e destaque no *ranking* regional de produção. Como resultante do uso de tecnologias no setor, Alagoas se mantém como maior produtor de cana do Nordeste.

No que se refere as lavouras temporárias, na safra 2006, foram efetuados registros negativos, em Alagoas, para as culturas do abacaxi, algodão, arroz e mandioca.

Com redução da área colhida e problemas climáticos, em 2006, a produção de algodão diminuiu 12,9%, em relação a 2005. No sentido de incentivar a cultura, a Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)¹⁴ definiu o zoneamento agrícola de risco climático para o cultivo e zoneamento do algodão herbáceo, em Alagoas e Sergipe, para as safras 2006/2007, beneficiando produtores

de mais de 40 municípios do Estado¹⁵, indicando os apropriados para o plantio e os tipos de solos adequados para a semeadura, entre outras recomendações.

O programa contemplou variedades de algodão herbáceo desenvolvidas pela EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tanto de ciclo médio – BRS 200, BRS Rubi, BRS Safra, BRS Verde, BRS 201 e BRS 187 – quanto de ciclo tardio – BRS Acácia, para áreas irrigáveis.

O zoneamento constitui um instrumento de elevada importância social e econômica, pois possibilita de forma racional a escolha de épocas de semeadura em regiões aptas ao cultivo, fundamentada em métodos e informações relacionados às interações solo-planta-atmosfera, diminuindo de forma significativa as perdas na produtividade e na qualidade da fibra.

A crescente diminuição na produtividade e na qualidade do arroz, em Alagoas, contribuiu para redução de 4,9% na produção da safra 2006 em relação a 2005.

Várias iniciativas poderão superar o quadro existente, pontuando-se a implantação do banco de sementes selecionadas e a capacitação dos rizicultores no aprendizado de técnicas como forma de alcançar melhores resultados no plantio.

A EMBRAPA apresentou aos rizicultores e parceiros (Codevasf, agentes financiadores, governos estadual e municipal) um plano para coordenar o projeto de revitalização do cultivo de arroz no baixo São

¹² Alagoas que já é destaque nacional em melhoramento genético da cana-de-açúcar¹², parte agora para pesquisas com a aquisição de variedades de canas transgênicas resistentes à praga da broca gigante e à seca, por meio da Ufal e mais sete universidades federais que formam a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento Sucroalcooleiro – Ridesa. As pesquisas serão feitas em convênio com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, de Brasília. A Embrapa tem o domínio da metodologia e pode desenvolver características genéticas diferenciadas de cana-de-açúcar transgênica, resistente a doenças e pragas. A transgenia da cana foi um dos temas do XXIII Simpósio da Agroindústria da Cana-de-açúcar de Alagoas.

¹³ Centro de Ciências Agrárias.

¹⁴ Gazeta de Alagoas, 16 fev 2007. Caderno Rural, p.A8. -

¹⁵ Em Alagoas, a relação de municípios aptos ao cultivo do algodão herbáceo, segundo a Coordenadoria Geral de Zoneamento Agropecuário, é a seguinte: Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Belém, Boca da Mata, Branquinha, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Feira Grande, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibataguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacuípe, Joaquim Gomes, Jundiá, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Mar Vermelho, Maribondo, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Messias, Minador do Negrão, Murici, Novo Lino, Olho d'Água Grande, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Penedo, Pilar.

Francisco. Iniciativa que induzirá os produtores a retomada da produção do grão em Alagoas¹⁶. A região está sendo reestruturada para tornar-se pólo produtor de sementes selecionadas de variedades que podem competir em condições de igualdade com o grão importado do Rio Grande do Sul, principal fornecedor do item da cesta básica consumido no Nordeste. O foco dessa retomada está na cidade de Igreja Nova, distante 158 Km de Maceió, onde a Unidade Beneficiamento de Arroz (UBA), privatizada recentemente está sendo recuperada.

A perspectiva de bons negócios passa também pela retomada do funcionamento da UBA, fechada por razões administrativas e fatores naturais (pragas e enchentes). Representantes dos Bancos do Brasil e Banco do Nordeste já informaram aos rizicultores a intenção de abrir novas linhas de crédito para financiamento do plantio. A iniciativa está praticamente garantida, reforçada pela renegociação das dívidas dos produtores rurais.

Essa iniciativa é de suma importância, uma vez que o sucesso da retomada do processo promoverá a geração de emprego e renda para milhares de pessoas que vivem às margens do Rio São Francisco, em Alagoas e Sergipe.

A produção alagoana de mandioca registrou um decréscimo de 19,6% na safra 2006 em relação a 2005, motivada por falta de incentivo para o setor. A reativação da Fecularia do Agreste poderá significar estímulo para os produtores de mandioca da região, revertendo à condição de déficit no segmento.

Segundo o Coordenador do Sebrae, o aproveitamento dos resíduos da mandioca é uma alternativa estudada pelo Sistema Sebrae para minimizar o desperdício na atividade. “Já existem aplicações para a manipueira, resíduo tóxico da mandioca que é utilizado na produção de inseticida, herbicida, melão e fertilizante”. A disseminação de tecnologias que possam dinamizar a atividade como o aproveitamento dos resíduos poderá gerar emprego e renda para os produtores.

Mesmo com o aumento da área plantada como da área colhida, a safra do abacaxi em 2006 registrou redução de 6,6% em relação a 2005 motivada por pragas e má distribuição de chuvas.

No que se refere às lavouras permanentes, em Alagoas, a safra de banana apresentou aumento na produção de 9,5% em 2006 em relação a 2005, como consequência de pequenos tratamentos culturais como adubação.

Quanto à cultura do coco, a safra 2006 apresentou resultado negativo de 9,4% em relação à safra anterior. A cultura do coco já representou uma das mais importantes atividades no Estado de Alagoas¹⁷, no entanto, pragas e a falta de incentivo que impulsionem a atividade, têm contribuído para enfraquecer o setor da coqueicultura.

Para a safra 2006 de laranja, verificou-se redução de 15,4% em relação a 2005, mesmo mantendo a área plantada e área colhida. A falta de incentivo para o setor e a má distribuição de chuvas, concorreram para essa redução.

¹⁶ Gazeta de Alagoas, 20 ago 2006. Caderno de Municípios, p. D.16

¹⁷ O Jornal, 9 jul 2006. Caderno de Municípios, p.A19.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA À SER COLHIDA
ALAGOAS
2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2005 5 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		JAN(B)	FEV(C)	C/A	C/B		JAN(E)	FEV(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	560	560	560	-	-	560	560	560	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	10.500	10.500	10.500 **	-	-	10.500	10.500	10.500	-	-
ARROZ	3.160	3.400	3.400 **	7,59	-	3.160	3.400	3.400	7,59	-
CANA DE AÇÚCAR	415.000	415.000	396.552	-4,45	-4,45	415.000	415.000	396.552	-4,45	-4,45
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	96.345	95.000	95.000 **	-1,40	-	94.000	95.000	95.000	1,06	-
FUMO (em folha)	17.000	17.000	17.000 **	-	-	17.000	17.000	17.000	-	-
MANDIOCA	21.000	21.000	21.000	-	-	21.000	21.000	21.000	-	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	78.000	78.000	78.000 **	-	-	77.000	78.000	78.000	1,30	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JANEIRO/FEVEREIRO / 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área

(*) Situação em dezembro de 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO
ALAGOAS
2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		JAN(B)	FEV(C)	C/A	C/B		JAN(E)	FEV(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	12.320	10.967	10.967	-10,98	-	22.000	19.584	19.584	-10,98	-
ALGODÃO HERBÁCEO	4.095	4.673	4.673	14,11	-	390	445	445	14,10	-
ARROZ	12.008	16.184	16.184	34,78	-	3.800	4.760	4.760	25,26	-
CANA DE AÇÚCAR	23.000.000	24.895.020	23.000.000	-	-7,61	55.422	59.988	58.000	4,65	-3,31
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	45.120	43.985	43.985	-2,52	-	480	463	463	-3,54	-
FUMO (em folha)	17.000	17.646	17.646	3,80	-	1.000	1.038	1.038	3,80	-
MANDIOCA	304.500	292.530	292.530	-3,93	-	14.500	13.930	13.930	-3,93	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	46.200	51.870	51.870	12,27	-	600	665	665	10,83	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	48.799	53.445	53.445	9,52	-	12.100	13.252	13.252	9,52	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	54.000	48.951	48.951	-9,35	-	4.000	3.626	3.626	-9,35	-
LARANJA (2)	57.154	48.359	48.359	-15,39	-	13.940	11.795	11.795	-15,39	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JANEIRO/FEVEREIRO / 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA À SER COLHIDA

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		MAR(B)	ABR(C)	C/A	C/B		MAR(E)	ABR(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	560	560	560	-	-	560	560	560	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	10.500	10.500	10.500 **	-	-	10.500	10.500	10.500	-	-
ARROZ	3.160	3.400	3.400 **	7,59	-	3.160	3.400	3.400	7,59	-
CANA DE AÇÚCAR	396.494	396.552	396.552	0,01	-	396.494	396.552	396.552	0,01	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	96.345	95.000	95.000 **	-1,40	-	94.000	95.000	95.000	1,06	-
FUMO (em folha)	17.000	17.000	17.000 **	-	-	17.000	17.000	17.000	-	-
MANDIOCA	21.000	21.000	21.000	-	-	21.000	21.000	21.000	-	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	78.000	78.000	78.000 **	-	-	77.000	78.000	78.000	1,30	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MARÇO/ABRIL / 2006 - IBGE.
 (1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
 (***) Refere-se a área plantada.
 (*) Situação em dezembro de 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		MAR(B)	ABR(C)	C/A	C/B		MAR(E)	ABR(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	12.320	10.967	10.967	-10,98	-	22.000	19.584	19.584	-10,98	-
ALGODÃO HERBÁCEO	4.095	4.673	4.673	14,11	-	390	445	445	14,10	-
ARROZ	12.008	16.184	16.184	34,78	-	3.800	4.760	4.760	25,26	-
CANA DE AÇÚCAR	23.393.155	23.000.000	23.000.000	-1,68	-	59.000	58.000	58.000	-1,69	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	45.120	43.985	43.985	-2,52	-	480	463	463	-3,54	-
FUMO (em folha)	17.000	17.646	17.646	3,80	-	1.000	1.038	1.038	3,80	-
MANDIOCA	304.500	292.530	292.530	-3,93	-	14.500	13.930	13.930	-3,93	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	46.200	51.870	51.870	12,27	-	600	665	665	10,83	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	48.799	53.445	53.445	9,52	-	12.100	13.252	13.252	9,52	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	54.000	48.951	48.951	-9,35	-	4.000	3.626	3.626	-9,35	-
LARANJA (2)	57.154	48.359	48.359	-15,39	-	13.940	11.795	11.795	-15,39	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MARÇO/ABRIL / 2006 - IBGE.
 (1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
 (2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.
 (3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.
 (*) Situação em dezembro 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA À SER COLHIDA

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		MAI(B)	JUN(C)	C/A	C/B		MAI(E)	JUN(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	560	560	560	-	-	560	560	560	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	10.500	10.500	10.500 **	-	-	10.500	10.500	10.500	-	-
ARROZ	3.160	3.400	3.400 **	7,59	-	3.160	3.400	3.400	7,59	-
CANA DE AÇÚCAR	396.494	396.552	396.552	0,01	-	396.494	396.552	396.552	0,01	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	96.345	95.000	95.000 **	-1,40	-	94.000	95.000	95.000	1,06	-
FUMO (em folha)	17.000	17.000	17.000 **	-	-	17.000	17.000	17.000	-	-
MANDIOCA	21.000	21.000	21.000	-	-	21.000	21.000	21.000	-	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	78.000	78.000	78.000 **	-	-	77.000	78.000	78.000	1,30	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MAIO/JUNHO / 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		MAI(B)	JUN(C)	C/A	C/B		MAI(E)	JUN(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	12.320	10.967	10.967	-10,98	-	22.000	19.584	19.584	-10,98	-
ALGODÃO HERBÁCEO	4.095	4.673	4.673	14,11	-	390	445	445	14,10	-
ARROZ	12.008	16.184	16.184	34,78	-	3.800	4.760	4.760	25,26	-
CANA DE AÇÚCAR	23.393.155	23.000.000	23.000.000	-1,68	-	59.000	58.000	58.000	-1,69	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	45.120	43.985	43.985	-2,52	-	480	463	463	-3,54	-
FUMO (em folha)	17.000	17.646	17.646	3,80	-	1.000	1.038	1.038	3,80	-
MANDIOCA	304.500	292.530	292.530	-3,93	-	14.500	13.930	13.930	-3,93	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	46.200	51.870	51.870	12,27	-	600	665	665	10,83	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	48.799	53.445	53.445	9,52	-	12.100	13.252	13.252	9,52	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	54.000	48.951	48.951	-9,35	-	4.000	3.626	3.626	-9,35	-
LARANJA (2)	57.154	48.359	48.359	-15,39	-	13.940	11.795	11.795	-15,39	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MAIO/JUNHO / 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA À SER COLHIDA

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		JUL(B)	AGO(C)	C/A	C/B		JUL(E)	AGO(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	560	560	560	-	-	560	560	560	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	10.500	12.266	12.266 **	16,82	-	10.500	12.266	12.266	16,82	-
ARROZ	3.160	3.200	3.200 **	1,27	-	3.160	3.200	3.200	1,27	-
CANA DE AÇÚCAR	396.494	396.552	396.552	0,01	-	396.494	396.552	396.552	0,01	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	96.345	99.501	99.501 **	3,28	-	94.000	99.471	99.471	5,82	-
FUMO (em folha)	17.000	17.000	17.000 **	-	-	17.000	17.000	17.000	-	-
MANDIOCA	21.000	21.000	21.000	-	-	21.000	21.000	21.000	-	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	78.000	83.242	83.242 **	6,72	-	77.000	83.162	83.162	8,00	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JULHO/AGOSTO / 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		JUL(B)	AGO(C)	C/A	C/B		JUL(E)	AGO(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	12.320	10.967	10.967	-10,98	-	22.000	19.584	19.584	-10,98	-
ALGODÃO HERBÁCEO	4.095	3.679	3.679	-10,16	-	390	300	300	-23,08	-
ARROZ	12.008	13.120	13.120	9,26	-	3.800	4.100	4.100	7,89	-
CANA DE AÇÚCAR	23.393.155	23.991.396	23.991.396	2,56	-	59.000	60.500	60.500	2,54	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	45.120	53.530	49.735	10,23	-7,09	480	540	500	4,17	-7,41
FUMO (em folha)	17.000	17.646	17.000	-	-3,66	1.000	1.038	1.000	-	-3,66
MANDIOCA	304.500	292.530	292.530	-3,93	-	14.500	13.930	13.930	-3,93	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	46.200	54.116	54.116	17,13	-	600	650	650	8,33	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	48.799	53.445	53.445	9,52	-	12.100	13.252	13.252	9,52	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	54.000	48.951	48.951	-9,35	-	4.000	3.626	3.626	-9,35	-
LARANJA (2)	57.154	48.359	48.359	-15,39	-	13.940	11.795	11.795	-15,39	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JULHO/AGOSTO/ 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA À SER COLHIDA

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		SET(B)	OUT(C)	C/A	C/B		SET(E)	OUT(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	560	560	560	-	-	560	560	560	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	10.500	12.266	12.266 **	16,82	-	10.500	12.266	12.266	16,82	-
ARROZ	3.160	3.200	3.200 **	1,27	-	3.160	3.200	3.200	1,27	-
CANA DE AÇÚCAR	396.494	396.552	396.552	0,01	-	396.494	396.552	396.552	0,01	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	96.345	99.501	99.501 **	3,28	-	94.000	99.471	99.471	5,82	-
FUMO (em folha)	17.000	17.000	17.000 **	-	-	17.000	17.000	17.000	-	-
MANDIOCA	21.000	21.000	21.000	-	-	21.000	21.000	21.000	-	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	78.000	83.242	83.242 **	6,72	-	77.000	83.162	83.162	8,00	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola SETEMBRO/OUTUBRO / 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		SET(B)	OUT(C)	C/A	C/B		SET(E)	OUT(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	12.320	10.967	10.967	-10,98	-	22.000	19.584	19.584	-10,98	-
ALGODÃO HERBÁCEO	4.095	3.679	3.679	-10,16	-	390	300	300	-23,08	-
ARROZ	12.008	13.120	13.120	9,26	-	3.800	4.100	4.100	7,89	-
CANA DE AÇÚCAR	23.393.155	23.991.396	23.991.396	2,56	-	59.000	60.500	60.500	2,54	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	45.120	49.735	49.735	10,23	-	480	500	500	4,17	-
FUMO (em folha)	17.000	17.000	17.000	-	-	1.000	1.000	1.000	-	-
MANDIOCA	304.500	292.530	292.530	-3,93	-	14.500	13.930	13.930	-3,93	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	46.200	54.116	54.116	17,13	-	600	650	651	8,50	0,15
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	48.799	53.445	53.445	9,52	-	12.100	13.252	13.252	9,52	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	54.000	48.951	48.951	-9,35	-	4.000	3.626	3.626	-9,35	-
LARANJA (2)	57.154	48.359	48.359	-15,39	-	13.940	11.795	11.795	-15,39	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola SETEMBRO/OUTUBRO / 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA COLHIDA

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		NOV(B)	DEZ(C)	C/A	C/B		NOV(E)	DEZ(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	560	560	598	6,79	6,79	560	560	598	6,79	6,79
ALGODÃO HERBÁCEO	10.500	12.266	12.266**	16,82	-	10.500	12.266	11.854	12,90	-3,36
ARROZ	3.160	3.200	3.160**	-	-1,25	3.160	3.200	3.160	-	-1,25
CANA DE AÇÚCAR	396.494	396.552	412.000	3,91	3,90	396.494	396.494	412.000	3,91	3,91
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	96.345	99.501	97.000**	0,68	-2,51	94.000	99.471	97.000	3,19	-2,48
FUMO (em folha)	17.000	17.000	16.770**	-1,35	-1,35	17.000	17.000	16.570	-2,53	-2,53
MANDIOCA	21.000	20.000	18.823	-10,37	-5,88	21.000	20.000	18.823	-10,37	-5,88
MILHO (em grão) (1ª safra)	78.000	83.242	80.000**	2,56	-3,89	77.000	83.162	80.000	3,90	-3,80
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOVEMBRO/DEZEMBRO/ 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada

(*) Situação em dezembro de 2005.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO OBTIDOS

ALAGOAS

2005/2006

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2005 (A)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)		SAFRA/2005 (D)(*)	SAFRA/2006		VARIÇÃO (%)	
		NOV(B)	DEZ(C)	C/A	C/B		NOV(E)	DEZ(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	12.320	10.967	11.503	-6,63	4,89	22.000	19.584	19.236	-12,56	-1,78
ALGODÃO HERBÁCEO	4.095	3.679	3.597	-12,16	-2,23	390	300	303	-22,31	1,00
ARROZ	12.008	13.120	11.420	-4,90	-12,96	3.800	4.100	3.614	-4,89	-11,85
CANA DE AÇÚCAR	23.393.155	23.991.396	24.720.000	5,67	3,04	59.000	60.500	60.000	1,69	-0,83
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	45.120	49.735	48.500	7,49	-2,48	480	500	500	4,17	-
FUMO (em folha)	17.000	17.000	17.411	2,42	2,42	1.000	1.000	1.051	5,10	5,10
MANDIOCA	304.500	270.000	244.699	-19,64	-9,37	14.500	13.500	13.000	-10,34	-3,70
MILHO (em grão) (1ª safra)	46.200	54.116	52.800	14,29	-2,43	600	651	660	10,00	1,38
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	48.799	53.445	53.445	9,52	-	12.100	13.252	13.252	9,52	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	54.000	48.951	48.951	-9,35	-	4.000	3.626	3.626	-9,35	-
LARANJA (2)	57.154	48.359	48.359	-15,39	-	13.940	11.795	11.795	-15,39	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOVEMBRO/DEZEMBRO/ 2006 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2005.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

SEGMENTO SUCROALCOOLEIRO

De acordo com a Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a produção brasileira, na safra 2005/2006, de cana-de-açúcar, açúcar e álcool contabilizou o total de 382,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 26,20 milhões de toneladas de açúcar e 15,80 milhões de m³ de álcool, distribuídos em 7,66 milhões de m³ de álcool

anidro e 8,14 milhões de m³ de álcool hidratado.

A Secretaria de Produção e Agroenergia informa em tabela a *performance* brasileira na safra 2005/2006 e estimativa para a safra 2006/2007, no que se refere à produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool.

PERFORMANCE BRASILEIRA – CANA-DE-AÇÚCAR

SAFRA: 2005/2006 e 2006/2007

PRODUÇÃO	SAFRA 2005/06	SAFRA 2006/07*	VARIÇÃO ENTRES SAFRAS		
			Quant	%	
CANA DE AÇÚCAR (milhões de ton)	Produção Total	382,4	425	42,6	11,10%
	Destinada ao Açúcar	189,2	213,8	24,6	13,00%
	Destinada ao Álcool	193,2	211,2	18	9,30%
AÇÚCAR (milhões de ton)	Produção Total	26,2	29,5	3,3	12,60%
	Consumo Doméstico	10,2	10,5	0,3	2,90%
	Exportação (ano-safra)	17,25	19,5	2,25	13,00%
	Estoque de passagem	1,95	1,45	-0,5	-25,60%
ÁLCOOL (bilhões de litros)	Produção Total	15,8	17,25	1,45	9,20%
	Consumo Doméstico	13,5	14	0,5	3,70%
	Exportação (ano-safra)	2,5	3,5	1	40%
	Estoque de passagem	0,84	0,59	-0,25	-29,80%

Fonte: SPAE/MAPA

* Previsão –MAPA

Na Região Nordeste a colheita de cana-de-açúcar, na safra 2005/2006, foi de 49,6 milhões de toneladas, segundo o Presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Álcool de Pernambuco (Sindaçúcar/Pe). A produção de açúcar ficou em 3,823 milhões de toneladas e a oferta de álcool em 1,589 bilhão de litros. Estima, ainda, que a safra 2006/2007 de cana-de-açúcar na região¹⁸ deverá ser até 5% maior, com uma produção estimada em 52 milhões de

toneladas, dependendo das condições climáticas.

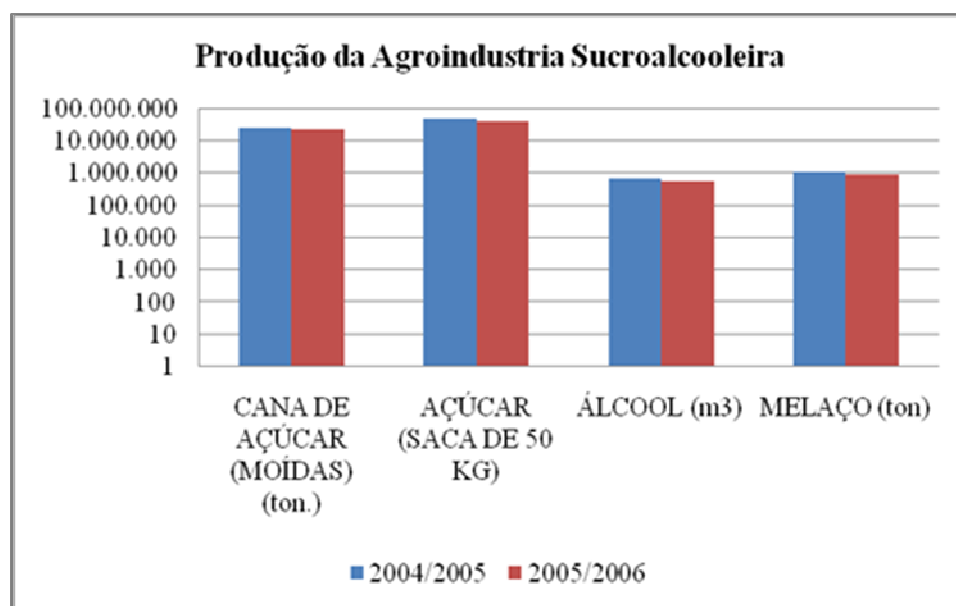
Na safra 2005/2006, os produtores alagoanos colheram 22,5 milhões de toneladas de cana e beneficiaram 42,1 milhões de sacos de 50 kg de açúcar e 546,04 mil m³ de álcool. Resultado considerado tímido devido a estiagem prolongada verificada no Estado em 2005.

¹⁸ O Jornal, 3 jul 2006. Caderno de economia

**PRODUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA
ALAGOAS
SAFRAS 2004/2005 - 2005/2006**

PRODUTOS	SAFRA		VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO (%)	
	SAFRA(1)	SAFRA(2)		SAFRA(1)	SAFRA(2)
	2004/2005	2005/2006	SAFRA(2)/ SAFRA(1)	2004/2005	2005/2006
CANA DE AÇÚCAR (MOÍDAS) (ton.)	26.148.548	22.532.291	-13,83	100,00	100,00
PARA AÇÚCAR	22.016.367	18.577.040	-15,62	84,20	82,45
PARA ÁLCOOL	4.132.181	3.955.250	-4,28	15,80	17,55
AÇÚCAR (SACA DE 50 KG)	47.998.410	42.075.953	-12,34	100,00	100,00
AÇÚCAR DEMERARA (VHP)	30.509.185	28.898.081	-5,28	63,56	68,68
AÇÚCAR CRISTAL	13.551.725	10.968.972	-19,06	28,23	26,07
AÇÚCAR REFINADO GRANULADO	3.937.500	2.208.900	-43,90	8,20	5,25
ÁLCOOL (m3)	667.165	546.046		100,00	100,00
ÁLCOOL ANIDRO	276.449	212.334	-23,19	40,23	38,89
ÁLCOOL HIDRATADO	410.716	333.712	-18,75	49,77	61,11
MELAÇO (ton)	1.072.931	872.514	-18,68	100,00	100,00

Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool/AL



Para a safra 2006/2007, segundo informações do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas, em

31 de dezembro de 2006, a produção de cana-de-açúcar e derivados no Estado apresentava o seguinte desempenho em relação à safra 2005/2006.

PRODUÇÃO DA AGRO INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

ALAGOAS

SAFRAS 2005/2006 - 2006/2007

PRODUTOS	SAFRA 2005/2006 (1)	SAFRA 2006/2007 (2)	VARIÇÃO (%) (2)/(1)
Cana-de-Açúcar (toneladas)	15.585.549	16.371.899	5,05
Açúcar (sacos de 50 kg)	28.571.230	29.723.850	4,03
Alcool (m ³)	372.807	400.128	7,33
Melaço (toneladas)	598.064	631.167	5,54

FONTE: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas

No contexto mundial, a produção de açúcar¹⁹, para a safra 2006/2007, poderá bater todos os recordes e o Brasil ocupará provavelmente o espaço deixado pelo açúcar europeu no mercado internacional. A avaliação é de analistas do setor do açúcar que fazem parte da “*Sugar On Line*”, entidade com sede na Inglaterra e que agrupa especialistas do setor. Segundo as estimativas, o Brasil deve dominar metade do mercado mundial em cinco anos, como reflexo da decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) que condenou subsídios praticados pelos europeus no setor do açúcar, induzindo a União Européia a rever sua política açucareira.

De acordo com a Conab, com a ampliação e a abertura de novas usinas e destilarias para atender à demanda de mercado, no que tange à fabricação de açúcar e álcool, estima-se crescimento da produção de cana-de-açúcar para a safra 2006/2007, atingindo 425 milhões de toneladas.

Outro fator que exerce estímulo ao segmento sucroalcooleiro é a cotação do petróleo que aquece a demanda do álcool anidro no mercado internacional, elevando os preços do produto, beneficiando a

agroindústria canavieira²⁰. Como reflexo, no mercado doméstico, a venda de carros *flex fuel* é representativa na comercialização de veículos novos no País. No mercado externo, a demanda por álcool anidro é crescente, graças às sucessivas altas na cotação do barril de petróleo, aliado à maior valorização das pesquisas em combustíveis renováveis, pautado pelo seu caráter ecologicamente correto.

Em 2006, ocorreu, no mercado internacional de *commodities*, fato que teve impacto positivo nos negócios do setor sucroalcooleiro brasileiro, devido as exportações de álcool anidro para os Estados Unidos. Embora a produção de milho (matéria-prima do álcool combustível americano) cresça mais no segundo semestre do ano, o que deve diminuir os volumes dos embarques brasileiros, a demanda americana deve se manter a longo prazo.

O Brasil, maior exportador mundial de álcool, adota crescimento vertical na cultura da cana-de-açúcar, em contrapartida com a alta dos preços do petróleo ampliando a demanda pelo bicomcombustível produzido a partir da cana. O preço do petróleo, que registrou aumento constante nos últimos anos,

¹⁹ Gazeta de Alagoas, 30 out 2006. Caderno de Economia

²⁰ Gazeta de Alagoas, 3 set 2006. Caderno de economia.

gerou, como conseqüência, alta dos seus derivados, estimulando a demanda por álcool no Brasil e nos Estados Unidos, no momento em que o Japão e outros países também pretendem utilizar o bicomcombustível como aditivo à gasolina, em reação ao aumento do preço do barril de petróleo, encorajando investimentos na produção de álcool no Brasil.

No que se refere ao aumento do consumo no mercado interno, o Brasil elevou a mistura obrigatória de álcool à gasolina. As distribuidoras de combustíveis passaram a adicionar 23% de álcool à gasolina comercializada nos postos brasileiros²¹. Até então, a mistura era de 20%.

Além de despontar no mercado mundial de *commodities*, em Alagoas, o álcool ainda tem a vantagem de manter os preços do açúcar em alta, tendo em vista que a maioria das unidades produtoras do Estado são ao mesmo tempo usinas e destilarias, podendo aumentar a produção tanto de açúcar como de álcool em função do mercado.

Assim a tendência aponta para o avanço contínuo da demanda do álcool tanto no mercado interno como no externo, atuando como incentivo necessário para continuar ampliando a produção de etanol.

²¹ 20 nov 2006 (Tribuna, 3 nov 2006. Caderno de Economia, p.15.)

SALGEMA

Tendo em vista oscilações de mercado, em Alagoas, a comercialização dos derivados do Salgema, segundo o destino em 2006, apresentou redução da ordem de 7,9% no mercado interno para a soda evaporação e

14,8% em relação ao mercado externo para o dicloroetano. Enquanto para o policloreto de vinila no mercado interno foi registrado aumento de 14,2%.

PRODUÇÃO FÍSICA COMERCIALIZADA DOS DERIVADOS DO SALGEMA, SEGUNDO O DESTINO ALAGOAS 2005/2006

MERCADO	PRODUÇÃO (ton.)								
	SODA EVAPORAÇÃO			DICLOROETANO			POLICLORETO DE VINILA		
	ANUAL		VAR % 2006/2005	ANUAL		VAR % 2006/2005	ANUAL		VAR % 2006/2005
	2005	2006		2005	2006		2005	2006	
Interno	387.737	357.287	-7,85	-	-	-	179.294	204.665	14,15
Externo	-	-	-	122.233	104.096	-14,84	14.896	88.397	493,43
Total	387.737	357.287	-7,85	122.233	104.096	-14,84	194.190	293.062	50,92

Fonte: Brasken

Nota: Dados Trabalhados pela SEPLAN



PRODUÇÃO FÍSICA COMERCIALIZADA DOS DERIVADOS DO SALGEMA

ALAGOAS

2005/2006

MÊS	PRODUÇÃO (ton.)											
	SODA EVAPORAÇÃO				DICLOROETANO				POLICLORETO DE VINILA			
	MERC. INT.(A)	MERC. EXT. (B)	TOTAL A+B	VAR. % 2006/2005	MERC. INT.(C)	MERC. EXT. (D)	TOTAL C+D	VAR. % 2006/2005	MERC. INT.(E)	MERC. EXT. (F)	TOTAL E+F	VAR. % 2006/2005
2005												
JANEIRO	30.896	-	30.896	-	-	384	384	-	11.116	572	11.688	-
FEVEREIRO	36.198	-	36.198	-	-	21.001	21.001	-	12.984	494	13.478	-
MARÇO	36.829	-	36.829	-	-	9.167	9.167	-	16.163	1.066	17.229	-
ABRIL	29.459	-	29.459	-	-	8.559	8.559	-	10.690	1.092	11.782	-
MAIO	32.628	-	32.628	-	-	17.352	17.352	-	10.572	1.846	12.418	-
JUNHO	30.696	-	30.696	-	-	12.703	12.703	-	21.727	3.018	24.745	-
1º SEMESTRE	196.706	-	196.706	-	-	69.166	69.166	-	83.252	8.088	91.340	-
JULHO	36.653	-	36.653	-	-	12.582	12.582	-	16.644	1.686	18.330	-
AGOSTO	32.531	-	32.531	-	-	0	0	-	20.636	1.248	21.884	-
SETEMBRO	30.235	-	30.235	-	-	19.364	19.364	-	19.976	780	20.756	-
OUTUBRO	29.546	-	29.546	-	-	10.670	10.670	-	16.653	1.456	18.109	-
NOVEMBRO	30.316	-	30.316	-	-	0	0	-	8.820	624	9.444	-
DEZEMBRO	31.750	-	31.750	-	-	10.451	10.451	-	13.313	1.014	14.327	-
2º SEMESTRE	191.031	-	191.031	-	-	53.067	53.067	-	96.042	6.808	102.850	-
ANUAL	387.737	-	387.737	-	-	122.233	122.233	-	179.294	14.896	194.190	-
2006												
JANEIRO	29.282	-	29.282	-5,22	-	18.004	18.004	4.588,54	14.159	18.212	32.371	176,96
FEVEREIRO	30.896	-	30.896	-14,65	-	8.995	8.995	-57,17	19.306	10.033	29.339	117,68
MARÇO	30.457	-	30.457	-17,30	-	11.981	11.981	30,70	20.152	13.827	33.979	97,22
ABRIL	29.842	-	29.842	1,30	-	15.910	15.910	85,89	14.372	17.522	31.894	170,70
MAIO	27.038	-	27.038	-17,13	-	15.184	15.184	-12,49	19.045	16.874	35.919	189,25
JUNHO	27.511	-	27.511	-10,38	-	3.051	3.051	-75,98	19.325	4.975	24.300	-1,80
1º SEMESTRE	175.026	-	175.026	-11,02	-	73.125	73.125	5,72	106.359	81.443	187.802	105,61
JULHO	23.969	-	23.969	-34,61	-	-	-	-	11.969	1.092	13.061	-28,75
AGOSTO	29.173	-	29.173	-10,32	-	-	-	-	24.412	1.760	26.172	19,59
SETEMBRO	36.854	-	36.854	21,89	-	17.969	17.969	-7,20	18.754	1.292	20.046	-3,42
OUTUBRO	24.645	-	24.645	-16,59	-	13.002	13.002	21,86	16.915	1.500	18.415	1,69
NOVEMBRO	37.222	-	37.222	22,78	-	-	-	-	14.522	512	15.034	59,19
DEZEMBRO	30.398	-	30.398	-4,26	-	-	-	-	11.734	798	12.532	-12,53
2º SEMESTRE	182.261	-	182.261	-4,59	-	30.971	30.971	-41,64	98.306	6.954	105.260	2,34
ANUAL	357.287	-	357.287	-7,85	-	104.096	104.096	-14,84	204.665	88.397	293.062	50,92

Fonte: Braskem.

CIMENTO

No sentido de dinamizar o setor, o governo federal anunciou, em fevereiro de 2006, um pacote com medidas de incentivo ao segmento, ampliando recursos para empréstimos habitacionais, além de reduzir tributos para material de construção²². O anúncio de medidas fortaleceu o setor da construção civil e imobiliário, em Alagoas, tendo como principais conseqüências o aumento da aplicação de recursos para a habitação popular oriunda do FGTS, e a redução da presença das construtoras no papel de agente financeiro.

A realização de eventos pelo Setor Imobiliário, como o Nordeste *Invest* no Centro de Convenções de Maceió, trazendo investidores de várias partes do Brasil e do exterior, aliado a recuperação da economia brasileira e o aumento do número de investimentos estrangeiros, além da tendência de retorno dos financiamentos dos bancos privados voltados principalmente para a classe média²³, apresentam cenário positivo do setor imobiliário e da construção civil, em 2006.

O mercado imobiliário atrai investidores estrangeiros, impulsionados pelas belezas naturais, segundo a Associação do Mercado Imobiliário (Ademi), em 2006, foram mais de R\$ 11 milhões aplicados no setor da construção civil, em Alagoas, impulsionando a demanda interna de cimento

No sentido de acompanhar a tendência do crescimento do setor da construção civil e imobiliário, suprimindo a demanda interna, a fábrica de cimento Atol, pertencente ao grupo Cimpor, em Alagoas, pretende atingir a meta de 150 mil toneladas de cimento exportado para o continente africano²⁴.

A produção de cimento, em Alagoas, em 2006, apresentou aumento de 16,9% e consumo de 3,9% em relação a 2005.

Objetivando captar e normatizar recursos para o setor foi criada a Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Nordeste Brasileiro (Adit/NE)²⁵. A associação tem como principal finalidade criar condições com uma legislação mais clara e objetiva para os investidores. Segundo o Presidente da Ademi, na visão do investidor, belas praias não são suficientes para trazer novos empreendimentos. “O mercado imobiliário precisa de um ambiente seguro para investir. As leis precisam de agilidade e clareza principalmente sobre licença ambiental.”.

²⁴ Em 2005 a unidade da Cimpor em Alagoas exportou para África 128 mil toneladas de cimento e no primeiro bimestre de 2006, já foram exportadas 25 mil toneladas, sendo 12 mil para o congo e 13 mil para a África do Sul. A previsão é de unidade da Cimpor em Alagoas exporte um navio por mês, mantendo assim o movimento do porto e fomentando a geração de empregos e renda, através de postos de trabalho no terminal portuário e no transporte de cargas. A fábrica da Atol, pertence a Cimpor, é o quanto maior contribuinte de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) do Estado, além de contribuir com Imposto Sobre Serviços (ISS), no município de São Miguel dos Campos. Segundo dados da empresa, cerca de 500 postos de trabalho foram criados direta e indiretamente, graças às atividades da fábrica de cimentos Atol em Alagoas. Toda vez que é iniciada a operação de exportação de cimento no Porto, uma frota de caminhões é mobilizada para o transporte, assim como centenas de trabalhadores portuários são empregadas na operação.

²² Gazeta de Alagoas, 8 fev 2006. Caderno de Economia, p.A10.

²³ Gazeta de Alagoas, 1 jan 2006. P.13

²⁵ O Jornal, 27 jan 2007. Caderno de Economia, p.A5.

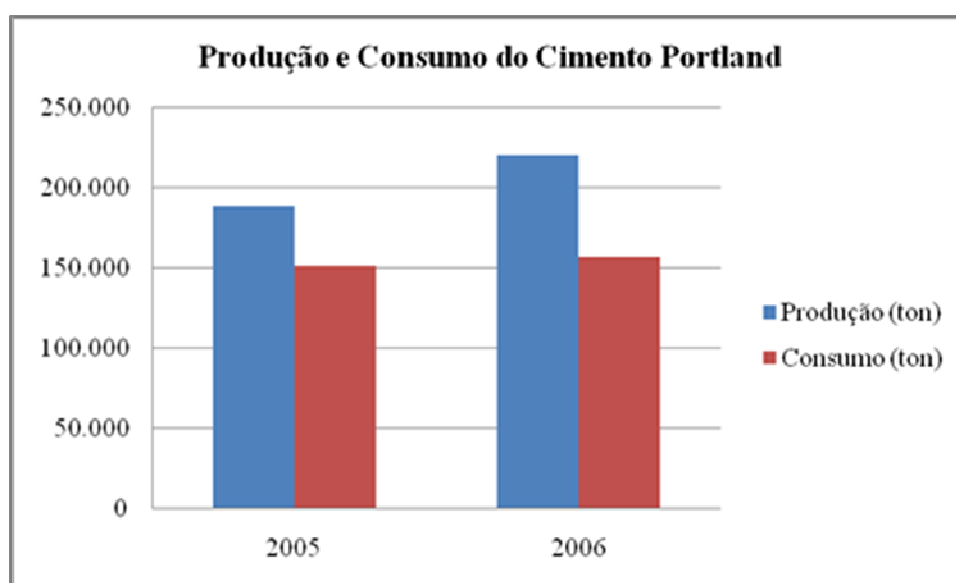
PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND

ALAGOAS

2005 – 2006

CIMENTO PORTLAND	2005	2006	VARIAÇÃO 2006/2005
Produção (ton)	188.301	220.088	16,88
Consumo (ton)	150.557	156.461	3,92

FONTE: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.



Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento
Nota: Gráfico trabalho pela SEPLAN/SUPEGI

**PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND
ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	PRODUÇÃO (ton.)		CONSUMO (ton)	
	TOTAL	VAR % 2006/2005	TOTAL	VAR % 2006/2005
2005				
JANEIRO	36.696	-	29.095	-
FEVEREIRO	28.461	-	25.241	-
MARÇO	31.434	-	29.040	-
ABRIL	33.834	-	25.685	-
MAIO	32.354	-	21.197	-
JUNHO	25.522	-	20.299	-
1º SEMESTRE	188.301	-	150.557	-
JULHO	48.053	-	22.784	-
AGOSTO	27.867	-	23.659	-
SETEMBRO	46.204	-	23.770	-
OUTUBRO	40.784	-	25.386	-
NOVEMBRO	37.747	-	26.776	-
DEZEMBRO	48.024	-	33.636	-
2º SEMESTRE	248.679	-	156.011	-
ANUAL	436.980	-	306.568	-
2006				
JANEIRO	43.616	18,86	30.849	6,03
FEVEREIRO	33.961	19,32	25.234	-0,03
MARÇO	36.563	16,32	33.238	14,46
ABRIL	37.543	10,96	23.230	-9,56
MAIO	37.093	14,65	24.302	14,65
JUNHO	31.312	22,69	19.608	-3,40
1º SEMESTRE	220.088	16,88	156.461	3,92
JULHO	36.749	-23,52	21.908	-3,84
AGOSTO	30.999	11,24	26.927	13,81
SETEMBRO	52.171	12,91	26.885	13,10
OUTUBRO	50.675	24,25	27.027	6,46
NOVEMBRO	33.146	-12,19	30.102	12,42
DEZEMBRO	34.185	-28,82	28.794	-14,40
2º SEMESTRE	237.925	-4,32	161.643	3,61
ANUAL	458.013	4,81	318.104	3,76

FONTE: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

SERVIÇOS

TURISMO

Em Alagoas está sendo implantado o Projeto de Fiscalização Integrada e Descentralizada cujo objetivo é promover melhorias nos serviços do setor turístico, como resultante de parceria público-privada, que planeja ações na atividade a nível nacional. A proposta é que, numa ação conjunta, empresas privadas e órgãos públicos exerçam função fiscalizadora, onde cada órgão cumprirá seu papel de vistoriar as questões ligadas ao segmento turístico²⁶.

A participação de Alagoas em Exposições e Salões do Turismo²⁷ tem contribuído para divulgação dos aspectos turísticos do Estado.

No II Salão do Turismo, Roteiros do Brasil, realizado no mês de junho no Expo Center Norte, em São Paulo, foram apresentados três novos roteiros alagoanos: o Encontro das Águas, a Costa dos Corais e Lagoas e Mares do Sul. Estão inseridos no roteiro Encontro das Águas os municípios de Maceió, Piaçabuçu, Penedo, Piranhas, Olho d'Água do Casado e Delmiro Gouveia. Fazem parte do roteiro Costa dos Corais os municípios de Maceió, Paripueira, Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo do Camaragibe. Ambos os roteiros inclui o turismo de sol, mar, social, pesca, rural, aventura, ecoturismo, negócios e eventos e náutico. Já o roteiro Lagoas e Mares do Sul é formado pelos municípios de Barra de São Miguel, Roteiro, Piaçabuçu, Feliz Deserto, Coruripe, Jequiá da Praia, Marechal Deodoro e Maceió, envolvendo além dos segmentos citados, o turismo cultural. Esses

três roteiros dimensionam cinco das oito regiões turísticas de Alagoas: Metropolitana, Foz do Velho Chico, Cânion do São Francisco, Costa dos Corais e Lagoas e Mares do Sul.

A Vitrine Brasil objetivou a promoção dos produtos associados ao turismo, como: gastronomia, produtos artesanais e/ou industriais e manifestações culturais. Também contou com a divulgação da banda de pífanos, de Marechal Deodoro, famosa nacionalmente, que representa o Estado nos grandes eventos turísticos²⁸.

A Feira das Américas, Congresso dos Agentes de Viagem (Abav 2006), com a participação de 40 países e mais de mil expositores. Realizado no Rio de Janeiro, no mês de outubro, além de promover Alagoas junto aos agentes de viagem, trouxe saldo positivo para o turismo com a retomada do mercado argentino com um vôo semanal e a ampliação das ligações com o Chile, através de dois vôos regulares partindo de Santiago com escala em São Paulo²⁹. Para mostrar a produção artesanal brasileira, a feira ocupou uma área do Espaço Brasil, reservado pelo Ministério do Turismo, com local garantido para a arte popular dos artesãos alagoanos.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas (Sebrae/AL), em parceria com a Secretaria de Planejamento (Seplan) e o Fundo do Microcrédito (Funcred), realizou, em outubro de 2006, **II Fórum Integrado de Turismo**. Cerca de 150 empresários do setor de turismo e hotelaria e artesãos do Litoral Norte, Sul e do Sertão do Estado participaram da atividade que apresentou as características do mercado do turismo, em Alagoas, além de gerar oportunidades de negócios para os artesãos. Durante o encontro, os empresários debateram

²⁶ A exemplo, da segurança, higiene dos hotéis, atendimento em bares e restaurantes, obras de saneamento, atendimento feito pelos taxistas e embarcações, enfim, qualquer serviço que se caracterize numa relação de consumo entre turistas e prestadores de serviço. No foco do projeto está ainda o combate à exploração sexual infanto-juvenil.

²⁷ Tribuna, 01 set 2006 – caderno de Economia pg 17

²⁸ Tribuna, 29 maio 2006. Caderno de economia.

²⁹ O Jornal, 31 out 2006. Caderno de economia.

os avanços do setor a partir das ações dos Arranjos Produtivos Locais Costa dos Corais e Região das Lagoas e da Cadeia Produtiva do turismo, bem como a regionalização do segmento como forma de conseguir apoio do governo federal. Além de eventos para divulgar a atividade turística, de acordo com o consultor do Ministério do Turismo³⁰, o Programa de Regionalização do Turismo, em vigor desde 2004, vem ampliando o número de roteiros em todo o país, gerando novos empregos e mais renda³¹. O governo do Estado, através da Setur, investe também na divulgação de novos roteiros para atrair mais visitantes, entre eles as Lagoas e Mares do Sul (de Marechal Deodoro a Coruripe) e Encontro das Águas (Penedo e Piaçabuçu, incluindo o cânion do rio São Francisco)³². O dirigente da Setur faz referências também ao Plano Estadual de Turismo, que dividiu o Estado em oito regiões, tendo sido atualizado em 2005, adequando-se ao Plano Nacional de Turismo. O documento está sendo entregue aos prefeitos e secretários de Turismo dos municípios turísticos de Alagoas.

Ação no sentido de desenvolver o Turismo, em Alagoas, tem no Plano Estadual incentivo a interiorização da atividade, podendo significar a alavanca para crescimento do setor nas mais diversas segmentações. O Plano propõe a realização de inventário seguido de roteiro dos municípios turísticos de cada região, de acordo com as diretrizes do Ministério do Turismo, além de outras ações voltadas para o desenvolvimento do setor no Estado³³.

O Secretário de Estado do Turismo aponta outro instrumento de grande importância para alavancar atividade, em Alagoas, o Fórum Estadual de Turismo, integrado por órgãos públicos, iniciativa privada e entidades não-governamentais.

Conforme números da Infraero (Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária) Alagoas é um dos destinos mais procurados no Nordeste. Nos primeiros sete meses deste ano, foi registrado um aumento superior a 20% da movimentação de turistas internacionais no Estado.

Em agosto de 2006, Maceió registrou no turismo receptivo dois vôos charters por semana, vindos de Lisboa e Milão, com uma média de 200 visitantes europeus em cada aeronave. A partir de dezembro, está prevista a vinda de um novo vôo charter semanal da Finlândia. De acordo com a Setur, uma operadora de turismo finlandesa vem realizando um trabalho de divulgação das belezas naturais, e da qualidade dos serviços prestados pela rede hoteleira de Alagoas.

No entanto, como consequência da crise que se instalou no setor aéreo brasileiro, foram registrados reflexos negativos na atividade turística, na Região Nordeste, afetando Alagoas.

A instabilidade verificada em 2006 não inviabilizou a atividade, uma vez que o Estado de Alagoas, está consolidado como um destino turístico nordestino dos mais procurados.

³⁰ Bruno Wendling

³¹ Tribuna, 26 out 2006. Caderno de economia, p.15.

³² Tribuna, 24 ago 2006. Caderno de opinião, p.4.

³³ Tribuna, 2 set 2006. Caderno de economia, p.17

**INDICADORES DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS DE MACEIÓ
2005-2006
ALAGOAS**

CATEGORIA	2005	2006	VAR. % 2006/2005
FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES (1)	36.693	35.703	-2,70
PERMANÊNCIA MÉDIA (2)	3,8	3,7	-2,39
TAXA DE OCUPAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS (3)	70,3	68,3	-2,80
GERAÇÃO DE DIÁRIAS (4)	141.877	134.458	-5,23

FONTE: Secretaria de Turismo de Alagoas – SETURES

NOTAS (1) Indicativos 1 e 4, dados fornecidos pela SETURES e trabalhados pela SEPLAN; (média)

(2) Indicativos 2 e 3, dados fornecidos pela SETURES. (média)

De acordo com a CVC Turismo, maior operadora do país, Alagoas ocupava, em 2005, a quinta posição como destino mais procurado do Nordeste. Todavia mesmo diante do quadro traçado em 2006, passou a ocupar a terceira posição no *ranking*.

Além dos novos vôos charters, Alagoas recebe dois outros semanais de Portugal, dois da Itália e um grande número de visitantes da Argentina. No mercado interno, São Paulo é o principal mercado emissor, seguido de Minas Gerais e Pernambuco.

A Setur, em parceria com o *trade* turístico, trabalha na captação de novos vôos charters nacionais e internacionais, a fim aumentar a taxa de ocupação hoteleira.

De acordo com o Secretário de Estado do Turismo, Alagoas vem se destacando cada vez mais no cenário nacional e internacional. A Setur, com apoio do governo, tem participado de congressos, feiras de turismo e *workshops* com a finalidade de divulgar as potencialidades turísticas do Estado no Brasil e no Exterior, em uma parceria com a Secretaria Municipal de Turismo, Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) e Maceió Convention & Visitors Bureau.

**INDICADORES DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS DE
MACEIÓ
2005-2005
ALAGOAS**

MÊS	TAXA DE OCUPAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES		PERMANÊNCIA MÉDIA		GERAÇÃO DE DIÁRIAS	
	TAXA	VAR. % 2006/2005	N.º DE HÓSPEDES	VAR. % 2006/2005	DIAS	VAR. % 2006/2005	Nº de Diárias	VAR. % 2006/2005
2005								
JANEIRO	89,3	-	49.748	-	4,3	-	215.718	-
FEVEREIRO	74,6	-	34.913	-	4,2	-	144.754	-
MARÇO	64,8	-	36.758	-	3,5	-	126.647	-
ABRIL	63,7	-	35.027	-	3,6	-	125.748	-
MAIO	56,5	-	30.181	-	3,4	-	102.869	-
JUNHO	54,0	-	27.276	-	3,4	-	93.062	-
1º SEM (média)	67,2	-	35.651	-	3,7	-	134.800	-
JULHO	69,9	-	39.905	-	3,9	-	157.499	-
AGOSTO	67,8	-	34.790	-	3,9	-	136.261	-
SETEMBRO	76,7	-	38.028	-	3,9	-	148.577	-
OUTUBRO	77,6	-	40.654	-	3,8	-	155.504	-
NOVEMBRO	76,3	-	35.469	-	4,0	-	141.876	-
DEZEMBRO	71,9	-	37.563	-	4,1	-	154.008	-
2º SEM (média)	73,4	-	37.735	-	3,9	-	148.954	-
ANUAL (média)	70,3	-	36.693	-	3,8	-	141.877	-
2006								
JANEIRO	90,7	1,57	44.970	-9,60	4,6	6,98	206.862	-4,11
FEVEREIRO	78,9	5,76	34.370	-1,56	4,3	2,38	147.791	2,10
MARÇO	76,5	18,06	37.617	2,34	3,7	5,71	139.016	9,77
ABRIL	62,9	-1,26	36.695	4,76	3,1	-13,89	113.755	-9,54
MAIO	58,1	2,83	30.590	1,36	3,4	0,00	104.006	1,11
JUNHO	52,7	-2,41	25.752	-5,59	3,7	8,82	95.282	2,39
1º SEM (média)	70,0	4,19	34.999	-1,83	3,8	1,79	134.452	-0,26
JULHO	71,7	2,58	41.001	2,75	4,1	5,13	168.104	6,73
AGOSTO	63,4	-6,49	31.404	-9,73	3,6	-7,69	113.054	-17,03
SETEMBRO	68,0	-11,34	34.415	-9,50	3,7	-5,13	127.336	-14,30
OUTUBRO	68,0	-12,37	38.349	-5,67	3,6	-5,26	138.056	-11,22
NOVEMBRO	65,4	-14,29	36.265	2,24	3,4	-15,00	123.301	-13,09
DEZEMBRO	63,2	-12,10	37.009	-1,47	3,7	-9,76	136.933	-11,09
2º SEM (média)	66,6	-9,20	36.407	-3,52	3,7	-6,36	134.464	-9,73
ANUAL (média)	68,3	-2,80	35.703	-2,70	3,7	-2,39	134.458	-5,23

FONTE: Secretária de Turismo - SETURES

TRANSPORTE

AEROPORTUÁRIO

O Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares registrou um aumento de 22,3% na movimentação de passageiros internacionais de janeiro a junho de 2006, em relação ao mesmo período de 2005. Resultado positivo no que se refere ao tráfego aéreo no primeiro semestre atribui-se aos vôos *charters* internacionais, com o aumento da frequência de dois vôos semanais com destino a Lisboa (pela BRA) e dois para Milão (pela Livingston e pela Blue Panorama), contribuindo para o desempenho satisfatório do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares. No mês de agosto novos vôos *charters* semanais da TAM, ligando Maceió a Bariloche passaram a fazer parte da rotina do Aeroporto.

Tendo em vista o aumento do número de turistas brasileiros, foi lançado o mais novo projeto, Mais Brasil – uma parceria entre as operadoras *Flytour*, *Rextur*, *Marsans* e *Renascimento* - operando pela companhia aérea *Oceanair*. É um MK-28 com cem lugares, direto Maceió-São Paulo³⁴.

Conforme desempenho, constata-se que pousos e decolagens de aeronaves e embarques e desembarques de passageiros apresentaram resultados positivos em 2006 em relação a 2005.

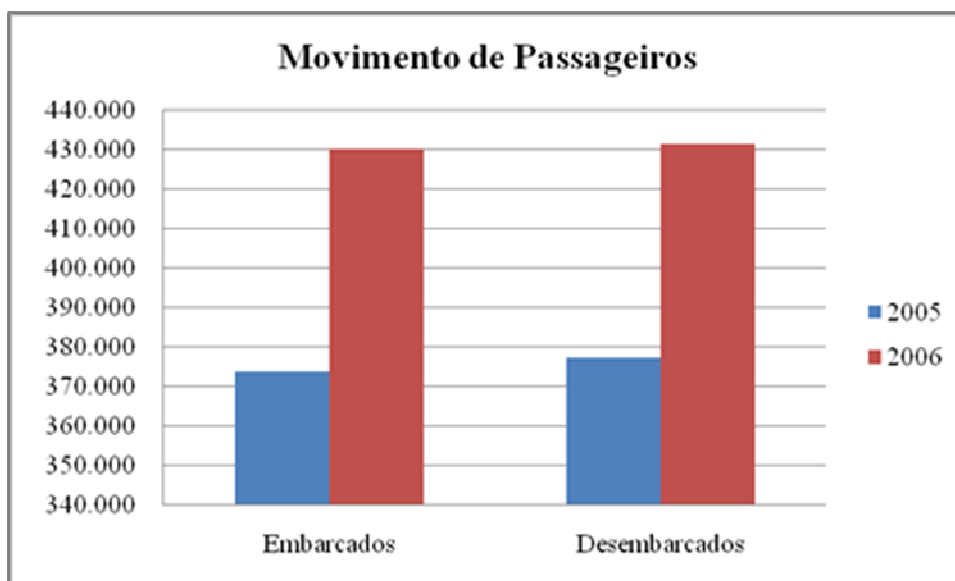
MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO INTERNACIONAL ZUMBI DOS PALMARES ALAGOAS

2005 – 2006

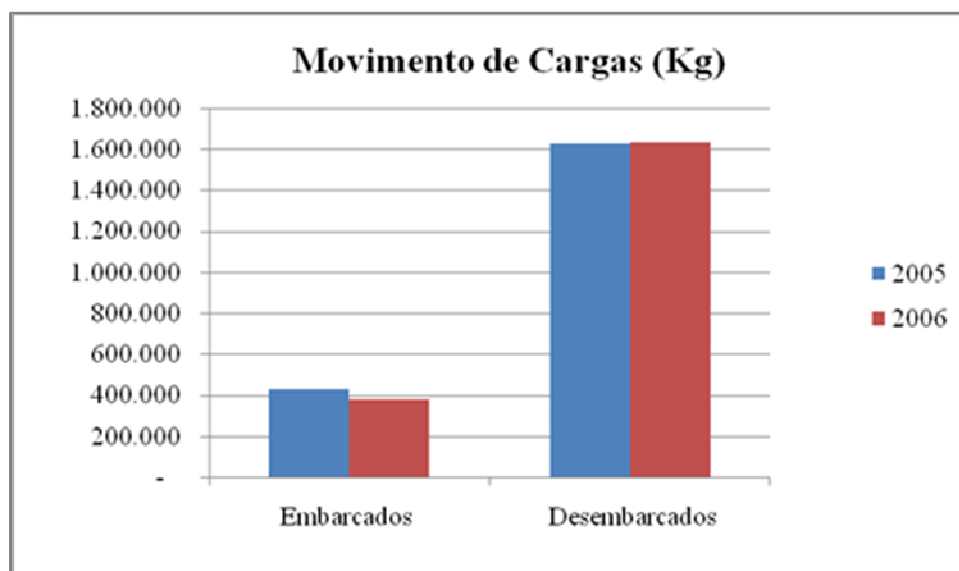
CATEGORIA	2005	2006	VAR.% 2006/2005
AERONAVE			
POUSO	7.775	9.186	18,14
DECOLAGEM	7.776	9.183	18,09
PASSAGEIROS			
EMBARCADAS	373.462	429.958	15,13
DESEMBARCADAS	377.240	431.139	14,29
CARGAS			
EMBARCADAS	427.381	379.207	-11,27
DESEMBARCADAS	1.628.437	1.630.175	0,10

FONTE: Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares/AL
NOTA: Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN

³⁴ O Jornal, 17 ago 2006. Caderno de turismo e lazer, p.3.



FONTE: Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares/AL



FONTE: Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares/AL

**MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES
ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	AERONAVES		PASSAGEIROS			
	POUSOS	DECOLAGENS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	CONEXÕES	TRÂNSITO
2005						
JANEIRO	738	747	46.872	42.374	312	10.779
FEVEREIRO	587	588	31.330	28.717	393	5.792
MARÇO	627	634	30.245	27.837	283	5.928
ABRIL	603	597	28.432	27.045	111	6.369
MAIO	537	541	25.749	25.841	67	6.558
JUNHO	572	570	22.424	23.776	80	5.606
1º SEMESTRE	3.664	3.677	185.052	175.590	1.246	41.032
JULHO	658	660	33.837	35.380	143	7.597
AGOSTO	633	635	28.007	26.579	29	7.076
SETEMBRO	602	599	28.823	30.140	196	6.268
OUTUBRO	679	676	34.745	34.800	256	6.996
NOVEMBRO	731	731	30.688	29.684	239	7.430
DEZEMBRO	808	798	32.310	45.067	256	10.704
2º SEMESTRE	4.111	4.099	188.410	201.650	1.119	46.071
ANUAL	7.775	7.776	373.462	377.240	2.365	87.103
2006						
JANEIRO	813	823	51.009	45.479	540	13.238
FEVEREIRO	701	697	34.911	31.889	465	10.750
MARÇO	758	762	35.386	35.314	491	10.345
ABRIL	646	645	33.999	33.659	533	10.330
MAIO	723	724	32.505	30.093	492	7.589
JUNHO	645	644	29.305	30.829	502	8.245
1º SEMESTRE	4.286	4.295	217.115	207.263	3.023	60.497
JULHO	789	786	39.660	40.947	334	10.872
AGOSTO	789	792	34.254	31.759	180	10.504
SETEMBRO	887	881	34.526	35.052	233	9.990
OUTUBRO	776	779	36.988	36.759	198	10.570
NOVEMBRO	777	776	32.175	31.884	180	10.134
DEZEMBRO	882	874	35.240	47.475	334	11.853
2º SEMESTRE	4.900	4.888	212.843	223.876	1.459	63.923
ANUAL	9.186	9.183	429.958	431.139	4.482	124.420

FONTE: Aeroporto Zumbi dos Palmares - AL

**MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES
2005/2005
ALAGOAS**

MÊS	CARGAS (Kg)		CORREIOS (Kg)		BAGAGENS		
	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	TRÂNSITO
2005							
JANEIRO	35.839	90.034	32.050	66.605	758.801	610.734	163.532
FEVEREIRO	32.542	93.448	28.134	64.104	503.691	401.461	74.570
MARÇO	36.820	141.740	-	-	442.078	385.567	67.274
ABRIL	48.545	165.283	37.720	82.065	438.347	383.302	68.535
MAIO	42.892	148.193	37.964	76.648	342.457	325.500	91.044
JUNHO	28.071	131.950	36.570	84.130	296.833	317.602	82.869
1º SEMESTRE	224.709	770.648	172.438	373.552	2.782.207	2.424.166	547.824
JULHO	25.597	135.114	38.102	92.220	457.538	470.635	108.070
AGOSTO	29.475	128.219	84.430	38.385	367.076	342.984	93.452
SETEMBRO	35.285	130.181	0	6.160	413.435	410.005	97.776
OUTUBRO	40.850	148.773	55.878	81.653	497.139	466.873	90.932
NOVEMBRO	31.624	128.387	41.950	75.710	418.211	389.732	114.866
DEZEMBRO	39.841	187.115	41.710	65.839	445.198	557.895	141.395
2º SEMESTRE	202.672	857.789	262.070	359.967	2.598.597	2.638.124	646.491
ANUAL	427.381	1.628.437	434.508	733.519	5.380.804	5.062.290	1.194.315
2006							
JANEIRO	37.008	121.805	31.507	73.469	759.207	624.577	207.295
FEVEREIRO	44.206	134.806	33.447	65.522	506.513	431.798	145.643
MARÇO	35.325	157.109	44.292	70.285	481.439	442.509	151.040
ABRIL	33.250	152.909	30.372	58.020	458.731	424.958	155.080
MAIO	29.854	142.988	40.581	57.618	422.034	379.862	103.694
JUNHO	26.613	116.975	34.444	61.285	379.824	410.292	116.158
1º SEMESTRE	206.256	826.592	214.643	386.199	3.007.748	2.713.996	878.910
JULHO	22.325	104.950	43.736	64.485	549.330	551.022	164.783
AGOSTO	29.113	136.444	49.088	73.610	452.281	426.499	172.604
SETEMBRO	27.344	134.007	46.896	61.280	460.754	461.423	164.373
OUTUBRO	24.820	135.944	41.650	64.255	482.267	475.348	145.426
NOVEMBRO	28.900	146.504	37.943	66.219	416.504	428.396	130.120
DEZEMBRO	40.449	145.734	37.675	67.752	492.648	686.278	153.791
2º SEMESTRE	172.951	803.583	256.988	397.601	2.853.784	3.028.966	931.097
ANUAL	379.207	1.630.175	471.631	783.800	5.861.532	5.742.962	1.810.007

FONTE: Aeroporto Zumbi dos Palmares - AL

PORTUÁRIO

Em 2006, a movimentação do Porto de Maceió atingiu 3,6 milhões de toneladas, sendo 65% das cargas relativas ao setor sucroalcooleiro do Estado, com destino à Rússia, Japão e países africanos. Outro segmento que apresentou desempenho positivo foi o do cimento que, segundo a administração do Porto, a empresa Cimpor assinou com a instituição um contrato de cinco anos que previa a movimentação de 150 mil toneladas de cimento em 2006, mas esse número atingiu os 181 mil com previsão de chegar a 250 mil em 2007.

Um dos termômetros da economia de Alagoas, o Porto de Maceió terminou o primeiro semestre de 2006, com 1,96 milhão/toneladas de cargas movimentadas, com crescimento de 2,0% em relação a igual período do ano anterior. Essa variação positiva ocorreu mesmo com uma queda acentuada nas exportações de longo curso, responsáveis pelo maior movimento portuário³⁵.

³⁵ Tribuna 23 jul 2006. Caderno de economia, p.20.

MERCADORIAS EMBARCADAS POR LONGO CURSO E CABOTAGEM

ALAGOAS

2005/2006

TIPO DE MERCADORIA	MERCADORIAS EMBARCADAS (ton)					
	1º SEMESTRE		VARIAÇÃO %	2º SEMESTRE		VARIAÇÃO %
	2005	2006	2006/2005	2005	2006	2006/2005
LONGO CURSO						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	299.034	112.861	-62,26	98.363	88.129	-10,40
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	830.727	914.507	10,09	561.789	662.111	17,86
DICLOROETANO	77.466	73.125	-5,60	53.067	30.971	-41,64
SODA CÁUSTICA	-	-	-	18.041	12.601	-30,15
MELAÇO	24.584	21.105	-14,15	11.109	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	5.081	14.557	186,50	10.937	5.544	-49,31
ÁLCOOL HIDRATADO	213.288	145.468	-31,80	48.839	27.719	-43,24
PETRÓLEO	-	-	-	-	-	-
PVC	-	-	-	-	-	-
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
CIMENTO	44.869	78.456	74,86	82.383	102.751	24,72
DIVERSOS	13	6.162	47300,00	3	4	33,33
TOTAL	1.495.062	1.366.241	-8,62	884.531	929.830	5,12
CABOTAGEM						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	-	-	-	-	-	-
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	-	-	-	-	-	-
DICLOROETANO	98.022	78.197	-20,23	100.301	93.815	-6,47
SODA CÁUSTICA	387.041	324.715	-16,10	366.131	342.910	-6,34
MELAÇO	-	-	-	-	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	-	-	-	-	-	-
ÁLCOOL HIDRATADO	-	-	-	-	-	-
PETRÓLEO	187.151	213.367	14,01	181.190	220.658	21,78
PVC	26.326	28.653	8,84	29.474	26.112	-11,41
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	124	38	-69,35	465	-	-
TOTAL	698.664	644.970	-7,69	677.561	683.495	0,88
LONGO CURSO E CABOTAGEM						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	299.034	112.861	-62,26	98.363	88.129	-10,40
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	830.727	914.507	10,09	561.789	662.111	17,86
DICLOROETANO	175.488	151.322	-13,77	153.368	124.786	-18,64
SODA CÁUSTICA	387.041	324.715	-16,10	384.172	355.511	-7,46
MELAÇO	24.584	21.105	-14,15	11.109	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	5.081	14.557	186,50	10.937	5.544	-49,31
ÁLCOOL HIDRATADO	213.288	145.468	-31,80	48.839	27.719	-43,24
PETRÓLEO	187.151	213.367	14,01	181.190	220.658	21,78
PVC	26.326	28.653	8,84	29.474	26.112	-11,41
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
CIMENTO	44.869	78.456	74,86	82.383	102.751	24,72
DIVERSOS	137	6.200	4425,55	468	4	-99,15
TOTAL	2.193.726	2.011.211	-8,32	1.562.092	1.613.325	3,28

Fonte: Administração do Porto de Maceió – Boletim Estatístico - 1º e 2º SEMESTRE 2005/2006

**MERCADORIAS DESEMBARCADAS POR LONGO CURSO E CABOTAGEM
ALAGOAS
2005/2006**

TIPO DE MERCADORIA	MERCADORIAS DESEMBARCADAS (ton)					
	1º SEMESTRE		VARIÇÃO %	2º SEMESTRE		VARIÇÃO %
	2005	2006	2006/2005	2005	2006	2006/2005
LONGO CURSO						
GASOLINA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO DIESEL	-	-	-	-	-	-
ADUBO À GRANEL	106.921	148.758	39,13	165.522	159.883	-3,41
TRIGO À GRANEL	20.120	49.259	144,83	44.863	34.947	-22,10
FARINHA DE TRIGO	-	-	-	-	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	-	-	-	-	-	-
PEIXE CONGELADO	-	-	-	-	-	-
ENXOFRE	-	13.285	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	37.023	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	1.411	-	-
TOTAL	127.041	248.325	95,47	211.796	194.830	-8,01
CABOTAGEM						
GASOLINA	39.664	41.876	5,58	39.840	47.991	20,46
ÓLEO DIESEL	119.472	126.261	5,68	131.617	151.052	14,77
ADUBO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
TRIGO À GRANEL	176	5.000	2740,91	-	-	-
FARINHA DE TRIGO	-	59	-	836	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	10.149	10.256	1,05	11.594	12.373	6,72
PEIXE CONGELADO	52	64	23,08	30	-	-
ENXOFRE	-	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	2.605	2.812	7,95	2.703	2.106	-22,09
TOTAL	172.118	186.328	8,26	186.620	213.522	14,42
LONGO CURSO E CABOTAGEM						
GASOLINA	39.664	41.876	5,58	39.840	47.991	20,46
ÓLEO DIESEL	119.472	126.261	5,68	131.617	151.052	14,77
ADUBO À GRANEL	106.921	148.758	39,13	165.522	159.883	-3,41
TRIGO À GRANEL	20.296	54.259	167,34	44.863	34.947	-22,10
FARINHA DE TRIGO	-	59	-	836	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	10.149	10.256	1,05	11.594	12.373	6,72
PEIXE CONGELADO	52	64	23,08	30	-	-
ENXOFRE	-	13.285	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	37.023	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	2.605	2.812	7,95	4.114	2.106	-48,81
TOTAL	299.159	434.653	45,29	398.416	408.352	2,49

Fonte: Administração do Porto de Maceió - Boletim Estatístico - 1º e 2º SEMESTRE 2005/2006

COMÉRCIO

VENDAS – INADIMPLÊNCIA - CHEQUES

Em Alagoas, o volume de vendas cresceu 18,7% em 2006, registrando a maior média de crescimento da região Nordeste³⁶.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde março de 2004, o mercado varejista alagoano registra variações positivas³⁷, apontando altas inclusive acima das médias nacionais. Esse ciclo de médias superiores às brasileiras só foi rompido em janeiro de 2006, quando o incremento verificado foi um pouco menor. Contudo, já em fevereiro, o consumidor retomou seu fôlego financeiro, conduzindo o Estado a registrar uma média superior a do país.

Vale ressaltar que as vendas do comércio varejista de Alagoas registraram alta de 15,7% em **maio** de 2006, em relação ao mesmo mês de 2005. É o que informa a Pesquisa Mensal do Comércio, realizada pelo IBGE³⁸.

Com essa média de incremento de **maio**, Alagoas obteve a terceira melhor média de crescimento do Nordeste. Ficou abaixo apenas do Maranhão e do Piauí, que registraram altas de 23,2% e 16,0%, respectivamente. Em seguida, vieram o Rio Grande do Norte com 15,2%, Ceará 10,1%, Paraíba 9,9%, Bahia 9,7%, Pernambuco 4,2% e Sergipe 3,8%.

Em **junho**, a variação no volume de vendas foi de 8,7%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, que é uma base positiva, considerando o bom desempenho do setor em 2005. No mesmo mês, o índice de aumento nas vendas do Estado correspondeu ao terceiro maior da região, perdendo apenas para o Maranhão, com 19,4%, e o Piauí, com 10,9%. No *ranking* do país, a média alagoana foi a 11ª colocação. Além disso, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio realizada pelo IBGE, nos seis primeiros meses do ano a alta nas vendas já acumula uma variação positiva³⁹ de 10,6%.

No mês de **agosto** o volume de vendas do comércio varejista alagoano registrou um aumento de 16,6% em relação ao mesmo mês do ano passado⁴⁰. É o que aponta a Pesquisa Mensal do Comércio realizada pelo IBGE. Mais uma vez, a média de crescimento do Estado ficou acima da média nacional, que registrou aumento de 6,3%.

Segundo o levantamento, o índice de crescimento de Alagoas foi o melhor do Nordeste e o quinto melhor do país.

Só em **dezembro**, o incremento nas vendas foi da ordem de 29,0% em relação ao mesmo mês do ano de 2005.

³⁶ Gazeta de Alagoas, 16 de fev. 2007 Caderno de Economia

³⁷ Gazeta de Alagoas, 17 ago 2006. Caderno de Economia.

³⁸ Gazeta de Alagoas, 19 jul 2006. Caderno de Economia, p.A10.

³⁹ Gazeta de Alagoas, 18 out 2006. Caderno de Economia.

⁴⁰ Gazeta de Alagoas, 18 out 2006. Caderno de Economia.

Segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em 2006, os registros de inadimplência por parte dos lojistas para análise de crédito do consumidor cresceram 22,4% com relação ao montante de 2005. Os meses com maior volume de inclusão de registros foram julho e agosto, na comparação com os mesmos meses do ano anterior⁴¹.

A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), através do Instituto de Estudos e Pesquisas (IEP), constatou que a inadimplência do comércio, durante o mês de junho, foi menor em Alagoas⁴². As informações que revelam a condição dos consumidores alagoanos estão na avaliação das consultas ao banco de dados do SPC Brasil e na relação entre os cheques compensados e devolvidos pelos bancos.

No que se refere ao total de consultas, em 2006 em relação a 2005, foi registrado variação negativa da ordem de 5,5%, apresentando um incremento de 28,6%, com 9,6% de inclusões e 3,4% de exclusões, retratando o dinamismo de vendas registrado no comércio alagoano durante o ano em análise.

A relação entre cheques compensados e devolvidos sintoniza outro indicador da inadimplência. Em Alagoas, a compensação de cheques em 2006, em relação a 2005, apresentou diminuição de 21,5% tendo como indicador, a utilização de moeda eletrônica. Desse total, foram devolvidos 15,8%, registrando redução em comparação a 2005.

⁴¹ Gazeta de Alagoas, , 21 jan 2007. Caderno de economia

⁴² O Jornal, 20 jul 2006. Caderno de Economia

**MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
MACEIÓ
2005/2006**

MÊS	INFORMAÇÕES SOLICITADAS							
	TOTAL DE CONSULTAS		CONSULTAS C/ REGISTRO		INCLUSÕES		EXCLUSÕES	
	TOTAL	VAR % 2006/2005	TOTAL	VAR % 2006/2005	TOTAL	VAR % 2006/2005	TOTAL	VAR % 2006/2005
2005								
JANEIRO	44.074	-	8.677	-	6.639	-	2.921	-
FEVEREIRO	37.451	-	7.865	-	5.080	-	2.790	-
MARÇO	49.185	-	12.300	-	8.024	-	3.140	-
ABRIL	50.121	-	11.820	-	10.295	-	4.206	-
MAIO	58.806	-	7.960	-	9.573	-	9.612	-
JUNHO	63.623	-	14.202	-	9.144	-	4.648	-
1º SEMESTRE	303.260	-	62.824	-	48.755	-	27.317	-
JULHO	46.737	-	11.053	-	8.307	-	3.954	-
AGOSTO	50.825	-	15.564	-	7.051	-	4.557	-
SETEMBRO	48.039	-	16.370	-	6.855	-	3.475	-
OUTUBRO	51.387	-	12.280	-	5.998	-	3.940	-
NOVEMBRO	57.662	-	12.015	-	8.265	-	3.709	-
DEZEMBRO	95.957	-	21.674	-	5.040	-	4.935	-
2º SEMESTRE	350.607	-	88.956	-	41.516	-	24.570	-
ANUAL	653.867	-	151.780	-	90.271	-	51.887	-
2006								
JANEIRO	42.487	-3,60	14.162	63,21	7.165	7,92	3.272	12,02
FEVEREIRO	37.293	-0,42	12.228	55,47	4.690	-7,68	2.732	-2,08
MARÇO	42.278	-14,04	13.260	7,80	9.007	12,25	3.537	12,64
ABRIL	40.330	-19,53	15.472	30,90	6.773	-34,21	3.671	-12,72
MAIO	51.716	-12,06	15.867	99,33	8.876	-7,28	4.216	-56,14
JUNHO	48.396	-23,93	13.842	-2,53	8.536	-6,65	4.855	4,45
1º SEMESTRE	262.500	-13,44	84.831	35,03	45.047	-7,61	22.283	-18,43
JULHO	50.782	8,65	18.189	64,56	12.097	45,62	5.342	35,10
AGOSTO	54.215	6,67	14.284	-8,22	17.813	152,63	8.592	88,55
SETEMBRO	52.747	9,80	12.509	-23,59	7.624	11,22	4.625	33,09
OUTUBRO	50.847	-1,05	13.550	10,34	4.980	-16,97	4.520	14,72
NOVEMBRO	56.628	-1,79	19.047	58,53	5.255	-36,42	4.103	10,62
DEZEMBRO	90.250	-5,95	32.798	51,32	6.143	21,88	4.180	-15,30
2º SEMESTRE	355.469	1,39	110.377	24,08	53.912	29,86	31.362	27,64
ANUAL	617.969	-5,49	195.208	28,61	98.959	9,62	53.645	3,39

Fonte: SPC/CDL-Maceió.

Tratamento de Dados: IEP/CDL/Maceió.

**COMPENSACÕES E DEVOLUÇÕES DE CHEQUES
ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	CHEQUES COMPENSADOS			CHEQUES DEVOLVIDOS		
	QUANTIDADE	VARIACÃO(%)		QUANTIDADE	VARIACÃO(%)	
		ANUAL	MENSAL		ANUAL	MENSAL
2005						
JANEIRO	626.952	-	-	96.093	-	-
FEVEREIRO	334.190	-	-46,70	101.795	-	5,93
MARÇO	202.782	-	-39,32	85.528	-	-15,98
ABRIL	537.677	-	165,15	44.235	-	-48,28
MAIO	587.134	-	9,20	45.001	-	1,73
JUNHO	522.631	-	-10,99	41.706	-	-7,32
JULHO	524.113	-	0,28	41.742	-	0,09
AGOSTO	582.468	-	11,13	46.172	-	10,61
SETEMBRO	553.525	-	-4,97	50.166	-	8,65
OUTUBRO	575.271	-	3,93	57.755	-	15,13
NOVEMBRO	586.077	-	1,88	57.942	-	0,32
DEZEMBRO	575.322	-	-1,84	42.640	-	-26,41
2006						
JANEIRO	589.531	-5,97	-	42.046	-56,24	-
FEVEREIRO	445.904	33,43	-24,36	33.448	-67,14	-20,45
MARÇO	625.175	208,30	40,20	59.228	-30,75	77,07
ABRIL	465.006	-13,52	-25,62	42.168	-4,67	-28,80
MAIO	531.123	-9,54	14,22	51.521	14,49	22,18
JUNHO	466.701	-10,70	-12,13	41.911	0,49	-18,65
JULHO	482.586	-7,92	3,40	39.961	-4,27	-4,65
AGOSTO	473.970	-18,63	-1,79	37.986	-17,73	-4,94
SETEMBRO	431.789	-21,99	-8,90	32.234	-35,75	-15,14
OUTUBRO	520.059	-9,60	20,44	40.213	-30,37	24,75
NOVEMBRO	474.234	-19,08	-8,81	37.046	-36,06	-7,88
DEZEMBRO	451.766	-21,48	-4,74	31.211	-26,80	-15,75

Fonte: Superintendência Estadual em Alagoas / COMPE -Banco do Brasil.

IEP - Instituto de Estudo e Pesquisa - CDL - Maceió.

TÍTULOS DISTRIBUÍDOS PARA PROTESTO E SUAS RELAÇÕES

ALAGOAS

2005/2006

MÊS	TÍTULOS						
	DISTRIBUÍDOS	VARIÇÃO MENSAL(%)	PROTESTADOS	VARIÇÃO MENSAL(%)	PROT / DIST %	CANCELADOS	VARIÇÃO MENSAL(%)
2005							
JANEIRO	6.003	-	3.010	-	50,14	1.468	-
FEVEREIRO	5.867	-2,27	2.828	-6,05	48,20	1.119	-23,77
MARÇO	6.195	5,59	3.128	10,61	50,49	1.721	53,80
ABRIL	5.416	-12,57	2.675	-14,48	49,39	1.410	-18,07
MAIO	5.821	7,48	2.926	9,38	50,27	1.489	5,60
JUNHO	6.058	4,07	3.027	3,45	49,97	1.227	-17,60
JULHO	5.865	-3,19	2.958	-2,28	50,43	1.334	8,72
AGOSTO	5.788	-1,31	3.094	4,60	53,46	1.530	14,69
SETEMBRO	6.159	6,41	2.553	-17,49	41,45	1.228	-19,74
OUTUBRO	6.733	9,32	3.127	22,48	46,44	1.253	2,04
NOVEMBRO	6.881	2,20	3.134	0,22	45,55	1.473	17,56
DEZEMBRO	6.525	-5,17	3.426	9,32	52,51	1.304	-11,47
2006							
JANEIRO	6.812	4,40	3.041	-11,24	44,64	1.545	18,48
FEVEREIRO	4.756	-30,18	2.380	-21,74	50,04	1.227	-20,58
MARÇO	7.408	55,76	3.357	41,05	45,32	1.501	22,33
ABRIL	5.704	-23,00	2.739	-18,41	48,02	1.337	-10,93
MAIO	6.958	21,98	3.746	36,77	53,84	1.820	36,13
JUNHO	6.020	-13,48	3.109	-17,00	51,64	985	-45,88
JULHO	6.562	9,00	3.055	-1,74	46,56	1.336	35,63
AGOSTO	5.782	-11,89	2.748	-10,05	47,53	1.538	15,12
SETEMBRO	4.870	-15,77	2.303	-16,19	47,29	1.381	-10,21
OUTUBRO	5.371	10,29	2.188	-4,99	40,74	1.388	0,51
NOVEMBRO	6.418	19,49	2.819	28,84	43,92	1.396	0,58
DEZEMBRO	5.968	-7,01	3.426	21,53	57,41	1.256	-10,03

Fonte: IEP/CDL - Maceió

Nota: * Dados trabalhados pela CGPLAN/SEPLAN

BALANÇA COMERCIAL

Alagoas é o segundo Estado do Nordeste com maior volume de exportações em 2006, ficando apenas em

posição inferior a Bahia segundo informações divulgadas durante o 114º Encontro de Comércio Exterior – Encomex⁴³.

RANKING DAS EXPORTAÇÕES DO NORDESTE

ALAGOAS

2005 - 2006

ESTADOS	2005	2006	VARIÇÃO (%)
	US\$ F.O.B	US\$ F.O.B	
Bahia	5.987.744	6.771.981	13,10
Maranhão	1.501.034	1.712.701	14,10
Ceará	930.451	957.045	2,86
Pernambuco	784.888	780.340	-0,58
Alagoas	583.790	692.543	18,63
Rio Grande do Norte	413.317	371.503	-10,12
Paraíba	228.007	208.589	-8,52
Sergipe	66.424	78.939	18,84
Piauí	58.661	41.127	-29,89

Fonte: MDIC / SECEX

RANKING DAS IMPORTAÇÕES DO NORDESTE

ALAGOAS

2005 – 2006

ESTADOS	2005	2006	VARIÇÃO (%)
	US\$ F.O.B	US\$ F.O.B	
Bahia	3.351.110	4.521.018	34,91
Maranhão	1.156.716	1.725.832	49,20
Ceará	588.895	1.096.715	86,23
Pernambuco	805.933	1.024.753	27,15
Paraíba	94.298	169.463	79,71
Rio Grande do Norte	110.335	130.450	18,23
Alagoas	92.632	110.051	18,23
Sergipe	93.359	94.224	0,93
Piauí	14.929	26.734	79,07

Fonte: MDIC / SECEX

⁴³ Secretaria de Comércio Exterior – Secex do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

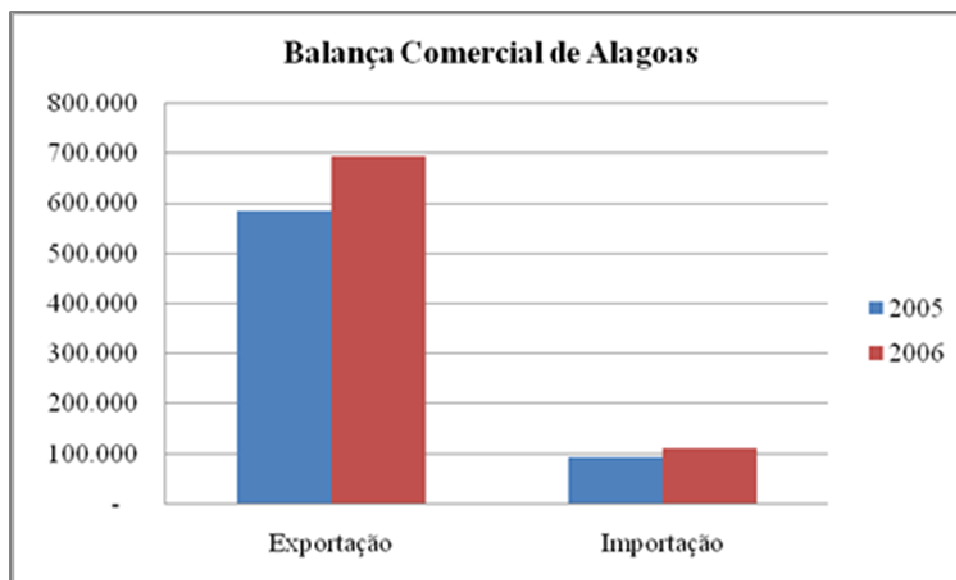
Mesmo com a desvalorização do dólar que, em tese, tira a competitividade das exportações, em 2006, o saldo da balança comercial alagoana apresentou superávit de US\$ 582.494.

O resultado ficou US\$ 91.339 acima do registrado em 2005, ou seja, 18,6% superior ao ano anterior.

COMÉRCIO EXTERIOR
BALANÇA COMERCIAL
ALAGOAS
2005/2006

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2005	583.788	92.633	491.155
2006	692.544	110.050	582.494

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - SECEX



Na pauta dos produtos alagoanos exportados em 2006, os negócios do setor sucroalcooleiro representaram 87,8% do total.

Os derivados do salgema participaram com 9,2%. Constam como produtos importados o cloreto de potássio, trigo, sulfato de amônio entre outros.

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS POR ALAGOAS

ALAGOAS

2005 - 2006

ITEM	PRODUTO	2006		2005	
		US\$ F.O.B	PART. (%)	US\$ F.O.B	PART. (%)
1	AÇÚCAR DE CANA, EM BRUTO	459.161.752	66,30	307.923.309	52,75
2	ÁLCOOL ETÍLICO N/DESNATURADO C/VOL. TEOR ALCOO.	117.018.093	16,90	119.479.855	20,47
3	OUTS AÇÚCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM.	59.435.517	8,58	84.997.005	14,56
4	1,2-DICLOROETANO (CLORETO DE ETILENO)	24.429.032	3,53	41.877.891	7,17
5	POLICLORETO DE VINILA, OBT. PROC. SUSPENSÃO, FORM.	14.278.570	2,06	11.712.942	2,01
6	OUTROS	18.220.412	2,63	17.799.454	3,04
TOTAL		692.543.376	100%	583.790.456	100%

FONTE: MDIC/SECEX

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS POR ALAGOAS

ALAGOAS

2005 - 2006

ITEM	PRODUTO	2006		2005	
		US\$ F.O.B	PART. (%)	US\$ F.O.B	PART. (%)
1	OUTROS CLORETOS DE POTÁSSIO	17.130.519	15,57	12.447.197	13,44
2	DIODROGENO-ORTOFOSFATO DE AMÔNIO, INCL. MIST. HI	15.378.923	13,97	12.247.427	13,22
3	NAFTAS PARA PETROQUIMICA	14.744.867	13,40	172.368	0,19
4	TRIGO (EXC. TRIGO DURO OU P/SEMEADURA), E TRIGO	14.116.939	12,83	8.725.062	9,42
5	SULFATO DE AMÔNIO	14.074.060	12,79	11.686.191	12,62
6	OUTROS	34.604.766	31,44	47.353.788	51,11
TOTAL		110.050.074	100%	92.632.033	100%

FONTE: MDIC/SECEX

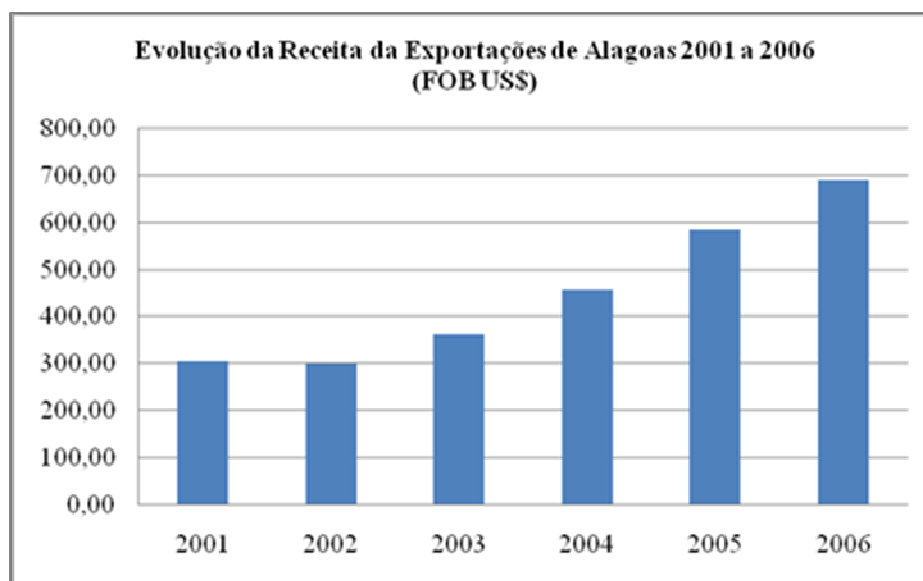
Sem contrariar as expectativas, os derivados da cana-de-açúcar impulsionaram as exportações alagoanas, em 2006. O maior volume de álcool exportado por Alagoas é o etílico para fins industriais, utilizado pela indústria farmacêutica, cosmética e de bebidas. Os principais mercados para este produto são os países asiáticos, principalmente Japão e China. Por outro lado, com o aumento da demanda mundial por álcool combustível, tendo em vista a alta do petróleo, é possível que os produtores alagoanos redirecionem parte de sua matéria-prima para produzir álcool combustível para exportar.

Em relação ao açúcar, a receita com a exportação do VHP alagoano aumentou 49,1% no período de um ano. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), de 2005 para 2006, o faturamento do Estado com o produto passou de US\$ 307,9 milhões FOB para US\$ 459,1 milhões FOB. Só o VHP respondeu por 66,3% do acumulado faturado pelas exportações alagoanas em 2006, que é de US\$ 692,5 milhões (um aumento de 18,6% em relação a 2005).

EVOLUÇÃO DA RECEITA DAS EXPORTAÇÕES DE ALAGOAS 2001 a 2006 (US\$ FOB)
ALAGOAS
2001 a 2006

Ano	US\$ MILHÕES
2001	304,4
2002	298,6
2003	361,0
2004	457,6
2005	583,7
2006	692,5

Fonte: MDIC/SECEX



Os produtos químicos têm uma boa representatividade na pauta de exportações alagoanas. Juntos, o dicloroetano e o PVC, duas matérias-primas da indústria química, tiveram participação de 5,6% nas vendas do Estado para o mercado externo em 2006.

A participação do cimento nas exportações alagoanas, em 2006, representou 1,2% do total comercializado. É um dos itens de exportação que mais cresce em Alagoas. Até outubro de 2006 as vendas para o exterior aumentaram 136,0% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando US\$ 6,4 milhões. A comercialização do produto tem como principal destino o continente africano, sendo Cabo Verde, Congo e Nigéria, os principais compradores⁴⁴.

Outros produtos alternativos à pauta tradicional de exportações como flores tropicais e pedras ornamentais registraram bons índices de crescimento, contudo, não conseguem ainda ter um impacto nas receitas gerais das exportações do Estado. Para o Diretor de Desenvolvimento e Promoção, da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços, "São produtos com mercado local e regional testados e garantidos, que apresentam qualidade, com necessidade apenas de alguns avanços e correções simples⁴⁵".

O Programa Primeira Exportação abre mercado para pequenos negócios e algumas empresas alagoanas já integram esse Programa, comercializando mel⁴⁶, flores tropicais, artesanato, farinha de mandioca, móveis, biscoitos, inhame e confecções.⁴⁷ Para o vinagre de mel, Alagoas tem mercado

potencial para Cabo Verde no continente africano, Estados Unidos, Argentina, Portugal e França.

O projeto⁴⁸ engloba empresas nos municípios de Viçosa, Penedo, Arapiraca, Cajueiro, Coruripe e Maceió. Conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A meta maior é a diversificação da pauta de exportações, além da geração de renda e novos empregos. Como resultante do Programa, Alagoas conta com cerca de 60 micro e pequenas empresas de marca própria, casos de sucesso empreendedor que se abre para o mercado interno e externo.

Segundo o Gerente da Área de Exportação do Sebrae/AL⁴⁹, o movimento ascendente na comercialização de flores tropicais já vem sendo empreendido desde 2005, quando o produto registrou um incremento de 115,0% em relação a 2004, com embarques direcionados principalmente para países como França e Holanda. A explicação para o resultado é o aumento da qualidade do produto e a logística no atendimento gerando competitividade para as flores alagoanas⁵⁰.

O Projeto de Flores Tropicais foi um dos primeiros implantado pelo Sebrae, para atender as demandas em Agronegócios. O projeto beneficia duas associações, uma cooperativa e três pequenas empresas. A articulação entre esse grupo de floricultores e o Sebrae gerou o interesse em elaborar um estudo que viabilizasse a inclusão dos produtores alagoanos no mercado interno. Assim diversas ações foram desenvolvidas mediante material de divulgação, como folheteria, tags, estande, banner, folder, catálogo, site e DVDs promocionais sobre o cultivo, produção e comercialização de Flores Tropicais em Alagoas, bem como todas as variedades de flores e folhagens que o Estado pode oferecer.

⁴⁴ Tribuna, 8 dez 2006. Caderno de negócios, p.15.

⁴⁵ Edmundo Accioly

⁴⁶ Como produtos inovadores, o mercado disponibiliza o Hidromel, um vinho especialmente produzido pela Apícola Fernão Velho para ser utilizado em pratos finos da gastronomia classe A, que a exemplo do apreciado Vinagre de Mel, são produtos comercializados em Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Paraná. Para 2007, estaremos com os produtos sendo exportados para os mercados americano e alemão, informa o empresário Mário Calheiros, da Apícola Fernão Velho.

⁴⁷ O Jornal, 23 jul 2006. Caderno de economia, p.19

⁴⁸ Programa Primeira Exportação

⁴⁹ Eligius T'hoen

⁵⁰ O Jornal, 19 abr 2006. Caderno de economia, p.A12

De acordo com o último levantamento do MDIC, as exportações de flores tropicais alagoanas, no primeiro quadrimestre de 2006, tiveram um aumento de 97,2% comparado ao mesmo período em 2005⁵¹.

Alagoas começa a potencializar seu artesanato para mercados da Europa e Estados Unidos. Esse resultado deve-se à política implementada pela SEICOM,⁵² que vem realizando o diagnóstico permanente do potencial exportador de Alagoas e investindo na profissionalização dos artesãos. Esse trabalho é realizado pelo Programa Estadual do Artesão Empreendedor (Prearte), em parceria com instituições como Sebrae, Senac, Senai, bancos, entre outros.

Com o resultado das atividades, registra-se a participação de artesãos alagoanos em eventos nacionais, expondo trabalhos em filé confeccionados com destaque no Pontal da Barra, e produtos da palha de ouricuri e taboa, no Litoral Sul do Estado (Coruripe e Feliz Deserto). Com esses trabalhos desenvolvidos o Estado tem solidificado uma marca em todas as feiras de artesanato, inclusive realizadas fora do país.

O setor de calçados também teve um bom desempenho, com mais de 80,0% de crescimento, passando de US\$ 3,6 mil nos cinco primeiros meses de 2005 para US\$ 6,6 mil, neste ano.

Para o Secretário Executivo de Indústria, Comércio e Serviços⁵³, os melhores desempenhos proporcionais correspondem as empresas de pequeno porte. Mesmo que a participação no volume total de exportação não seja tão expressivo, é fundamental a importância do desempenho destas empresas para economia local com a geração de emprego e renda.

⁵¹ Gazeta de Alagoas, 9 jul 2006. Caderno de economia, p.21.

⁵² Secretária de Estado de Indústria, Comércio e Serviços

⁵³ Alberto Cabús

**BALANÇA COMERCIAL
ALAGOAS
2005/2006**

VALOR EM US\$1000FOB

MÊS	BALANÇA COMERCIAL				
	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (A-B)
	VALOR(A)	VAR %(*) 2006/2005	VALOR(B)	VAR %(*) 2006/2005	
2005					
JANEIRO	53.025	-	6.428	-	46.597
FEVEREIRO	52.072	-	5.639	-	46.433
MARÇO	96.418	-	5.340	-	91.078
ABRIL	62.775	-	6.904	-	55.871
MAIO	56.515	-	5.655	-	50.860
JUNHO	35.427	-	2.255	-	33.172
1º SEMESTRE	356.232	-	32.221	-	324.011
JULHO	46.900	-	11.708	-	35.192
AGOSTO	8.618	-	13.566	-	-4.948
SETEMBRO	9.768	-	5.105	-	4.663
OUTUBRO	17.300	-	12.617	-	4.683
NOVEMBRO	71.467	-	10.308	-	61.159
DEZEMBRO	73.503	-	7.108	-	66.395
2º SEMESTRE	227.556	-	60.412	-	167.144
TOTAL	583.788	-	92.633	-	491.155
2006					
JANEIRO	79.831	50,55	11.294	75,70	68.537
FEVEREIRO	75.064	44,15	6.461	14,58	68.603
MARÇO	118.499	22,90	7.438	39,29	111.061
ABRIL	71.699	14,22	4.419	-35,99	67.280
MAIO	20.131	-64,38	8.189	44,81	11.942
JUNHO	43.031	21,46	6.621	193,61	36.410
1º SEMESTRE	408.255	14,60	44.422	37,87	363.833
JULHO	20.126	-57,09	6.179	-47,22	13.947
AGOSTO	5.068	-41,19	7.733	-43,00	-2.665
SETEMBRO	11.580	18,55	9.383	83,80	2.197
OUTUBRO	36.384	110,31	5.812	-53,94	30.572
NOVEMBRO	81.023	13,37	24.345	136,18	56.678
DEZEMBRO	130.108	77,01	12.176	71,30	117.932
2º SEMESTRE	284.289	24,93	65.628	8,63	218.661
TOTAL	692.544	18,63	110.050	18,80	582.494

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX.

ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia no Estado de Alagoas, em 2006, contabilizou o total de 3.481.615 (MWh), sendo 2.205.715 (MWh) fornecidos pela CEAL – Companhia Energética de Alagoas - e 1.275.898 (MWh)

distribuídos diretamente pela CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE ALAGOAS - 2005/2006

CLASSE	CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE (em Mwh)		
	2005	2006	VAR %
RESIDENCIAL	685.806	694.191	1,22
INDUSTRIAL	481.406	395.903	-17,76
COMERCIAL	395.498	403.153	1,94
RURAL	144.946	163.059	12,50
PODER PÚBLICO	112.284	119.056	6,03
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	122.573	121.813	-0,62
OUTROS	154.071	156.571	1,62
TOTAL	2.096.584	2.053.746	-2,04

Fonte: Companhia Energética de Alagoas – CEAL

Adicionando-se a esse total, a energia da biomassa produzida pelo segmento sucroalcooleiro alagoano foi significativa, refletindo principalmente no aumento do desempenho do setor industrial.

No que se refere ao consumo de energia no Estado de Alagoas⁵⁴, em 2006, a CEAL informa por classe de consumidor as transferências realizadas.

De acordo com a CEAL, ao longo de 2006, a empresa vendeu para o mercado consumidor do Estado 2.054 milhões de megawatts (MWh) de energia, contra um volume de 2.096 MWh em 2005, ocorrendo redução de 2,0%.

Em função das novas regras de mercado que norteiam a comercialização de energia entre os clientes livres, alguns consumidores deixaram de comprar o insumo da CEAL e buscaram outros fornecedores. Esses clientes pagam pelo uso do sistema e da infra-estrutura, mas adquirem energia de outra empresa⁵⁵.

A biomassa, fonte de energia proveniente do bagaço da cana-de-açúcar⁵⁶, é

⁵⁵ Gazeta de Alagoas, 1 fev. 2007. Caderno de economia, p.A11

⁵⁶O bagaço, material carburante, é queimado em uma caldeira, que gera energia térmica em forma de vapor, a qual vai para uma turbina e é transformada em energia mecânica que vai para o gerador e se transforma em energia elétrica. Há outros materiais carburantes (biomassas) como a palha da cana, palha de arroz, resíduos de madeira etc. Outra oportunidade para os

⁵⁴ Fornecida pela CEAL

representativa na Matriz Energética de Alagoas. Segundo dados apresentados em informativo do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar/AL), a maior parte da energia produzida pelo setor é para consumo próprio. Tem crescido essa utilização para atender a área de irrigação dos canaviais, aumentando a demanda. Segundo o Sindaçúcar, esse consumo aumentou em 27,0%, ao passar de 41,8 mil KW para 57,1 mil KW. Mesmo assim, de forma geral ainda ocorre excedente que é comercializado com distribuidoras de energia⁵⁷.

Dentre as indústrias do segmento sucroalcooleiro que moeram em 2006, oito vendem excedente de energia, por um lado, e, por outro, incentivado pelo próprio governo federal, que lançou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), ao qual as usinas de Alagoas estão cadastradas, comercializam energia limpa, contando com os créditos de carbono. Essas usinas trocam os seus créditos com empresas que não produzem energia renovável ou não podem aumentar mais a sua quota de emissões de poluentes na atmosfera⁵⁸.

usineiros com a produção de energia elétrica limpa, é contar com os créditos de carbono. (Tribuna, 19 nov 2006. Caderno de economia, p.22.

⁵⁷ Tribuna de Alagoas, 26 dez 2006. Caderno de negócios, p.13.

⁵⁸ Tribuna, 22 nov 2006. Caderno de opinião, p.4.

ENERGIA ELÉTRICA FORNECIDA PELA CEAL
CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA POR RAMO DE ATIVIDADE
ALAGOAS
2005/2006

RAMO DE ATIVIDADE	CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA POR RAMO DE ATIVIDADE (MWh)		
	2005	2006	VAR% 2006/2005
PRODUÇÃO DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS	12	-	-
EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO	-	6	-
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS CORRELATOS	108.454	108.939	0,45
EXTRAÇÃO DE PEDRA, AREIA E ARGILA	16.751	16.258	-2,94
ABATE E PREPARAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE E PESCADO	93.064	96.931	4,16
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE FUMO	226	-	-
BENEFICIAMENTO DE FILTROS TEXTÉIS NATURAIS	51.303	53.830	4,93
CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO	155	149	-3,87
CURTIMENTO E E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COURO	298	979	228,52
DESDOBRAMENTO DE MADEIRA	768	818	6,51
FABRICAÇÃO DE CELULOSE E OUTROS POSTOS	112	152	35,71
EDIÇÃO, EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1.157	-	-
COQUEIRAS - FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO E ETC	1.816	2.235	23,07
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	117.626	136.388	15,95
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA	28.510	29.085	2,02
FABRICAÇÃO DE VIDRO E DE PRODUTOS DE VIDRO	60.468	71.925	18,95
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS	265	235	-11,32
FAB. DE ESTRUTURAS METÁLICAS E OBRAS DE CALDEIRARIA	1.163	-	-
FABRICAÇÃO DE MOTORES, BOMBAS, COMPRESSORES	979	-	-
FAB. DE MÁQUINAS, APARELHOSE EQUIPAMENTOS DE SISTEMA	12	-	-
FABRICAÇÃO DE CABINES, CARROCERIAS E REBOQUES	226	207	-8,41
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES	123	-	-
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	7.213	-	-
RECICLAGEM DE SUCATAS METÁLICAS	68	-	-
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.639	328	-79,99
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.128	-	-
PREPARAÇÃO DO TERRENO - CONSTRUÇÃO CIVIL	2.644	2.905	9,87
OUTRAS	6.070	17.887	194,68
TOTAL	502.250	539.257	7,37

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL.

Notas: 1 - Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

2 - Apuração de resultados de consumo industrial de Energia por ramo de atividades teve sua metodologia (Código Nacional de Atividades Econômicas) modificada pelo CNAE

3 - Os itens não foram identificados em 2005 por não serem especificados em 2004.

* incluso consumo livre da Petrobras.

incluso consumo livre da Atol a partir de jun 2006.

**CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE
ALAGOAS - 2005/2006**

MÊS	CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE (em MWh)							
	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	PODER PÚBLICO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	OUTROS	TOTAL
2005								
JANEIRO	60.225	38.494	35.222	17.125	9.374	10.288	13.831	184.559
FEVEREIRO	59.415	40.143	33.754	17.706	8.940	10.038	13.120	183.116
MARÇO	57.891	38.317	32.770	17.167	9.351	10.206	11.582	177.284
ABRIL	60.115	43.698	34.526	15.162	9.520	10.144	13.050	186.215
MAIO	60.101	41.379	33.949	7.612	9.725	10.264	12.844	175.874
JUNHO	56.301	40.045	31.950	6.586	9.435	10.260	13.201	167.778
1º SEMESTRE	354.048	242.076	202.171	81.358	56.345	61.200	77.628	1.074.826
JULHO	51.220	43.125	29.173	6.137	8.803	10.264	11.861	160.583
AGOSTO	58.992	41.928	31.612	6.493	8.995	10.162	12.949	171.131
SETEMBRO	51.543	50.799	30.469	6.400	9.206	10.278	13.203	171.898
OUTUBRO	53.686	37.811	31.584	11.391	8.972	10.223	12.297	165.964
NOVEMBRO	59.240	31.279	36.206	18.506	10.240	10.223	13.420	179.114
DEZEMBRO	57.077	34.388	34.283	14.661	9.723	10.223	12.713	173.068
2º SEMESTRE	331.758	239.330	193.327	63.588	55.939	61.373	76.443	1.021.758
ANUAL	685.806	481.406	395.498	144.946	112.284	122.573	154.071	2.096.584
2006								
JANEIRO	59.789	33.774	35.727	12.561	9.373	10.029	12.907	174.160
FEVEREIRO	60.473	34.242	35.140	15.164	10.053	10.247	14.091	179.410
MARÇO	60.004	35.869	34.974	27.501	10.043	10.459	11.014	189.864
ABRIL	61.774	37.512	36.432	20.551	10.459	10.254	13.186	190.168
MAIO	60.465	36.632	33.016	8.217	10.100	10.158	12.747	171.335
JUNHO	53.881	37.754	31.315	6.838	10.041	10.160	12.833	162.822
1º SEMESTRE	356.386	215.783	206.604	90.832	60.069	61.307	76.778	1.067.759
JULHO	53.724	30.019	39.712	4.894	8.686	10.160	12.648	159.843
AGOSTO	53.076	32.691	30.248	5.357	9.364	10.160	13.021	153.917
SETEMBRO	55.009	32.445	32.592	5.733	9.766	10.162	13.148	158.855
OUTUBRO	56.499	30.058	33.206	11.382	9.758	10.305	13.452	164.660
NOVEMBRO	61.037	30.109	35.354	22.752	10.914	9.461	13.995	183.622
DEZEMBRO	58.460	29.798	35.437	22.109	10.499	10.258	13.529	180.090
2º SEMESTRE	337.805	185.120	206.549	72.227	58.987	60.506	79.793	1.000.987
ANUAL	694.191	400.903	413.153	163.059	119.056	121.813	156.571	2.068.746

Fonte: Companhia Energética de Alagoas – CEAL

Nota: O Consumo industrial a partir de outubro/2005 passa a ter consumo medido por consumidores livres.

Consumo industrial e comercial a partir de março/2006 tem consumo medido por consumidores livres.

Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA POR CLASSE
ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	CONSUMIDORES DE ENERGIA POR CLASSE							
	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	PODER PÚBLICO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	OUTROS	TOTAL
2005								
JANEIRO	598.778	2.721	43.398	9.619	6.983	141	990	662.630
FEVEREIRO	601.530	2.728	43.631	9.641	6.997	147	689	665.363
MARÇO	603.026	2.755	43.562	9.701	7.013	151	690	666.898
ABRIL	604.749	2.754	43.471	9.680	7.045	139	693	668.531
MAIO	605.029	2.743	43.449	9.682	7.081	151	690	668.825
JUNHO	607.176	2.731	43.621	9.678	7.094	152	709	671.161
1º SEMESTRE	3.620.288	16.432	261.132	58.001	42.213	881	4.461	4.003.408
JULHO	613.934	2.751	43.948	9.769	7.116	102	695	678.315
AGOSTO	628.280	2.845	46.242	9.740	7.254	102	700	695.163
SETEMBRO	617.084	2.799	44.790	9.733	7.112	103	703	682.324
OUTUBRO	622.577	2.794	44.653	9.798	7.186	102	705	687.815
NOVEMBRO	630.561	2.821	45.149	9.856	7.202	102	709	696.400
DEZEMBRO	630.798	2.805	44.602	9.864	7.232	102	711	696.114
2º SEMESTRE	3.743.234	16.815	269.384	58.760	43.102	613	4.223	4.136.131
ANUAL	7.363.522	33.247	530.516	116.761	85.315	1.494	8.684	8.139.539
2006								
JANEIRO	633.472	2.753	44.659	9.946	7.303	103	731	698.967
FEVEREIRO	638.843	2.777	44.679	9.945	7.242	101	729	704.316
MARÇO	642.664	2.762	44.869	9.913	7.429	102	742	708.481
ABRIL	646.128	2.751	44.823	10.201	7.626	102	771	712.402
MAIO	647.936	2.736	44.794	10.370	7.643	102	771	714.352
JUNHO	652.935	2.744	45.171	10.078	7.719	102	775	719.524
1º SEMESTRE	3.861.978	16.523	268.995	60.453	44.962	612	4.519	4.258.042
JULHO	653.987	2.714	45.026	9.780	7.682	102	779	720.070
AGOSTO	656.138	2.714	45.219	9.640	7.702	102	788	722.303
SETEMBRO	656.872	2.701	45.100	9.644	7.704	102	788	722.911
OUTUBRO	659.663	2.708	45.212	9.688	7.723	102	785	725.881
NOVEMBRO	662.762	2.723	45.279	9.679	7.747	99	799	729.088
DEZEMBRO	667.153	2.716	45.563	9.665	7.723	102	804	733.726
2º SEMESTRE	3.956.575	16.276	271.399	58.096	46.281	609	4.743	4.353.979
ANUAL	7.818.553	32.799	540.394	118.549	91.243	1.221	9.262	8.612.021

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL.

Notas: 1 - A partir de outubro de 2005 a CEAL no consumo industrial tem 1 consumidor livre.

2 - A partir de novembro de 2005 a CEAL no consumo industrial tem 2 consumidor livre.

3 - O ano de 2006 a CEAL no consumo industrial tem consumidores livres.

4 - O ano de 2006 a CEAL no consumo comercial a partir de março tem consumidores livres.

**CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA FORNECIDA DIRETAMENTE
DA CHESF PARA UNIDADES INDUSTRIAIS NO ESTADO
ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA Consumo (KWh/Mês)	VARIAÇÃO(%) 2005/2006
2005		
Janeiro	119.871.360	-
Fevereiro	111.192.000	-
Março	122.645.424	-
Abril	117.322.800	-
Maio	121.912.848	-
Junho	116.559.408	-
1º Semestre	709.503.840	-
Julho	112.041.792	-
Agosto	119.766.816	-
Setembro	117.089.472	-
Outubro	88.789.488	-
Novembro	121.090.429	-
Dezembro	121.094.012	-
2º Semestre	679.872.009	-
Anual	1.389.375.849	-
2006		
Janeiro	117.047.473	-2,36
Fevereiro	114.490.760	2,97
Março	121.225.666	-1,16
Abril	120.193.992	2,45
Maio	72.044.861	-40,90
Junho	98.268.641	-15,69
1º Semestre	643.271.393	-9,34
Julho	100.994.233	-9,86
Agosto	101.273.280	-15,44
Setembro	98.006.400	-16,30
Outubro	101.670.937	14,51
Novembro	113.718.062	-6,09
Dezembro	116.964.308	-3,41
2º Semestre	632.627.220	-6,95
Anual	1.275.898.613	-8,17

Fonte: CHESF /PR /SCE /DRC.

ÁGUA

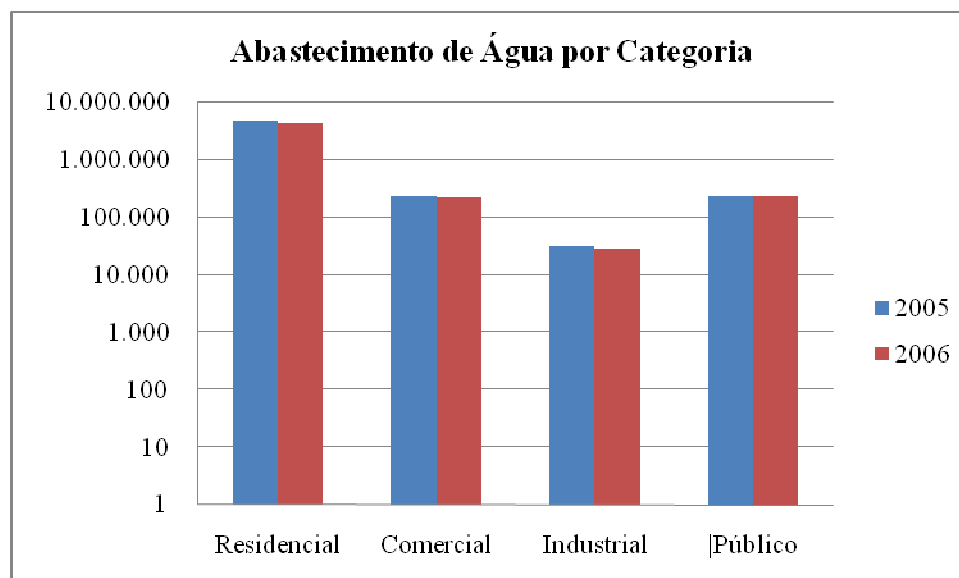
Segundo dados informados pela CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas), o número de economias ativas de água por categoria apresentou, em 2006, aumento, em relação ao ano anterior, para os segmentos residencial de 3,2%, comercial

4,1%, industrial 9,3% e público 20,2%, mesmo com utilização de fontes alternativas de água como poços artesianos não administrados pela CASAL e água de diversas outras fontes de abastecimento.

**SANEAMENTO BÁSICO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA
NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS
ALAGOAS - 2005/2006**

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CATEGORIA	NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS		
	ANUAL 2005	ANUAL 2006	VAR %
RESIDENCIAL	4.581.429	4.222.945	-7,82
COMERCIAL	221.871	220.824	-0,47
INDUSTRIAL	31.421	28.416	-9,56
PÚBLICO	231.885	230.204	-0,72
TOTAL	5.066.606	4.702.389	-7,19

Fonte: Relatório de Análise de Consumo de Água por economia - R12 / CASAL



SANEAMENTO BÁSICO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA
NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS
ALAGOAS
2005/2006

MÊS	NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS									
	Residencial	Var.% 2006/2005	Comercial	Var.% 2006/2005	Industrial	Var.% 2006/2005	Público	Var.% 2006/2005	Total	Var.% 2006/2005
2005										
JANEIRO	312.730	-	11.744	-	756	-	8.261	-	333.491	-
FEVEREIRO	313.090	-	11.724	-	756	-	8.268	-	333.838	-
MARÇO	313.731	-	11.728	-	760	-	8.195	-	334.414	-
ABRIL	313.796	-	11.744	-	769	-	8.123	-	334.432	-
MAIO	313.628	-	11.651	-	758	-	8.068	-	334.105	-
JUNHO	314.478	-	11.456	-	746	-	8.240	-	334.920	-
JULHO	314.951	-	11.585	-	757	-	8.247	-	335.540	-
AGOSTO	317.773	-	11.500	-	760	-	8.161	-	338.194	-
SETEMBRO	318.536	-	11.732	-	763	-	8.156	-	339.187	-
OUTUBRO	319.305	-	11.801	-	763	-	8.195	-	340.064	-
NOVEMBRO	319.043	-	11.815	-	767	-	8.210	-	339.835	-
DEZEMBRO	316.604	-	11.750	-	772	-	8.208	-	337.334	-
2006										
JANEIRO	319.741	2,24	11.763	0,16	766	1,32	8.250	-0,13	340.520	2,11
FEVEREIRO	323.877	3,45	11.886	1,38	771	1,98	8.465	2,38	344.999	3,34
MARÇO	327.257	4,31	12.087	3,06	770	1,32	9.022	10,09	349.136	4,40
ABRIL	327.412	4,34	12.293	4,67	780	1,43	9.285	14,31	349.770	4,59
MAIO	326.840	4,21	12.298	5,55	799	5,41	9.536	18,20	349.473	4,60
JUNHO	326.813	3,92	12.165	6,19	797	6,84	9.645	17,05	349.420	4,33
JULHO	325.967	3,50	12.200	5,31	1.112	46,90	9.763	18,38	349.042	4,02
AGOSTO	323.952	1,94	12.250	6,52	839	10,39	9.885	21,12	346.926	2,58
SETEMBRO	324.615	1,91	12.226	4,21	850	11,40	10.948	34,23	348.639	2,79
OUTUBRO	325.690	2,00	12.172	3,14	850	11,40	11.059	34,95	349.771	2,85
NOVEMBRO	326.914	2,47	12.286	3,99	819	6,78	11.161	35,94	351.180	3,34
DEZEMBRO	327.757	3,52	12.318	4,83	825	6,87	11.161	35,98	352.061	4,37

Fonte: Relatório de Análise de Consumo de Água por economia - R12/ CASAL.

Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA**VOLUME FATURADO TOTAL BRUTO DE ÁGUA POR CATEGORIAS****ALAGOAS****2005/2006**

MÊS	VOLUME FATURADO BRUTO DE ÁGUA POR CATEGORIAS (m3)									
	RESIDENCIAL	VAR.% 2006/2005	COMERCIAL	VAR.% 2006/2005	INDUSTRIAL	VAR.% 2006/2005	PÚBLICO	VAR.% 2006/2005	TOTAL	VAR.% 2006/2005
2005										
JANEIRO	4.192.518	-	229.676	-	31.770	-	237.641	-	4.691.605	-
FEVEREIRO	4.365.121	-	210.622	-	28.309	-	223.879	-	4.827.931	-
MARÇO	4.155.401	-	206.738	-	26.652	-	204.155	-	4.592.946	-
ABRIL	4.033.513	-	193.669	-	26.981	-	197.523	-	4.451.686	-
MAIO	5.120.602	-	201.972	-	24.962	-	203.192	-	5.550.728	-
JUNHO	3.931.733	-	190.905	-	24.373	-	201.497	-	4.348.508	-
JULHO	3.792.617	-	180.592	-	24.181	-	204.728	-	4.202.118	-
AGOSTO	3.910.656	-	185.534	-	26.925	-	204.394	-	4.327.509	-
SETEMBRO	5.607.017	-	269.812	-	33.503	-	321.627	-	6.231.959	-
OUTUBRO	6.077.199	-	289.345	-	55.178	-	297.197	-	6.718.919	-
NOVEMBRO	4.962.192	-	253.838	-	33.233	-	255.154	-	5.504.417	-
DEZEMBRO	4.828.574	-	249.754	-	40.983	-	231.631	-	5.350.942	-
2006										
JANEIRO	4.503.415	7,42	226.394	-1,43	31.233	-1,69	214.505	-9,74	4.975.547	6,05
FEVEREIRO	4.262.349	-2,35	224.619	6,65	26.987	-4,67	223.869	0,00	4.737.824	-1,87
MARÇO	4.378.333	5,36	225.526	9,09	33.006	23,84	223.615	9,53	4.860.480	5,82
ABRIL	4.554.382	12,91	221.544	14,39	34.290	27,09	312.882	58,40	5.123.098	15,08
MAIO	4.211.704	-17,75	220.936	9,39	23.598	-5,46	217.477	7,03	4.673.715	-15,80
JUNHO	4.421.410	12,45	237.660	24,49	31.891	30,85	221.294	9,82	4.912.255	12,96
JULHO	4.139.176	9,14	227.021	25,71	23.649	-2,20	226.237	10,51	4.616.083	9,85
AGOSTO	3.871.037	-1,01	193.073	4,06	21.030	-21,89	214.427	4,91	4.299.567	-0,65
SETEMBRO	3.962.261	-29,33	220.110	-18,42	25.922	-22,63	219.966	-31,61	4.428.259	-28,94
OUTUBRO	4.130.760	-32,03	219.110	-24,27	27.956	-49,33	231.927	-21,96	4.609.753	-31,39
NOVEMBRO	4.243.483	-14,48	221.599	-12,70	27.956	-15,88	230.620	-9,62	4.723.658	-14,18
DEZEMBRO	3.997.024	-17,22	212.298	-15,00	33.477	-18,31	225.630	-2,59	4.468.429	-16,49

Fonte: Resumo da ligações/economia - R-4.
Relatório de Análise de Consumo de Água por economia R-12/CASAL.

Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

**EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA
ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA								
	LIGAÇÕES						ECONOMIAS ATIVAS		
	ATIVAS			INATIVAS					
	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR%	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR%	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR%
2005									
JANEIRO	294.545	294.232	-0,11	74.021	75.224	1,63	332.485	332.474	0,00
FEVEREIRO	294.232	294.906	0,23	75.224	75.316	0,12	332.474	332.351	-0,04
MARÇO	294.906	294.676	-0,08	75.316	76.385	1,42	332.351	332.927	0,17
ABRIL	294.676	295.016	0,12	76.385	77.405	1,34	332.927	332.945	0,01
MAIO	295.016	295.103	0,03	77.405	78.701	1,67	332.945	332.618	-0,10
JUNHO	295.103	295.071	-0,01	78.701	79.918	1,55	332.618	332.688	0,02
JULHO	295.071	295.744	0,23	79.918	79.830	-0,11	332.688	333.308	0,19
AGOSTO	295.744	298.386	0,89	79.830	78.702	-1,41	333.308	335.962	0,80
SETEMBRO	298.386	299.013	0,21	78.702	78.106	-0,76	335.962	336.955	0,30
OUTUBRO	299.013	300.016	0,34	78.106	77.879	-0,29	336.955	338.076	0,33
NOVEMBRO	300.016	299.732	-0,09	77.879	78.317	0,56	338.076	337.978	-0,03
DEZEMBRO	299.732	299.436	-0,10	78.317	78.195	-0,16	337.978	337.813	-0,05
2006									
JANEIRO	299.436	300.031	0,20	78.195	78.278	0,11	337.813	338.535	0,21
FEVEREIRO	300.031	303.634	1,20	78.278	76.725	-1,98	338.535	342.768	1,25
MARÇO	303.634	308.761	1,69	76.725	74.270	-3,20	342.768	346.904	1,21
ABRIL	308.761	306.974	-0,58	74.270	75.324	1,42	346.904	347.765	0,25
MAIO	306.974	306.380	-0,19	75.324	77.315	2,64	347.765	347.468	-0,09
JUNHO	306.380	305.992	-0,13	77.315	77.847	0,69	347.468	347.187	-0,08
JULHO	305.992	304.838	-0,38	77.847	79.161	1,69	347.187	346.812	-0,11
AGOSTO	304.838	303.189	-0,54	79.161	82.145	3,77	346.812	344.693	-0,61
SETEMBRO	303.189	303.822	0,21	82.145	81.155	-1,21	344.693	346.406	0,50
OUTUBRO	303.822	304.973	0,38	81.155	80.742	-0,51	346.406	347.538	0,33
NOVEMBRO	304.973	306.888	0,63	80.742	79.490	-1,55	347.538	348.947	0,41
DEZEMBRO	306.888	307.791	0,29	79.490	79.249	-0,30	348.947	349.828	0,25

Fonte: CASAL.

Nota: * Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN

Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

PETRÓLEO E GÁS NATURAL

As reservas nacionais de petróleo e gás natural da Petrobras, em 2006, equivalem a 13,7 bilhões de beps, registrando aumento de 3,9%, em relação a 2005. Os números referem-se ao critério de avaliação de reservas da Sociedade dos Engenheiros de Petróleo (SPE), utilizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP)⁵⁹.

Segundo a Petrobras, a produção nacional de petróleo aumentou 5,0% em 2006, atingindo 2,054 milhões de barris ao dia⁶⁰.

Em Alagoas, a Petrobras informou que a produção, em 2006, atingiu o volume de 3,206 milhões de beps, conforme dados da ANP, registrando incremento de 12,3% em relação a 2005. A entrada em produção de cinco poços do Campo Anambé, situado em São Miguel dos Campos, produzindo 2.200 barris por dia, foi um dos fatores que contribuíram para estes índices positivos.

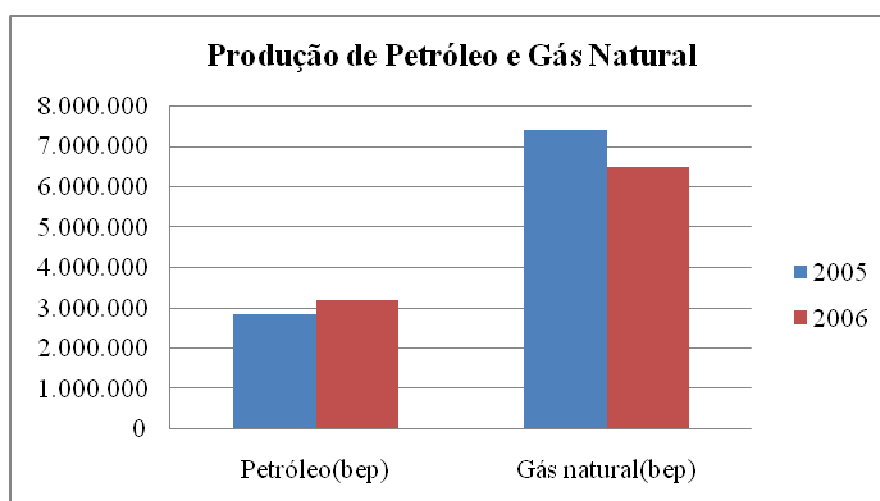
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (TERRA E MAR EM ALAGOAS)

2005 – 2006

Produção	2005	2006	Variação(%) 2006/2005
Petróleo (bep)	2.855.518	3.206.582	12,29
Gás Natural (bep)	7.403.425	6.479.050	-12,49

Fonte: ANP

Nota: Dados trabalhados pela SEPLAN



⁵⁹ Gazeta de Alagoas, 14 jan 2007. Caderno de economia.

⁶⁰ O Jornal, 14 fev 2007. Caderno de Economia, p.A5.

Por meio da sua unidade de Negócio de Exploração e Produção Sergipe-Alagoas, a empresa iniciará 2007 comemorando índices bastante positivos no seu Ativo de Alagoas. De acordo com o Gerente do Ativo da Petrobras no Estado⁶¹, a previsão é manter uma produção média de 10 mil barris de petróleo por dia, 7,0% acima da produção⁶² média de 2006.

Em relação ao consumo de gás natural no Brasil, ocorreu em média aumento de 6,9% no primeiro semestre de 2006, comparativamente com igual período de 2005, passando de 38,479 milhões m³ por dia para 41,118 milhões, segundo levantamento da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). Os destaques, nos primeiros seis meses do ano, ficaram com os consumos automotivo e residencial, com crescimento, respectivamente, de 18,3% e 10,6%. O consumo industrial aumentou 7,9% no período e o comercial 4,9%. A única redução verificada foi no setor de geração de energia elétrica, da ordem de 3,3%, basicamente devido ao rompimento de um oleoduto boliviano que prejudicou o fornecimento em abril⁶³.

Em Alagoas, foi registrada produção de 6,479 milhões de beps de gás natural, em 2006, com redução de 12,5%, em relação a 2005.

No que se refere ao consumo, a Algás (Gás de Alagoas S/A.), empresa concessionária dos serviços de distribuição de gás natural no Estado, pontua a expansão do setor em 2006, apresentando como principal responsável o uso residencial.

A Algás encerra o ano comemorando o número de clientes contratados. São cerca de 17 mil em todos os segmentos em que a distribuidora alagoana de gás natural atua.

O segmento residencial registra crescimento, atingindo a marca das 16.660 unidades habitacionais contratadas para diversos fins. Nos demais segmentos, a companhia contabiliza 233 estabelecimentos comerciais e industriais em operação e 25 postos de GNV em todo Estado de Alagoas⁶⁴.

O uso do energético na construção civil vem ganhando cada vez mais espaço, mostrando que o gás natural é um produto com muitas soluções e vantagens, que vão desde o aquecimento de água e a tecnologia de medição individualizada, com mais conforto, segurança e sustentabilidade para condomínios residenciais.

No segmento veicular, a Algás contabilizou 24 postos, sendo 19 na capital e 5 no interior (Pilar, Atalaia, Palmeira dos Índios e 2 em Arapiraca).

Em relação ao setor industrial são 16 empresas interligadas ao energético.

⁶¹ Engenheiro Samuel Guimarães Santos

⁶² O Jornal, 2 fev 2007. Caderno de economia.

⁶³ Gazeta de Alagoas, 23 jul 2006. Caderno de economia, p.A20.

⁶⁴ Alagoas 24 horas, 3 jan 2006. Economia.

A massificação do uso do gás natural, em Alagoas, potencializou diversas cadeias produtivas no Estado, a exemplo do turismo, da construção civil e o próprio setor industrial. O Pólo de Marechal Deodoro e o Distrito Industrial Luiz Cavalcante são atendidos com gás natural servindo às indústrias ali localizadas, tornando-se um atrativo para novos negócios em Alagoas⁶⁵.

O Estado de Alagoas conta a partir de dezembro de 2006, com mais um ponto de entrega de gás natural (*city-gate*). Localizado a 28 quilômetros de Maceió, o Ponto de Entrega de Rio Largo, que é composto por equipamentos de filtragem, aquecimento, regulagem de pressão e medição, tem capacidade de fornecer até 400 mil m³ de gás natural por dia.

O novo posto de entrega opera desde agosto, com todas as autorizações dos órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Instituto de Meio Ambiente (IMA) e possibilitando inclusive o fornecimento de gás para geração de energia termoeletrica destinada ao Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, o primeiro do Brasil a contar com esta solução energética. Os próximos postos de entrega já definidos junto à Petrobras, com previsão de operação até 2008, que são os de Penedo e São Miguel dos Campos⁶⁶.

⁶⁵ Gazeta de Alagoas, 2 nov 2006. Caderno imobiliário.

⁶⁶ Algas Notícias, dez 2006. nº 16, p.3.

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
(TERRA E MAR EM ALAGOAS)**

2005 – 2006

MÊS	PRODUÇÃO NACIONAL			
	PETRÓLEO		GÁS NATURAL	
	PRODUÇÃO (Bep)	VAR(%) 2006/2005	PRODUÇÃO (Bep)	VAR(%) 2006/2005
2005				
JANEIRO	256.003	-	643.935	-
FEVEREIRO	229.190	-	593.770	-
MARÇO	246.521	-	665.447	-
ABRIL	232.823	-	628.938	-
MAIO	236.669	-	652.511	-
JUNHO	223.854	-	617.472	-
1º SEMESTRE	1.425.060	-	3.802.073	-
JULHO	220.098	-	590.428	-
AGOSTO	240.581	-	609.655	-
SETEMBRO	240.158	-	588.883	-
OUTUBRO	243.134	-	602.940	-
NOVEMBRO	240.588	-	608.616	-
DEZEMBRO	245.899	-	600.830	-
2º SEMESTRE	1.430.458	-	3.601.352	-
TOTAL	2.855.518	-	7.403.425	-
2006				
JANEIRO	255.669	-0,13	567.036	-11,94
FEVEREIRO	249.021	8,65	528.171	-11,05
MARÇO	285.800	15,93	515.455	-22,54
ABRIL	278.358	19,56	573.018	-8,89
MAIO	263.798	11,46	565.766	-13,29
JUNHO	246.886	10,29	536.547	-13,11
1º SEMESTRE	1.579.532	10,84	3.285.993	-13,57
JULHO	258.263	17,34	564.526	-4,39
AGOSTO	268.235	11,49	557.414	-8,57
SETEMBRO	276.962	15,32	522.801	-11,22
OUTUBRO	287.314	18,17	538.482	-10,69
NOVEMBRO	268.499	11,60	500.129	-17,83
DEZEMBRO	267.777	8,90	509.705	-15,17
2º SEMESTRE	1.627.050	13,74	3.193.057	-11,34
TOTAL	3.206.582	12,29	6.479.050	-12,49

Fonte: ANP-Boletim Mensal de Produção Submetido à ANP.

Nota: *bep-barris equivalentes de petróleo.

VENDAS DOS DERIVADOS COMBUSTÍVEIS DE PETRÓLEO NO ESTADO (bep)
ALAGOAS
2005/2006

MÊS	ÓLEO DIESEL		GASOLINA		GLP(1)	
	VENDAS (Bep)	VAR(%) 2006/2005	VENDAS (Bep)	VAR(%) 2006/2005	VENDAS (Bep)	VAR(%) 2006/2005
2005						
JANEIRO	212.852	-	76.673	-	48.454	-
FEVEREIRO	174.014	-	68.845	-	45.582	-
MARÇO	156.817	-	75.724	-	48.895	-
ABRIL	126.277	-	73.447	-	48.701	-
MAIO	119.101	-	70.191	-	49.089	-
JUNHO	118.405	-	69.777	-	52.782	-
1º SEMESTRE	907.466	-	434.657	-	293.503	-
JULHO	125.566	-	68.982	-	53.809	-
AGOSTO	138.589	-	73.501	-	57.210	-
SETEMBRO	158.189	-	73.522	-	55.648	-
OUTUBRO	196.251	-	68.988	-	53.007	-
NOVEMBRO	219.589	-	72.091	-	51.471	-
DEZEMBRO	214.130	-	81.737	-	56.258	-
2º SEMESTRE	1.052.314	-	438.821	-	327.403	-
TOTAL	1.959.780	-	873.478	-	620.906	-
2006						
JANEIRO	200.969	-5,58	76.434	-0,31	51.216	5,70
FEVEREIRO	165.547	-4,87	69.726	1,28	44.907	-1,48
MARÇO	163.058	3,98	73.479	-2,96	53.035	8,47
ABRIL	122.707	-2,83	68.730	-6,42	47.333	-2,81
MAIO	128.297	7,72	71.547	1,93	52.839	7,64
JUNHO	122.194	3,20	70.334	0,80	53.900	2,12
1º SEMESTRE	902.772	-0,52	430.250	-1,01	303.230	3,31
JULHO	130.322	3,79	68.881	-0,15	55.847	3,79
AGOSTO	148.543	7,18	77.997	6,12	57.989	1,36
SETEMBRO	167.100	5,63	80.589	9,61	55.277	-0,67
OUTUBRO	206.613	5,28	76.152	10,38	56.275	6,17
NOVEMBRO	213.403	-2,82	72.920	1,15	55.207	7,26
DEZEMBRO	220.146	2,81	76.387	-6,55	55.749	-0,90
2º SEMESTRE	1.086.127	3,21	452.926	3,21	336.344	2,73
TOTAL	1.988.899	1,49	883.176	1,11	639.574	3,01

Fonte: Companhias Distribuidoras.

Nota: Os dados de vendas são informados pelas distribuidoras através da Declaração de controle de Produtos -DCP. As distribuidoras tem até o último dia útil do mês subsequente para informar esses dados. Entretanto, algumas delas não enviam os dados dentro do prazo previsto, o que acarreta modificações posteriores nos dados divulgados mais recentes. Assim sendo, os interessados nos dados de vendas aqui divulgados devem permanentemente monitorar mudanças que eventualmente tenham ocorridas.

1. GLP - Gás liquefeito de Petróleo.

*Dados manipulados pela SEPLAN/CGPLAN.

bep - barril equivalente de petróleo.

FINANÇAS PÚBLICAS

No exercício financeiro de 2006, o Tesouro Estadual registrou um superávit orçamentário de 1,86%. As receitas realizadas totalizaram R\$ 3.061,9 bilhões; já as despesas (SIAFEM) alcançaram R\$ 3.005,9 bilhões. Este desempenho positivo deve ser creditado a performance das receitas, principalmente as tributárias, que cresceram em números reais 12,93% induzidas pelo resultado do ICMS, que montou R\$ 1.281,2 bilhões, ritmo este bem mais acelerado que o das transferências federais 6,59%.

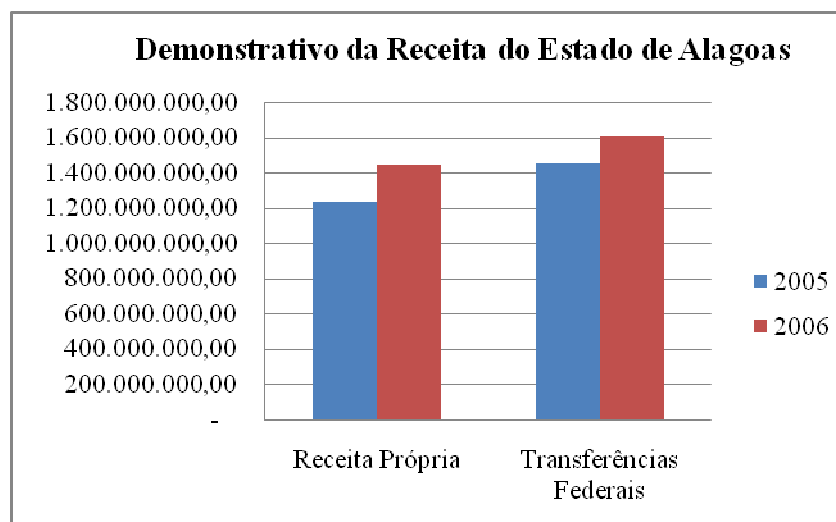
Em 2006, a arrecadação de impostos, em Alagoas, totalizou R\$ 1.454.951.648,00, registrando incremento de 18,21% em relação a 2005, distribuídos entre ICMS, IPVA e Outras. No que se refere às Transferências Federais, no mesmo período, foram contabilizadas R\$ 1.606.989.909,55 com aumento de 11,02%, abrangendo FPE, IR e Outras. Assim sendo, a receita própria adicionada às Transferências Federais apresentaram total de receita para o Estado de Alagoas, em 2006, de R\$ 3.061.941.557,55, com aumento de 14,32% em relação a 2005.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO DE ALAGOAS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS E RECEITA PRÓPRIA 2005/2006

RECEITAS	2005	2006	*VARIÇÃO % 2006/2005
RECEITA PRÓPRIA	1.230.815.593,77	1.454.951.648,00	18,21
ICMS	1.098.100.492,36	1.281.244.101,99	16,68
IPVA	54.137.792,30	67.131.705,14	24,00
Outras	78.577.309,11	106.575.841,67	35,63
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	1.447.474.368,39	1.606.989.909,55	11,02
FPE	1.246.234.691,61	1.379.240.067,49	10,67
I.R	60.043.998,05	69.336.585,48	15,48
Outras	141.195.678,73	158.413.256,58	12,19
TOTAL DA RECEITA	2.678.289.962,16	3.061.941.557,55	14,32

Fonte : Sefaz

*Nominal



No período de janeiro/dezembro de 2006, o comprometimento da receita corrente líquida com a despesa de pessoal no Estado de Alagoas alcançou a média de 59,81%, cabendo ao Poder Executivo 46,50% deste total e a despesa com os repasses aos demais Poderes, incluindo-se o Ministério Público, consumiram 13,32%.

No exercício financeiro de 2006, os gastos com o custeio e investimento na estrutura da administração pública estadual somaram R\$ 454,6 milhões, com uma pequena retração (-1,21%), quando comparado ao mesmo período de 2005, no entanto, quando o comparativo é com o exercício financeiro de 2004, este crescimento chega a 82,0% .

Os gastos com serviços de terceiros e pessoa jurídica, com um dispêndio de

R\$ 194,6 milhões, 42,8%, continua ocupando o primeiro lugar, seguido pelo item material de consumo, 16,4%, que alcançou R\$ 74,6 milhões. Já os gastos com investimentos somaram R\$ 66,4 milhões; por sua vez as despesas com serviços de terceiros, pessoa física, alcançaram R\$ 50,1 milhões.

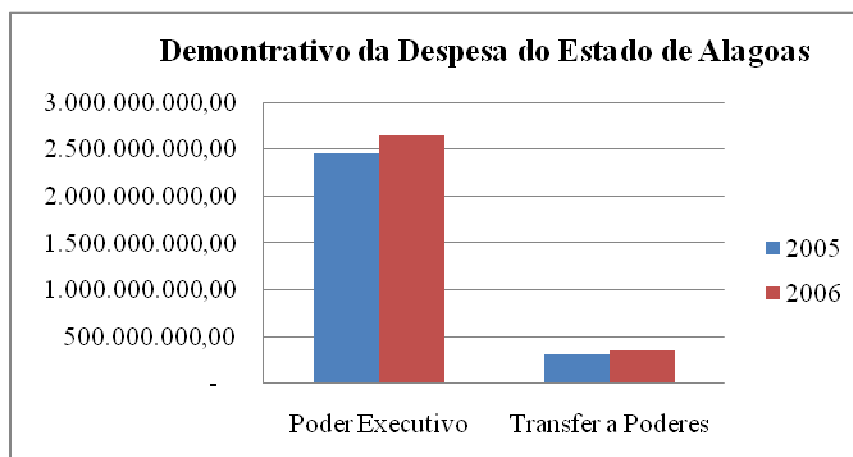
No comparativo de comprometimento da receita corrente líquida com o montante da dívida consolidada, o Estado de Alagoas, entre os estados nordestinos, continua detendo ainda o maior percentual de comprometimento. Muito embora esta relação venha reduzindo-se de forma acentuada nos últimos exercícios, chegando a uma relação de 2,24% entre DCL/RCL em 12/2005, segundo constata-se em relatório da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO ESTADO DE ALAGOAS 2005/2006

DESPESAS	2005	2006	*VARIÇÃO % 2006/2005
Poder Executivo	2.454.037.797,10	2.647.301.498,00	7,88
Pessoal	1.150.417.190,77	1.252.172.418,28	8,85
Custeio/Investimento	460.259.621,03	454.695.191,72	-1,21
Transf a Municípios	283.064.939,89	336.815.578,70	18,99
Fundef/Líquido	180.147.122,75	222.583.368,80	23,56
Serviço da Dívida	380.148.922,66	381.034.940,50	0,23
Transf a Poderes	307.334.757,16	358.627.485,56	16,69
Total das Despesas	2.761.372.554,26	3.005.928.983,56	8,86

Fonte : Sefaz

*Nominal



**DEMONSTRATIVO DA ARRECAÇÃO MENSAL DA RECEITA PRÓPRIA DO ESTADO DE ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	RECEITA PRÓPRIA (em R\$1.00)							
	ICMS		IPVA		OUTRAS		TOTAL	
	TOTAL	VARIÇÃO 2006/2005	TOTAL	VARIÇÃO 2006/2005	TOTAL	VARIÇÃO 2006/2005	TOTAL	VARIÇÃO 2006/2005
2005								
JANEIRO	97.023.039,07	-	1.748.242,77	-	1.897.672,09	-	100.668.953,93	-
FEVEREIRO	81.662.582,96	-	2.156.640,28	-	977.240,96	-	84.796.464,20	-
MARÇO	87.504.896,23	-	6.240.193,71	-	1.766.955,87	-	95.512.045,81	-
ABRIL	95.648.278,17	-	4.734.182,32	-	1.233.506,15	-	101.615.966,64	-
MAIO	85.204.634,61	-	5.137.898,94	-	2.056.285,71	-	92.398.819,26	-
JUNHO	98.733.243,89	-	4.399.716,06	-	3.396.536,06	-	106.529.496,01	-
1º SEMESTRE	545.776.674,93	-	24.416.874,08	-	11.328.196,84	-	581.521.745,85	-
JULHO	82.711.065,80	-	4.513.878,58	-	2.786.167,15	-	90.011.111,53	-
AGOSTO	83.884.058,90	-	9.061.835,69	-	5.465.093,62	-	98.410.988,21	-
SETEMBRO	97.003.000,48	-	7.178.571,57	-	3.406.379,36	-	107.587.951,41	-
OUTUBRO	86.111.722,92	-	4.807.489,22	-	2.919.843,98	-	93.839.056,12	-
NOVEMBRO	84.442.788,79	-	2.600.646,02	-	2.808.840,90	-	89.852.275,71	-
DEZEMBRO	118.171.180,54	-	1.558.497,14	-	49.862.787,26	-	169.592.464,94	-
2º SEMESTRE	552.323.817,43	-	29.720.918,22	-	67.249.112,27	-	649.293.847,92	-
ANUAL	1.098.100.492,36	-	54.137.792,30	-	78.577.309,11	-	1.230.815.593,77	-
2006								
JANEIRO	115.248.696,61	18,78	2.094.045,82	19,78	4.117.075,92	116,95	121.459.818,35	20,65
FEVEREIRO	91.859.660,57	12,49	4.610.161,75	113,77	4.068.066,49	316,28	100.537.888,81	18,56
MARÇO	89.773.903,35	2,59	6.010.908,12	-3,67	3.444.852,22	94,96	99.229.663,69	3,89
ABRIL	100.700.538,10	5,28	5.150.306,93	8,79	3.182.075,93	157,97	109.032.920,96	7,30
MAIO	123.446.846,15	44,88	5.823.823,98	13,35	4.229.693,10	105,70	133.500.363,23	44,48
JUNHO	96.135.391,25	-2,63	4.861.779,23	10,50	3.042.460,45	-10,42	104.039.630,93	-2,34
1º SEMESTRE	617.165.036,03	13,08	28.551.025,83	16,93	22.084.224,11	94,95	667.800.285,97	14,84
JULHO	92.261.305,01	11,55	6.377.270,81	41,28	59.519.483,95	2.036,25	158.158.059,77	75,71
AGOSTO	100.413.744,40	19,71	11.035.365,41	21,78	3.701.921,91	-32,26	115.151.031,72	17,01
SETEMBRO	94.139.843,49	-2,95	9.387.708,00	30,77	3.338.580,95	-1,99	106.866.132,44	-0,67
OUTUBRO	133.497.316,93	55,03	6.344.483,85	31,97	5.090.909,47	74,36	144.932.710,25	54,45
NOVEMBRO	118.020.560,77	39,76	3.502.143,95	34,66	5.322.183,35	89,48	126.844.888,07	41,17
DEZEMBRO	125.746.295,36	6,41	1.933.707,29	24,08	7.518.537,93	-84,92	135.198.540,58	-20,28
2º SEMESTRE	664.079.065,96	20,23	38.580.679,31	29,81	84.491.617,56	25,64	787.151.362,83	21,23
ANUAL	1.281.244.101,99	16,68	67.131.705,14	24,00	106.575.841,67	35,63	1.454.951.648,80	18,21

Fonte: Sefaz.

**DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS PARA O ESTADO DE ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS (em R\$1,00)							
	FPE		IR		OUTRAS		TOTAL	
	TOTAL	VARIAÇÃO 2006/2005	TOTAL	VARIAÇÃO 2006/2005	TOTAL	VARIAÇÃO 2006/2005	TOTAL	VARIAÇÃO 2006/2005
2005								
JANEIRO	111.310.918,86	-	4.615.683,34	-	13.077.560,34	-	129.004.162,54	-
FEVEREIRO	97.440.849,29	-	4.419.575,49	-	8.320.298,38	-	110.180.723,16	-
MARÇO	93.451.341,81	-	4.437.294,60	-	9.171.391,28	-	107.060.027,69	-
ABRIL	101.461.780,92	-	4.665.116,09	-	12.368.314,11	-	118.495.211,12	-
MAIO	114.522.486,08	-	4.668.355,90	-	10.396.716,13	-	129.587.558,11	-
JUNHO	110.945.014,58	-	4.668.675,27	-	9.105.754,02	-	124.719.443,87	-
1º SEMESTRE	629.132.391,54	-	27.474.700,69	-	62.440.034,26	-	719.047.126,49	-
JULHO	91.111.493,07	-	4.476.402,90	-	10.944.768,04	-	106.532.664,01	-
AGOSTO	93.739.203,13	-	4.674.239,96	-	11.067.964,80	-	109.481.413,89	-
SETEMBRO	78.301.399,85	-	4.629.255,51	-	8.533.057	-	91.463.682,42	-
OUTUBRO	90.672.814,84	-	4.691.077,69	-	13.910.421,81	-	109.274.314,34	-
NOVEMBRO	109.607.268,84	-	4.674.269,42	-	18.685.950,39	-	132.967.488,65	-
DEZEMBRO	153.670.120,34	-	9.424.051,88	-	15.613.482,37	-	178.707.654,59	-
2º SEMESTRE	617.102.300,07	-	32.569.297,36	-	78.755.644,47	-	728.427.217,90	-
ANUAL	1.246.234.691,61	-	60.043.998,05	-	141.195.678,73	-	1.447.474.344,39	-
2006								
JANEIRO	126.141.693,37	13,32	5.347.873,71	15,86	17.574.395,57	34,39	149.063.962,65	15,55
FEVEREIRO	108.491.461,04	11,34	4.659.012,80	5,42	5.300.173,55	-36,30	118.450.647,39	7,51
MARÇO	102.497.429,37	9,68	4.807.834,45	8,35	5.499.939,46	-40,03	112.805.203,28	5,37
ABRIL	115.394.428,96	13,73	5.258.965,68	12,73	9.584.156,16	-22,51	130.237.550,80	9,91
MAIO	126.643.341,74	10,58	5.387.235,59	15,40	6.734.666,95	-35,22	138.765.244,28	7,08
JUNHO	123.246.715,69	11,09	5.423.846,10	16,18	10.224.441,94	12,29	138.895.003,73	11,37
1º SEMESTRE	702.415.070,17	11,65	30.884.768,33	12,41	54.917.773,63	-12,05	788.217.612,13	9,62
JULHO	110.435.176,42	21,21	6.033.558,06	34,79	14.210.732,86	29,84	130.679.467,34	22,67
AGOSTO	111.733.374,19	19,20	6.383.759,11	36,57	6.941.381,74	-37,28	125.058.515,04	14,23
SETEMBRO	103.812.703,28	32,58	5.916.827,10	27,81	7.231.093,89	-15,26	116.960.624,27	27,88
OUTUBRO	94.075.155,32	3,75	6.172.496,88	31,58	13.563.956,90	-2,49	113.811.609,10	4,15
NOVEMBRO	115.865.873,31	5,71	6.252.794,29	33,77	30.748.505,19	64,55	152.867.172,79	14,97
DEZEMBRO	140.902.714,80	-8,31	7.692.381,71	-18,38	30.799.812,37	97,26	179.394.908,88	0,38
2º SEMESTRE	676.824.997,32	9,68	38.451.817,15	18,06	103.495.482,95	31,41	818.772.297,42	12,40
ANUAL	1.379.240.067,49	10,67	69.336.585,48	15,48	158.413.256,58	12,19	1.606.989.909,55	11,02

Fonte: Sefaz.

**DEMONSTRATIVO MENSAL DA DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	DESPESA (em R\$1,00)					
	PODER EXECUTIVO					TOTAL
	PESSOAL (1)	CUSTEIO/ INVEST.	TRANSF. A MUNIC. (2)	FUNDEF/ LÍQUIDO	SERVIÇO DA DÍVIDA	
2005						
JANEIRO	84.681.129,06	12.123.161,64	25.414.280,76	18.027.859,29	35.041.902,86	175.288.333,61
FEVEIRO	85.333.420,22	28.032.864,21	20.339.067,31	14.262.156,57	28.537.588,91	176.505.097,22
MARÇO	85.703.763,51	42.387.461,29	21.383.632,74	13.382.695,22	30.960.082,07	193.817.634,83
ABRIL	90.732.961,09	32.525.593,75	24.079.320,70	15.394.095,36	35.303.588,59	198.035.559,49
MAIO	90.423.250,73	43.496.827,56	25.353.288,31	17.080.373,90	30.693.248,64	207.046.989,14
JUNHO	89.430.954,51	29.052.375,70	24.787.420,79	16.447.281,73	35.293.486,05	195.011.518,78
1º SEMESTRE	526.305.479,12	187.618.284,15	141.357.010,61	94.594.462,07	195.829.897,12	1.145.705.133,07
JULHO	87.089.550,61	36.014.720,25	20.332.462,81	9.763.035,83	23.609.267,57	176.809.037,07
AGOSTO	91.880.910,94	30.044.236,55	25.345.352,74	15.830.180,82	31.315.375,56	194.416.056,61
SETEMBRO	89.107.662,56	33.240.927,80	22.324.578,86	16.456.318,42	27.164.435,85	188.293.923,49
OUTUBRO	89.010.572,09	38.297.848,76	23.630.624,58	12.137.604,60	37.174.301,64	200.250.951,67
NOVEMBRO	88.871.692,22	34.315.376,85	23.947.457,09	9.513.956,44	36.727.722,01	193.376.204,61
DEZEMBRO(1)	178.151.323,23	100.728.226,67	26.127.453,20	21.851.564,57	28.327.922,91	355.186.490,58
2º SEMESTRE	624.111.711,65	272.641.336,88	141.707.929,28	85.552.660,68	184.319.025,54	1.308.332.664,03
ANUAL	1.150.417.190,77	460.259.621,03	283.064.939,89	180.147.122,75	380.148.922,66	2.454.037.797,10
2006						
JANEIRO	94.071.279,09	792.731,10	34.379.130,94	28.394.355,60	39.452.553,52	197.090.050,25
FEVEIRO	92.324.064,81	40.778.666,79	21.622.067,41	15.533.646,72	22.882.867,76	193.141.313,49
MARÇO	95.376.482,82	37.438.275,96	26.169.082,93	10.562.690,30	24.176.585,81	193.723.117,82
ABRIL	97.660.662,74	43.369.814,14	25.428.602,57	17.982.454,77	36.132.418,99	220.573.953,21
MAIO	100.914.169,86	46.845.581,91	31.616.043,82	21.366.215,60	29.588.196,85	230.330.208,04
JUNHO	101.570.151,60	33.859.624,14	25.557.302,32	16.143.295,25	32.778.823,43	209.909.196,74
1º SEMESTRE	581.916.810,92	203.084.694,04	164.772.229,99	109.982.658,24	185.011.446,36	1.244.767.839,55
JULHO	105.223.473,28	32.898.570,79	24.314.491,64	15.970.325,93	31.181.683,30	209.588.544,94
AGOSTO	108.288.227,70	56.166.576,08	30.238.578,28	16.743.042,74	25.616.886,16	237.053.310,96
SETEMBRO	105.140.536,31	32.277.936,32	26.470.554,80	15.621.425,23	33.231.044,41	212.741.497,07
OUTUBRO	110.028.778,98	42.468.335,53	28.811.292,89	18.189.136,47	51.287.665,25	250.785.209,12
NOVEMBRO	119.541.502,61	32.114.367,84	34.555.021,03	23.861.364,55	18.688.372,44	228.760.628,47
DEZEMBRO(1)	122.033.088,48	55.684.711,12	27.653.410,07	22.215.415,64	36.017.842,58	263.604.467,89
2º SEMESTRE	670.255.607,36	251.610.497,68	172.043.348,71	112.600.710,56	196.023.494,14	1.402.533.658,45
ANUAL	1.252.172.418,28	454.695.191,72	336.815.578,70	222.583.368,80	381.034.940,50	2.647.301.498,00

Fonte: Sefaz.

OBS1: Em dezembro estão incluídos os valores do 13º Salário.

OBS2: Na despesa de pessoal estão incluídos os valores pagos a pensionistas e inativos

**DEMONSTRATIVO MENSAL DA DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS
2005/2006**

MÊS	DESPESA (em R\$1,00)		
	TRANSF. A PODERES	PODER EXECUTIVO	TOTAL DA DESPESA
2005			
JANEIRO	25.450.205,34	175.288.333,61	200.738.538,95
FEVEREIRO	25.425.051,05	176.505.097,22	201.930.148,27
MARÇO	25.111.354,88	193.817.634,83	218.928.989,71
ABRIL	24.765.354,88	198.035.559,49	222.800.914,37
MAIO	25.975.354,88	207.046.989,14	233.022.344,02
JUNHO	25.595.354,88	195.011.518,78	220.606.873,66
1º SEMESTRE	152.322.675,91	1.145.705.133,07	1.298.027.808,98
JULHO	26.570.354,88	176.809.037,07	203.379.391,95
AGOSTO	25.619.509,13	194.416.056,61	220.035.565,74
SETEMBRO	25.215.354,88	188.293.923,49	213.509.278,37
OUTUBRO	25.443.152,60	200.250.951,67	225.694.104,27
NOVEMBRO	25.349.354,88	193.376.204,61	218.725.559,49
DEZEMBRO(1)	26.814.354,88	355.186.490,58	382.000.845,46
2º SEMESTRE	155.012.081,25	1.308.332.664,03	1.463.344.745,28
ANUAL	307.334.757,16	2.454.037.797,10	2.761.372.554,26
2006			
JANEIRO	29.738.012,49	197.090.050,25	226.828.062,74
FEVEREIRO	29.051.012,49	193.141.313,49	222.192.325,98
MARÇO	29.665.012,49	193.723.117,82	223.388.130,31
ABRIL	30.004.012,49	220.573.953,21	250.577.965,70
MAIO	29.549.012,49	230.330.208,04	259.879.220,53
JUNHO	30.003.012,49	209.909.196,74	239.912.209,23
1º SEMESTRE	178.010.074,94	1.244.767.839,55	1.422.777.914,49
JULHO	29.779.012,49	209.588.544,94	239.367.557,43
AGOSTO	31.333.012,49	237.053.310,96	268.386.323,45
SETEMBRO	31.509.012,49	212.741.497,07	244.250.509,56
OUTUBRO	26.262.680,33	250.785.209,12	277.047.889,45
NOVEMBRO	30.345.704,16	228.760.628,47	259.106.332,63
DEZEMBRO(1)	31.387.988,66	263.604.467,89	294.992.456,55
2º SEMESTRE	180.617.410,62	1.402.533.658,45	1.583.151.069,07
ANUAL	358.627.485,56	2.647.301.498,00	3.005.928.983,56

Fonte: Sefaz.

OBS1: Em dezembro estão incluídos os valores do 13º Salário.

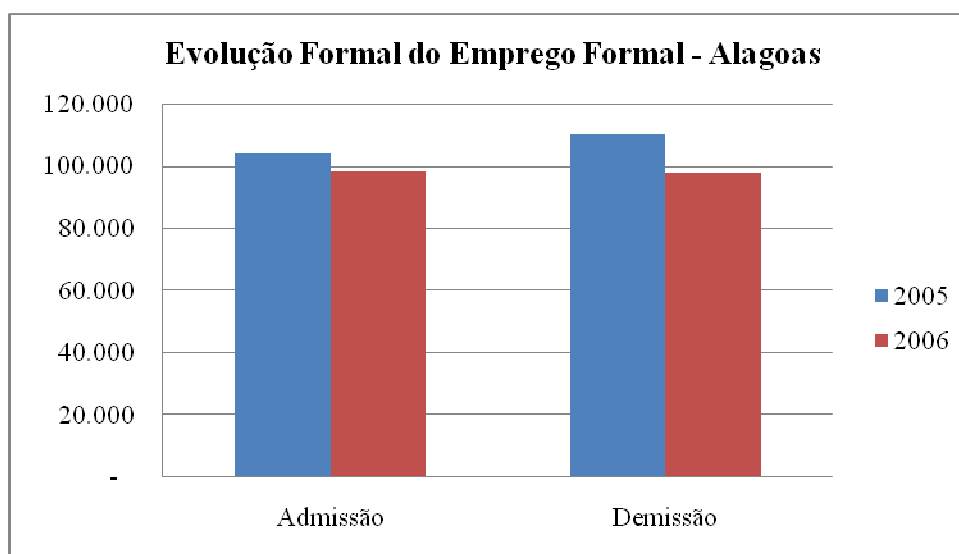
OBS2: Na despesa de pessoal estão incluídos os valores pagos a pensionistas e inativos.

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro semestre de 2006, só os meses de maio e junho apresentaram resultado positivo na relação admissões/demissões no Mercado de Trabalho, em Alagoas. Segundo o Delegado Regional do Trabalho no Estado⁶⁷, esse desempenho do semestre já era esperado. "É um ciclo que se repete a cada ano. Todo primeiro semestre é marcado pelo número de admissões. Enquanto no segundo semestre a relação apresentou resultado positivo de julho a novembro, evidenciando-se o mês de setembro com a abertura de 27.689 vagas no mercado de trabalho. Esse fenômeno alagoano, de acordo com o Delegado Regional do Trabalho, se deve a extrema dependência do mercado de trabalho do Estado, em relação ao setor sucroalcooleiro, que realiza seu período de contratações de conformidade com o início da safra de cana-de-açúcar, geralmente ocorrendo em meados de setembro. Por outro lado, o período de demissões está atrelado ao fim da safra do segmento⁶⁸.

Até novembro de 2006, ou seja, em 11 meses, Alagoas abriu 13 mil postos de trabalho, sendo o acumulado do ano maior que o total registrado em 2005⁶⁹. O desempenho negativo do mês de dezembro interrompeu uma seqüência formada por sete meses consecutivos de saldos positivos de emprego em 2006.

Vale ressaltar que os resultados registrados ao longo de 2006 foram melhores do que os observados no ano anterior, apresentando aumento de 12.055 vagas no mercado de trabalho em relação a 2005.



⁶⁷ Ricardo Coelho

⁶⁸ Gazeta de Alagoas, 30 jul 2006.

⁶⁹ Diário Oficial (Alagoas), 21 dez 2006.

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL
ALAGOAS
2005 – 2006

Ano	Admissão	Demissão	Saldo
2005			
JANEIRO	4.480	6.056	-1.576
FEVEREIRO	3.740	17.419	-13.679
MARÇO	3.994	22.074	-18.080
ABRIL	4.576	7.002	-2.426
MAIO	5.910	5.046	864
JUNHO	6.999	4.396	2.603
JULHO	6.293	4.784	1.509
AGOSTO	6.035	6.139	-104
SETEMBRO	35.277	4.637	30.640
OUTUBRO	15.223	6.281	8.942
NOVEBRO	7.072	7.136	-64
NOVEMBRO	4.238	7.162	-2.924
TOTAL	103.837	98.132	5.705
2006			
JANEIRO	5.506	9.491	-3.985
FEVEREIRO	4.758	15.908	-11.150
MARÇO	4.408	19.030	-14.622
ABRIL	5.215	7.275	-2.060
MAIO	7.088	5.345	1.743
JUNHO	6.794	4.714	2.080
JULHO	7.433	4.595	2.838
AGOSTO	8.581	7.122	1.459
SETEMBRO	32.909	5.220	27.689
OUTUBRO	14.870	6.227	8.643
NOVEBRO	7.289	6.150	1.139
DEZEMBRO	5.204	6.923	-1.719
TOTAL	110.055	98.000	12.055

Fonte: Ministério do Trabalho - Caged

FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
ADMISSÕES
ALAGOAS
2005/2006

MÊS	ADMISSÕES									
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	OUTROS	TODAS AS ATIVIDADES
2005										
JANEIRO	24	1.144	8	523	1.336	1.266	7	172	0	4.480
FEVEREIRO	9	430	71	603	1.082	1.386	4	155	0	3.740
MARÇO	17	482	33	737	1.180	1.395	8	142	0	3.994
ABRIL	16	927	35	687	1.231	1.447	60	173	0	4.576
MAIO	19	1.606	18	868	1.303	1.873	17	206	0	5.910
JUNHO	9	2.095	14	1.201	1.648	1.609	19	404	0	6.999
1º SEMESTRE	94	6.684	179	4.619	7.780	8.976	115	1.252	0	29.699
JULHO	3	1.594	80	867	1.768	1.671	4	306	0	6.293
AGOSTO	20	1.524	44	1.119	1.444	1.524	7	353	0	6.035
SETEMBRO	17	29.926	22	1.015	1.434	1.573	1	1.289	0	35.277
OUTUBRO	13	9.328	40	1.724	1.598	1.647	1	872	0	15.223
NOVEMBRO	7	2.589	62	657	1.906	1.336	0	515	0	7.072
DEZEMBRO	8	1.017	48	644	1.396	952	3	170	0	4.238
2º SEMESTRE	68	45.978	296	6.026	9.546	8.703	16	3.505	0	74.138
ANUAL	162	52.662	475	10.645	17.326	17.679	131	4.757	0	103.837
2006										
JANEIRO	31	1.136	11	915	1.437	1.696	6	274	0	5.506
FEVEREIRO	6	471	58	966	1.491	1.529	12	225	0	4.758
MARÇO	10	456	79	748	1.365	1.578	22	150	0	4.408
ABRIL	7	1.345	31	829	1.388	1.344	2	269	0	5.215
MAIO	32	3.087	78	768	1.301	1.573	0	249	0	7.088
JUNHO	8	2.484	75	612	1.740	1.428	4	443	0	6.794
1º SEMESTRE	94	8.979	332	4.838	8.722	9.148	46	1.610	0	33.769
JULHO	11	2.343	41	846	1.924	1.673	5	590	0	7.433
AGOSTO	8	3.637	21	663	2.020	1.796	4	432	0	8.581
SETEMBRO	11	28.523	18	741	1.446	1.695	0	475	0	32.909
OUTUBRO	9	10.146	15	701	1.751	1.512	4	732	0	14.870
NOVEMBRO	6	2.403	50	507	2.290	1.469	5	559	0	7.289
DEZEMBRO	12	1.853	56	393	1.686	1.034	2	168	0	5.204
2º SEMESTRE	57	48.905	201	3.851	11.117	9.179	20	2.956	0	76.286
ANUAL	151	57.884	533	8.689	19.839	18.327	66	4.566	0	110.055

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65. Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN.	EXTRATIVA MINERAL	COM.	COMÉRCIO
IND. TRANS.	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERV.	SERVIÇOS
S.I.U.P.	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	ADM. PÚB.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONST. CIVIL	CONSTRUÇÃO CIVIL	AGROP. SILV.	AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

**FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
DESLIGAMENTOS**

ALAGOAS

2005/2006

MÊS	DESLIGAMENTOS									
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	OUTROS	TODAS AS ATIVIDADES
2005										
JANEIRO	9	2.917	15	559	1.226	941	3	386	0	6.056
FEVEREIRO	12	13.735	21	502	1.167	1.295	3	684	0	17.419
MARÇO	15	18.355	19	795	1.285	1.231	9	365	0	22.074
ABRIL	18	4.019	10	486	1.061	1.049	4	355	0	7.002
MAIO	8	1.683	215	669	1.057	1.157	5	252	0	5.046
JUNHO	10	1.295	16	646	1.040	1.218	6	165	0	4.396
1º SEMESTRE	72	42.004	296	3.657	6.836	6.891	30	2.207		61.993
JULHO	19	1.036	86	726	1.171	1.574	3	169	0	4.784
AGOSTO	16	1.971	28	825	1.809	1.262	6	222	0	6.139
SETEMBRO	22	855	20	532	1.283	1.524	4	397	0	4.637
OUTUBRO	8	2.788	25	1.230	1.025	926	64	215	0	6.281
NOVEMBRO	13	3.001	47	1.151	1.181	1.421	0	322	0	7.136
DEZEMBRO	9	2.670	50	1.177	1.735	1.024	6	491	0	7.162
2º SEMESTRE	87	12.321	256	5.641	8.204	7.731	83	1.816	0	36.139
ANUAL	159	54.325	552	9.298	15.040	14.622	113	4.023	0	98.132
2006										
JANEIRO	4	5.664	68	655	1.305	1.338	3	454	0	9.491
FEVEREIRO	2	12.255	34	669	1.143	1.259	6	540	0	15.908
MARÇO	1	14.623	20	913	1.353	1.553	3	564	0	19.030
ABRIL	8	3.784	22	664	1.167	1.202	6	422	0	7.275
MAIO	6	1.293	23	1.230	1.217	1.340	10	226	0	5.345
JUNHO	4	1.032	36	1.010	1.311	1.105	3	213	0	4.714
1º SEMESTRE	25	38651	203	5141	7496	7797	31	2419	0	61763
JULHO	10	882	41	916	1.207	1.314	1	224	0	4.595
AGOSTO	3	1.780	15	779	1.944	2.106	4	491	0	7.122
SETEMBRO	3	1580	16	713	1.183	1.307	9	409	0	5.220
OUTUBRO	6	2.879	57	625	1.197	1.196	14	253	0	6.227
NOVEMBRO	13	2.628	51	647	1.227	1.286	5	293	0	6.150
DEZEMBRO	5	2.572	55	710	2.078	1.150	4	349	0	6.923
2º SEMESTRE	40	12.321	235	4.390	8.836	8.359	37	2.019	0	36.237
ANUAL	65	50.972	438	9.531	16.332	16.156	68	4.438	0	98.000

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 - Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN.
IND. TRANS.
S.I.U.P.
CONST. CIVIL

EXTRATIVA MINERAL
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA
CONSTRUÇÃO CIVIL

COM.
SERV.
ADM. PÚB.
AGROP. SILV.

COMÉRCIO
SERVIÇOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
VARIAÇÃO
ALAGOAS
2005/2006

MÊS	VARIAÇÃO									
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	OUTROS	TODAS AS ATIVIDADES
2005										
JANEIRO	2,08	-1,87	-0,22	-0,45	0,26	0,50	0,03	-1,08	-	-0,64
FEVEREIRO	-0,41	-14,32	1,60	1,24	-0,20	0,14	0,01	-2,65	-	-5,59
MARÇO	0,27	-22,44	0,44	-0,67	-0,24	0,25	-0,01	-1,13	-	-7,80
ABRIL	-0,27	-5,00	0,78	2,30	0,40	0,61	0,49	-0,93	-	-1,13
MAIO	1,50	-0,13	-6,13	2,18	0,57	1,08	0,10	-0,24	-	0,41
JUNHO	-0,13	1,36	-0,07	5,89	1,40	0,58	0,11	1,23	-	1,22
1º SEMESTRE	3,04	-42,40	-3,60	10,49	2,19	3,16	0,73	-4,80	-	-13,53
JULHO	-2,15	0,94	-0,20	1,40	1,35	0,14	0,01	0,69	-	0,70
AGOSTO	0,55	-0,74	0,53	2,82	-0,82	0,39	0,01	0,66	-	-0,05
SETEMBRO	-0,68	48,76	0,07	4,47	0,34	0,07	-0,03	4,41	-	14,03
OUTUBRO	0,69	7,37	0,49	4,33	1,28	1,06	-0,55	3,11	-	3,59
NOVEMBRO	-0,82	-0,43	0,49	-4,09	1,60	0,12	0,00	0,88	-	-0,02
DEZEMBRO	-0,14	-1,74	-0,07	-4,55	-0,74	0,10	-0,03	-1,45	-	-1,13
2º SEMESTRE	-2,55	54,16	1,31	4,38	3,01	1,44	-0,59	8,30	-	17,12
ANUAL	0,49	11,76	-2,29	14,87	5,20	4,60	0,14	3,50	-	3,59
2006										
JANEIRO	3,84	-4,74	-1,70	2,31	0,30	0,51	0,03	-1,79	-	-1,62
FEVEREIRO	0,55	-12,94	0,73	2,56	0,78	0,38	0,06	-3,15	-	-4,59
MARÇO	1,22	-17,87	1,78	-1,38	0,03	0,04	0,18	-4,26	-	-6,31
ABRIL	-0,13	-3,74	0,27	1,39	0,49	0,20	-0,04	-1,64	-	-0,95
MAIO	3,50	2,86	1,63	-3,75	0,19	0,33	-0,09	0,25	-	0,81
JUNHO	0,52	2,25	1,13	-3,29	0,95	0,45	0,01	2,49	-	0,95
1º SEMESTRE	9,50	-34,18	3,84	-2,16	2,74	1,91	0,15	-8,10	-	-11,71
JULHO	0,13	2,21	0,00	-0,58	1,57	0,50	0,04	3,86	-	1,29
AGOSTO	0,65	2,75	0,17	-0,94	0,16	0,43	0,00	-0,58	-	0,65
SETEMBRO	1,03	38,84	0,06	0,23	0,56	0,54	-0,08	0,67	-	12,27
OUTUBRO	0,38	7,54	-1,21	0,61	1,18	0,43	-0,09	4,81	-	3,41
NOVEMBRO	-0,89	-0,22	-0,03	-1,10	2,23	0,25	0,00	2,53	-	0,43
DEZEMBRO	0,89	-0,70	0,03	-2,47	-0,80	0,16	-0,02	-1,67	-	-0,65
2º SEMESTRE	2,19	50,42	-0,98	-4,25	4,90	1,13	-0,15	9,62	-	17,40
ANUAL	11,69	16,24	2,86	-6,41	7,64	3,04	0,00	1,52	-	5,69

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 . Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN. EXTRATIVA MINERAL

IND. TRANS. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA

S.I.U.P.

CONST. CIVIL CONSTRUÇÃO CIVIL

COM.

SERV.

ADM. PÚB.

AGROP.
SILV.

COMÉRCIO

SERVIÇOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA,
ETC.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NO INFORMATIVO CONJUNTURAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

O Informativo Conjuntural, Econômico e Social do Estado de Alagoas, editado pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento (SEPLAN), aceita colaborações originais em português, sob a forma de artigo versando sobre a conjuntura econômica e social de Alagoas.

Padrão para elaboração de artigos:

- Publicação com no máximo 10 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas.
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone.
- Cópia impressa e arquivo magnético editado em Word, que devem ser entregues à SEPLAN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: informativo-conjuntural@seplan.al.gov.br.
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto.
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial.
- Citações de acordo com a NBR 10520 da ABNT⁷⁰.
- Referências Bibliográficas, segundo a norma NBR 6023 da ABNT⁷¹.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

⁷⁰ Até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 4cm, fonte 10, sem aspas.

⁷¹ Indica(m)-se o(s) autor(es), de modo geral, pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se tanto quanto possível, o mesmo padrão para abreviação de nomes e sobrenomes, usados na mesma lista de referência. Os nomes devem ser separados por ponto-e-vírgula.

**Secretaria de Estado do
Planejamento e do Orçamento**